UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ROSINA PÉREZ MENAFRA

COOPERATIVISMO EM SETORES DE BAIXA RENDA EM ALAGOAS: DESAFIOS NA CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS ASSOCIATIVOS

MACEIÓ

2011

ROSINA PÉREZ MENAFRA

COOPERATIVISMO EM SETORES DE BAIXA RENDA EM ALAGOAS: DESAFIOS NA CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS ASSOCIATIVOS

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Mayer.

Maceió

2011

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

P438e Pérez Menafra, Rosina.
Cooperativismo em setores de baixa renda em alagoas: desafios na constituiçãode espaços públicos associativos / Rosina Pérez Menafra. – 2011.
160 f. : il.

Orientador: Ricardo Mayer.
Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2011.

Bibliografia: f. 144-147.
Apêndices: f. 148-157.
Anexos: f. 158-160.

1. Cooperativas – Alagoas. 2. Sociologia das associações. 3. Desigualdade social. 4. Trabalho informal. 5. Autogestão. 6. Sociologia da experiência. I. Título.

CDU: 316: 334.78

DEDICATÓRIA

Quando ingressei no ano 2000 na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República Oriental do Uruguai, quem recebeu os novos alunos foi Alfredo Errandonea, grande sociólogo uruguaio que no meio da sua incitante palestra nos alertou: não tomem a sociologia como um salto de obstáculos, passando primeiro pela graduação, depois pelo Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. A sociologia é muito mais do que isso, é um processo que nos acompanha o resto da vida em torno de uma inquietude por compreender a maravilha da vida social.

Um ano depois Errandonea morre, vítima de uma doença letal, mas suas palavras vão ser uma referência pelo resto da minha vida, lembrando que a carreira de um sociólogo não pode depender unicamente de uma visão instrumental em que o logro de “credenciais” seja mais importante do que a formação e a reflexão sociológica.

Por isso dedico esta dissertação a Alfredo Errandonea e a todos os grandes sociólogos que conheci e que ainda conhecerei ao longo do meu caminho, que alimentam minha paixão pela sociologia.

AGRADECIMENTOS

A todos os que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, quero deixar meu agradecimento.

Ao meu orientador Prof. Dr. Ricardo Mayer, aos colegas e professores do Mestrado, muito obrigada.

À FAPEAL, que concedeu a bolsa que possibilitou a realização da pesquisa.

Á minha família, de lá e de cá, que deu apoio constante nos momentos mais difíceis, principalmente ao meu companheiro, Marcelo Cabral, cuja paciência e compreensão foram fundamentais neste processo.

Aos amigos que deixei lá e que continuam presentes na minha vida, e aos que fiz aqui, que deram suporte permanente nos momentos de “desarraigamento”.

Finalmente, quero agradecer aos trabalhadores e trabalhadoras que doaram seu tempo para relatar suas trajetórias de vida, de forma desinteressada e receptiva.

Maceió, Abril de 2011

RESUMO

Este trabalho aborda a experiência de trabalhadores de cooperativas surgidas nos últimos anos em populações de baixa renda em Alagoas. Procura compreender a forma em que os participantes dessas iniciativas de trabalho, protagonistas na sua grande maioria de histórias de vida marcadas pela precariedade e pela degradação das condições de vida, definem e administram as lógicas mobilizadas no espaço social associativo, perpassado por princípios e por formas de sociabilidade por vezes conflitantes e até contraditórias. A partir dessa análise, busca discutir as condições de possibilidade da construção de espaços públicos associativos baseados em modalidades horizontais e democráticas de relacionamento, em contextos de desigualdade social. A discussão teórica se articula neste trabalho com uma pesquisa empírica realizada em duas cooperativas de Alagoas: a COOPREL, uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis em Maceió e a COOPERARTBAN, uma cooperativa de artesãs rendeiras da Barra Nova, Município de Marechal Deodoro. A técnica de coleta de dados utilizada consistiu na entrevista em profundidade, com ênfase na dimensão temporal e nos percursos biográficos dos entrevistados, que derivaram na aproximação às associações. A pesquisa parte do conceito de "*experiência social*" de François Dubet, que enfatiza a necessidade de abordar a ação social a partir da pluralidade dos seus princípios constitutivos, e do trabalho do ator na combinação dos mesmos numa definição de identidade. Utiliza também ferramentas da teoria disposicional de Bernard Lahire, que se centra no passado incorporado dos atores na forma de repertórios de disposições e esquemas de ação que incidem na maneira em que os indivíduos administram a heterogeneidade de lógicas da experiência. A análise das cooperativas mostra que existe uma dinâmica comum, para além das especificidades marcadas pelo contexto social e histórico que circunda as atividades produtivas às que se dedicam as organizações pesquisadas, que se expressa na coexistência e alternância de lógicas na definição da experiência dos cooperados. De um modo mais evidente na COOPERARTBAN, onde a tensão se personifica em grupos e pessoas que encarnam esses princípios nas suas condutas e comportamentos em relação à cooperativa. Na COOPREL, as tensões podem ser percebidas nas experiências individuais de muitos dos cooperados, cujas descrições alternam entre imagens da cooperativa como espaço de proteção e resguardo e ao mesmo tempo como campo de disputas e conflitos. Paralelamente, coexistem na COOPREL, expressões orientadas por uma valorização e reivindicação da igualdade ao interior da cooperativa e manifestações que indicam a presença de lógicas extremamente hierarquizadas, que cultuam um tipo de liderança verticalizada e uma relação inferiorizada adotada em função de pessoas e instituições externas. Isso expressa um contexto valorativo calcado numa estrutura social extremamente desigual e hierárquica, que historicamente se utilizou de elementos externos para gerar laços de solidariedade. A carência de condições objetivas de participação, derivada da situação de precariedade social dos seus percursos de vida, agrava esta tendência, reforçando os elementos negativos que são apontados de fora e que corroboram a imagem desvalorizada da que são portadores. Como conseqüência, o papel das associações permanece limitado à constituição de espaços de proteção temporária contra os riscos advindos do mundo do trabalho e do seu caráter fragmentado e excludente.

Palavras-chave: Cooperativas – Alagoas. Sociologia das associações. Desigualdade social. Trabalho informal. Autogestão. Precariedade. Sociologia da experiência

RESUMEN

Este trabajo aborda la experiencia de trabajadores de cooperativas surgidas en los últimos años en poblaciones de bajo ingreso en Alagoas. Busca comprender la forma en que los participantes de esas iniciativas de trabajo, protagonistas en su gran mayoría de historias de vida marcadas por la precariedad y por la degradación de las condiciones de vida, definen y administran las lógicas movilizadas en el espacio social asociativo, atravesado por principios y por formas de sociabilidad a veces conflictivas y hasta contradictorias. A partir de ese análisis, busca discutir las condiciones de posibilidad de construir espacios públicos asociativos basados en modalidades horizontales y democráticas de relaciones, en contextos de desigualdad social. La discusión teórica se articula en este trabajo con una investigación empírica realizada en dos cooperativas de Alagoas: la COOPREL, una cooperativa de recolectores de materiales reciclables en Maceió y la COOPERARTBAN, una cooperativa de artesanas de bordados en Barra Nova, Municipio de Marechal Deodoro. La técnica de recolección de datos utilizada consistió en la entrevista en profundidad, con énfasis en la dimensión temporal y en las rutas biográficas de los entrevistados, que derivaron en la aproximación a las asociaciones. La investigación parte del concepto de "*experiencia social*" de François Dubet, que enfatiza la necesidad de abordar la acción social a partir de la pluralidad de sus principios constitutivos, y del trabajo del actor en la combinación de los mismos en una definición de identidad. Utiliza también herramientas de la teoría disposicional de Bernard Lahire, que se centra en el pasado incorporado de los actores bajo la forma de repertorios de disposiciones y esquemas de acción que inciden en la manera en que los individuos administran la heterogeneidad de lógicas de la experiencia. El análisis de las cooperativas demuestra que existe una dinámica común, mas allá de las especificidades marcadas por el contexto social y histórico que circunda las actividades productivas a las que se dedican las organizaciones investigadas, que se expresa en la coexistencia y alternancia de lógicas en la definición de la experiencia de los cooperados. De un modo más evidente en la OOPERARTBAN, donde la tensión se personifica en grupos y personas que encarnan esos principios en sus conductas y comportamientos en relación a la cooperativa. En la COOPREL, las tensiones pueden ser percibidas en las experiencias individuales, cujas descripciones alternan entre imágenes que presentan la cooperativa como espacio de protección y resguardo y al mismo tiempo como campo de disputas y conflictos. Paralelamente, coexisten en la COOPREL, expresiones orientadas por una valorización y reivindicación de la igualdad al interior de la cooperativa, y manifestaciones que indican la presencia de lógicas extremamente jerarquizadas, que hacen culto a un tipo de liderazgo verticalizado y una relación inferiorizada adoptada en función de personas y instituciones externas a las cooperativas. Eso expresa un contexto valorativo asentado en una estructura social extremamente desigual y jerárquica, que históricamente utilizo elementos externos para generar lazos de solidaridad. La carencia de condiciones objetivas de participación, derivada de la situación de precariedad social de sus recorridos de vida, agrava esta tendencia, reforzando los elementos negativos que son marcados desde fuera y que corroboran la imagen desvalorizada de la que son portadores. Como consecuencia, el papel de las asociaciones permanece limitado a la constitución de espacios de protección temporaria contra los riesgos derivados del mundo del trabajo e de su carácter fragmentado y excluyente.

Palabras clave: Cooperativas – Alagoas. Sociología de las asociaciones. Desigualdad social. Trabajo informal. Autogestión. Precariedad. Sociología de la experiencia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 ASSOCIATIVISMO E ESPAÇO PÚBLICO 26

2.1 Entendendo a Especificidade do Fato Associativo: Princípio Comunitário Versus Principio Societário? 28

2.2 Em Busca de Mediações: a Abordagem Sócio-Comunitária e o Caráter Híbrido das Associações 36

2.3 Associação como Espaço Intermediário entre o Público e o Privado 40

2.4 O Horizonte Valorativo 43

3 VICISSITUDES DO ASSOCIATIVISMO NUMA SOCIEDADE DESIGUAL 46

3.1 A Configuração Valorativa da Modernidade Periférica e a Produção Massiva de Subcidadãos 48

3.2 O Efeito das Assimetrias Sociais na Constituição de Relações Horizontais e Associativas 53

3.3 A Interiorização das Desigualdades e seu Impacto nas Subjetividades 59

4 SOCIOLOGIA DA EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA 63

4.1 As Lógicas Múltiplas da Experiência Social 65

4.2 O Passado da Experiência: a Incorporação de Repertórios de Esquemas de Ação e Percepção 69

4.3 Articulação Teórica e Consequências Metodológicas 73

5 COOPERATIVA DE ARTESÃS DA BARRA NOVA: COOPERARTBAN ... 76

5.1 Introdução 76

5.2 Lógica da Integração: entre Comunidade e Sociedade 79

5.3 Lógica Estratégica: entre Engajamento e Pragmatismo 85

5.4 Lógica da Subjetivação: entre a Exploração, a Terapia e o Compromisso 98

6 COOPERATIVA DE RECICLADORES DO ESTADO DE ALAGOAS: COOPREL..... 106

6.1 Introdução..... 106

6.2 Lógica da Integração: entre o Estigma e a Proteção..... 108

6.3 A Instrumentalização da Precariedade: a "Ajuda" como Reivindicação..... 122

6.4 Lógica da Subjetivação: Resignação, Apatia e Subjetivação Fragmentada..... 129

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 135

REFERÊNCIAS..... 144

APÊNDICES..... 148

ANEXOS..... 158

LISTA DE SIGLAS

AEGRE – Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia do Ministério de Desenvolvimento Agrário

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária

COBEL – Companhia de Beneficiamento de Lixo

COOPERARTBAN – Cooperativa de Artesãs da Barra Nova

COOPREL – Cooperativa de Recicladores do Estado de Alagoas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IESOL – Incubadora de Empreendimentos Solidários

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAUSS – Movimento Anti-Utilitaristas das Ciências Sociais

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda a experiência de trabalhadores de cooperativas surgidas nos últimos anos em populações de baixa renda em Alagoas. Procura compreender a forma em que os participantes dessas iniciativas de trabalho, protagonistas na sua grande maioria de histórias de vida marcadas pela precariedade e pela degradação das condições de vida, definem e administram as lógicas mobilizadas no espaço social associativo, perpassado por princípios e por formas de sociabilidade por vezes conflitantes e até contraditórias. A partir dessa análise, busca discutir as condições de possibilidade da construção de espaços públicos associativos baseados em modalidades horizontais e democráticas de relacionamento em contextos de desigualdade social.

A discussão teórica se articula neste trabalho com uma pesquisa empírica realizada em duas cooperativas de Alagoas: a COOPREL, uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis em Maceió e a COOPERARTBAN, uma cooperativa de artesãs rendeiras da Barra Nova, Município de Marechal Deodoro. As duas cooperativas pesquisadas podem ser enquadradas no que Jacob Carlos Lima (2003; 2006; 2009) descreve como cooperativas de geração de emprego e renda, que se organizam como alternativa ao desemprego ou subemprego dos segmentos mais precarizados da sociedade.

A partir de 1980, como resultado de profundas transformações no mundo do trabalho1, surgem numerosas experiências de trabalho associado no Brasil, organizadas principalmente a partir da modalidade cooperativa. Algumas dessas experiências têm sua origem na atitude defensiva de trabalhadores, que procuram manter suas fontes de emprego a partir da recuperação de fábricas falidas ou fechadas. Outras surgem como mecanismo de

1 Aumento da flexibilidade laboral, decaimento da organização taylorista – fordista do trabalho, aumento da precariedade e informalidade laboral como conseqüência das mudanças estruturais impulsionadas pela reestruturação produtiva da economia brasileira desde o fim dos oitentas e começo dos noventas do século XX. Como resultado, numerosos trabalhadores foram forçados a saírem do mercado de trabalho, engrossando as filas de desempregados e subempregados, junto aos setores historicamente excluídos (ANTUNES, 2005).

flexibilização da produção, por meio da tercerização e da redução de custos das empresas, transferindo as obrigações sociais para os trabalhadores. Existem ainda cooperativas que seguem um impulso mais "ideológico", formadas por membros oriundos principalmente das classes médias intelectualizadas, que valorizam a cooperação e a autogestão como forma de organização do trabalho. Por último, emergem as já mencionadas cooperativas de geração de emprego e renda em populações de baixa renda2.

Estas iniciativas surgem a partir de grupos informais de produção e comercialização, vinculados na maior parte dos casos a agências de desenvolvimento, sindicatos, igrejas, programas governamentais e entidades universitárias que fomentam sua organização no que alguns denominam como "cooperativas populares". De modo geral, podem ser caracterizadas como unidades de baixa produtividade e de baixa hierarquia na divisão sociotécnica do trabalho3, integradas por trabalhadores expulsos do mercado de trabalho formal ou que sempre permaneceram no setor informal, subempregados ou em empregos precários e temporários. Sua multiplicação revela um contexto de aprofundamento da precariedade histórica que sempre caracterizou amplos segmentos do mercado de trabalho brasileiro, configurando "práticas amenizadoras do não assalariamento" a partir de experiências coletivas de trabalho. (BARBOSA, 2007)

Existe outro fator que confluiu na multiplicação de experiências cooperativas nos últimos anos no Brasil. A crescente visibilidade do movimento da economia solidária a partir da década de 1990 no âmbito acadêmico, sindical e político, e sua institucionalização como política pública em 2003 com a criação da SENAES, despertou naturalmente o interesse pelas

2 Jacob Carlos Lima (2004) define quatro categorias de cooperativas em base às modalidades organizativas assumidas e a sua relação com o mercado: cooperativas "defensivas", cooperativas "alternativas", cooperativas de "geração de renda" e cooperativas "pragmáticas" (ou falsas cooperativas).

3 À diferença das cooperativas recuperadas por exemplo que desenvolvem suas atividades em segmentos de tecnologia mais avançada.

cooperativas populares e uma disponibilidade maior de recursos e de apoio técnico em todo o país4.

A economia solidária surge a partir de uma concepção que em todas suas variantes reivindica os valores de solidariedade, cooperação e reciprocidade como elementos norteadores da atividade econômica. Existem diferentes posições entre os autores que se incluem dentro desta perspectiva, tanto no que refere ao termo empregado e ao significado atribuído como à reconstrução histórica realizada para relatar seu surgimento (LEITE, 2009)

No que refere a sua definição, uma das interpretações paradigmáticas é a dada por Paul Singer, que entende a economia solidária como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo (SINGER, 2000; 2002). Mas existem outras visões que a consideram como segmento articulado à economia de mercado, com a potencialidade de criar novas sociabilidades e relações nas quais os setores mais vulneráveis da sociedade encontrem inserção social no capitalismo (GAIGER, 2008) ou ainda como uma das lógicas possíveis da atividade econômica, que é perpassada por uma pluralidade de lógicas (LAVILLE, 2004)

O ponto em que todas as interpretações concordam é na ênfase na gestão democrática, como modelo que promove a igualdade na tomada de decisões relevantes da organização no empreendimento, de propriedade coletiva dos membros. Assim, a simetria, a prevalência do interesse coletivo e a participação ativa dos integrantes se transformam em valores fundamentais deste tipo de organização, encarnados numa série de postulados que regulam seu funcionamento, como por exemplo: adesão voluntária, igualdade do processo decisório (um membro, um voto), deliberação por voto da maioria5.

4 As "incubadoras" da Rede UNITRABALHO , por exemplo, vinculadas às universidades e à Central Única de Trabalhadores, surgiram como instituições de fomento de cooperativas de trabalhadores de baixa renda (LIMA, 2009).

5 A atuação e organização das cooperativas estão reguladas pela Lei 5.764 de 1971. A definição de economia solidária dada pela SENAES enfatiza também a questão da gestão democrática: "conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão" (www.mte.gov.br/ecosolidaria)

No entanto, a prática mostra a existência de empreendimentos que respeitam esses preceitos só formalmente. É o caso das chamadas “falsas cooperativas”, que utilizam o formato como fachada, para diminuir os custos sociais, regendo-se por uma lógica empresarial que organiza a gestão dos empreendimentos de forma hierarquizada e vertical (LIMA, 2009). Ou por vezes das denominadas “cooperativas populares” que mesmo com vocação democrática, com freqüência testemunham problemas de adaptação dos trabalhadores, que não se concebem como proprietários nem como participantes ativos das decisões de gestão e que evitam envolver-se neste tipo de atividades.

Pensar que, a capacidade de desenvolver relações horizontais de relacionamento e de submissão às constrições grupais que pesam sobre o indivíduo no trabalho cooperativo, deriva automaticamente da reunião de um conjunto de pessoas em função de normas reguladoras, é desconhecer a importância dos contextos sociais e históricos que possibilitam que os valores nos que se fundamentam essas lógicas estejam disponíveis no horizonte valorativo dos trabalhadores envolvidos.

Como pensar então na cristalização de relações democráticas de trabalho e gestão em contextos marcados por uma profunda desigualdade social e pela desvalorização social de uma parcela significativa da população? Podemos esperar uma presunção básica tendente à igualdade, à simetria das relações sociais e ao estabelecimento de laços duradouros de pertencimento em indivíduos cujas trajetórias de vida se caracterizam pela privação material, pela instabilidade e pelo risco permanente de desfiliação social6?

Para responder essas questões acreditamos ser necessário partir de uma sociologia da experiência associativa que analise as condições de possibilidade da consolidação de espaços

6 Termo utilizado por Robert Castel (1998)

de tabalho assentados em novas formas de sociabilidade, tendo em vista os percursos dos trabalhadores e as formas em que definem a participação e o trabalho na cooperativa.

O interesse no associativismo de setores de baixa renda em Alagoas decorre da oportunidade que abre para a reflexão sobre a forma em que indivíduos advindos de setores extremamente marginalizados e de categorias ocupacionais estigmatizadas na sociedade lidam com contextos sociais absolutamente novos para eles, que demandam competências específicas, tanto do ponto de vista da organização do trabalho e do processo produtivo como das atividades de gestão. Como já foi mencionado, são trabalhadores tradicionalmente excluídos do setor formal do mercado de trabalho, que se desempenham na sua grande maioria como autônomos, em atividades de prestação de serviço, comércio local, e outras ocupações precárias e instáveis, com baixa ou nula escolarização e que moram em bairros periféricos sem acesso a serviços sociais básicos.

Isso faz com que existam nestes segmentos carências objetivas das competências necessárias para desempenhar atividades laborais que exijam o cumprimento de rotinas organizacionais, de procedimentos sistemáticos de realização do trabalho pautados de forma heterônoma, pelo simples fato de terem sempre se dedicado a atividades com maior flexibilidade do ponto de vista dos horários e da necessidade de se adequar ao trabalho socialmente organizado. Paralelamente, são indivíduos que não atravessaram pelo processo de "disciplinamento" que supõe a freqüência à escola, onde uma das principais implicâncias, além da aquisição de conhecimentos, é a incorporação de hábitos que submetem corpo e mente a uma ordem externa pautada por normas e autoridades bem definidas. A necessidade prematura destes indivíduos de buscar sua subsistência e de ajudar a família nos momentos de dificuldades os aparta da escola, condicionando uma trajetória futura que elimina as poucas ferramentas das que dispõem para superar a situação de precariedade. Mas além das carências objetivas, existem conseqüências do ponto de vista subjetivo e da auto-estima, derivadas do

status socialmente desqualificado e dos processos de invalidação social permanentes aos que estão sujeitos estes indivíduos.

Por outra parte, no trabalho informal e precário não existe um recrutamento baseado em critérios universalistas de seleção, como existe em termos gerais no mercado formal de trabalho. No segmento informal, tanto nos pequenos empreendimentos autogerados como no trabalho para terceiros (os chamados "bicos") as redes de proximidade são de fundamental importância. Assim, de forma constante nas suas vidas se impõe uma lógica própria às sociabilidades primárias, baseadas em vínculos afetivos e num princípio de personalização, que domina os diferentes âmbitos e relações nos que circulam. Inclusive àqueles âmbitos, como Estado e mercado, que supostamente implicam relações impessoais e universalistas, se materializam nas suas realidades a partir de relações que reproduzem a lógica personalista.

Que esperar então de indivíduos que talvez nunca tenham usufruído de um emprego com carteira assinada, com percursos biográficos marcados pela instabilidade e pelas incertezas constantes? Que possibilidades possuem do ponto de vista subjetivo de apropriar-se de uma experiência coletiva sendo que permaneceram a maior parte das suas vidas engrossando as filas dos supranumerários, inempregáveis, inempregados ou empregados precários, que povoam as zonas de vulnerabilidade ou de exclusão permanente da sociedade? (CASTEL, 1998)

A Sociologia do Trabalho durante muitos anos praticamente ignorou os segmentos "atípicos" do mercado de trabalho. Na Europa, pela prevalência do trabalho assalariado, e na América Latina, mesmo com um importante contingente da População Economicamente Ativa nesta condição, pela ênfase no trabalho operário e industrial como centro da análise7.

7 De acordo com De La Garza Toledo o sesgo deriva da influência de duas concepções teóricas que derivaram na prevalência de uma definição restrita do trabalho enquanto trabalho assalariado. Por uma parte a visão neoclássica que considera trabalho somente aquele que se compra e vende por um salário. Por outra parte a visão marxista clássica que privilegia o trabalho assalariado como centro da sua análise, por sua visão da classe operária como sujeito histórico de transformação da sociedade (DE LA GARZA, 2009).

Mas o risco e a insegurança sempre constituíram condições inerentes aos mercados de trabalho latino-americanos, como ingredientes básicos da vida cotidiana de inúmeros trabalhadores informais, sub-empregados e com empregos precários.

De acordo com dados de Jacob Carlos Lima o setor informal alcança em algumas regiões do Brasil 70% da PEA, chegando o trabalho assalariado somente a 50% nos seus melhores momentos. (LIMA, 2008: p.5). Em Alagoas8, a situação adquire um caráter ainda mais problemático por sua massificação. Em 2004 a porcentagem de contribuição da população ocupada ao INSS foi de 31,5%, o que significa que a maioria das pessoas ocupadas está inserida em atividades informais, sem carteira assinada e desprovida dos direitos trabalhistas assegurados por lei (DA SILVA, 2010). A economia informal dá emprego a dois de cada três trabalhadores urbanos em Alagoas. (CARVALHO, 2007)

As evidências apresentadas falam por si mesmas, reforçando a importância de uma abordagem sociológica das categorias ocupacionais que formam parte desse segmento majoritário do mercado laboral, por muito tempo negligenciado pela Sociologia do Trabalho. Ao falarmos em abordagem sociológica reivindicamos uma perspectiva que ilumine dimensões do fenômeno que não foram contempladas pela perspectiva simplificadora que se apropriou da discussão sobre informalidade por muitos anos, reduzindo um fenômeno tão complexo e multidimensional a um conceito genérico que não dá conta da sua heterogeneidade constitutiva, e dos processos e relações sociais a partir dos quais se materializa.

8 Os indicadores sociais de Alagoas o colocam como um dos estados com pior desempenho do país. O IBGE mostra que em educação, saúde, renda, Alagoas possui as estatísticas mais desfavoráveis (maiores taxas de analfabetismo, mortalidade infantil, expectativa de vida). (IBGE, 2007). Por sua parte o IDH o coloca como o estado com índice mais baixo do Brasil para o período 1998 - 2005. (CEPAL, PNUD, OIT: 2008)

Propomos neste trabalho a análise de duas experiências associativas recentes e pouco comuns no âmbito alagoano[9], que permitem abordar a forma em que trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, com percursos de vida instáveis e precários, dão sentido a sua participação e ao trabalho na cooperativa. Isso nos dará insumos para entender se as noções de democracia, autogestão e solidariedade[10], preconizadas pela perspectiva da economia solidária como inerentes ao formato cooperativo, têm um enraizamento enquanto valores que definem as relações entre os cooperados, ou se simplesmente configuram um enquadramento normativo difuso e externo a eles, que pode ser dotado de um significado diferente ou negado de acordo com a definição que dão à sua experiência.

De forma que o problema principal da pesquisa se coloca nas seguintes questões: de que maneira os membros das cooperativas se posicionam em relação às exigências derivadas da organização autogestionária da cooperativa? E de que forma é possível identificar nas trajetórias dos sujeitos da pesquisa elementos que dêem indícios sobre esse posicionamento?

Consideramos de fundamental importância fazer essa remissão aos percursos dos cooperados, já que permitem aprofundar na compreensão dos sentidos atribuídos à experiência associativa, que são também produto de disputas e negociações permanentes entre diferentes definições. De outra forma caímos no risco contra o qual adverte Melucci (2001), de abordar a ação coletiva como fenômeno dotado de uma unidade externa, derivado ou bem da homogeneidade de crenças, representações, objetivos e valores dos atores ou bem como resultado de um determinismo estrutural que atua sobre suas subjetividades de forma

9 O Sistema Nacional de Informações Solidárias, do Ministério de Trabalho e Emprego informa no Relatório SIES 2005- 2007 que existiam em Alagoas 284 "empreendimentos solidários" dos quais somente 14 foram enquadrados na categoria "cooperativa". O resto se distribuía da seguinte forma: 138 "grupos informais", 127 "associações", e 4 na categoria residual "outros". Disponível em: http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/conteudo/RelatorioPublico.asp?SGUF=AL. Acesso em 14 de abr

10 Entendemos o termo "solidariedade" como um laço de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar aos outros. Neste sentido se afasta da conotação religiosa, entendida como forma de caridade, que pressupõe uma relação hierárquica em que pessoas situadas nas categorias socialmente superiores "ajudam" as que se encontram em situação inferior.

mecânica. Por isso permanentemente optamos na nossa pesquisa por ferramentas conceituais e metodológicas que dêem conta da complexidade e da dinâmica própria do fenômeno que estamos analisando.

A hipótese com que trabalhamos é que o contexto de precariedade social, determinado por carências objetivas de competências para atuar no mercado competitivo, pelo pertencimento a categorias socialmente estigmatizadas, pela instabilidade dos laços sociais e pelo risco permanente de perda do equilíbrio precário que mal conseguem manter, coloca entraves à efetiva incorporação dos valores da democracia e igualdade na gestão das cooperativas. O contacto permanente com âmbitos marcados por sociabilidades primárias (inclusive àqueles que pressupõem um maior grau de impessoalidade como Estado e mercado), onde as assimetrias se plasmam de forma evidente nas interações cotidianas, demonstram para estes indivíduos que a única estratégia possível é a submissão a uma estrutura verticalizada onde a categoria superior distribui recursos11 com base em critérios particularistas.

O referencial teórico utilizado para dar conta do nosso objeto de estudo enfatiza os processos pelos quais são internalizados os valores e transformados em princípios de ação e em interpretações da própria experiência no âmbito das associações. Para isso partimos das perspectivas de François Dubet e Bernard Lahire (DUBET, 1996; LAHIRE, 2002) e das noções de “experiência social” e de “repertórios de disposições” trabalhadas por estes autores.

Desta forma, a metodologia utilizada se articula com a perspectiva teórica, privilegiando o acesso à subjetividade dos atores envolvidos. Parte do pressuposto de que a análise dos processos de interpretação que realizam os trabalhadores das suas experiências

11 Recursos que podem ser dinheiro, poder, trabalho, benefícios sociais, etc.

vitais e dos contextos nos quais se inscrevem suas trajetórias, permitem compreender as dinâmicas sociais mais amplas nas que se desenvolvem.

Como aponta Dubet (1996), para abordar a experiência social dos trabalhadores de associações de emprego e renda é necessário partir da compreensão que eles têm do mundo e deles próprios. Entendemos que é por meio das trajetórias sociais dos indivíduos que podemos ter acesso a essa subjetividade e às experiências no mundo do trabalho, na forma de narrativas que testemunham a articulação das diferentes lógicas da ação e das rupturas e continuidades que marcam seus percursos. No processo de exteriorizar suas histórias de vida, os sujeitos articulam e dão coerência a um relato de identidade que os define e os posiciona num campo social.

Os diferentes âmbitos em que se desenvolve a experiência social, que freqüentemente são analisados de forma fragmentada, a partir de diferentes tópicos que compõem o roteiro de entrevista, encontram-se na realidade extremamente imbricados. Por isso é necessário abordá-los nas suas interconexões, e nada melhor nesse sentido que a unidade do próprio relato dos sujeitos envolvidos, onde se combinam, se fundem e se articulam harmonicamente elementos diversos e dimensões da cultura dos indivíduos que em geral são estudados separadamente.

A pesquisa empírica foi realizada em duas cooperativas de Alagoas, a partir de observações e de entrevistas em profundidade com os trabalhadores. As cooperativas foram escolhidas porque representam atividades econômicas essencialmente diferentes e são conformadas por membros de perfis muito diversos. A opção foi realizada em base a um conhecimento prévio de ambos os empreendimentos, a partir da colaboração no Núcleo Unitrabalho da Universidade Federal de Alagoas. As visitas realizadas despertaram uma série de interrogações, surgidas dos relatos dos sócios sobre os problemas de funcionamento e de relacionamento da cooperativa.

A COOPREL chamou a atenção por ser uma cooperativa de um segmento que está atravessando uma fase de crescimento importante nos últimos anos, por ser objeto de políticas públicas de incentivo a este tipo de organização dos catadores. Além disso, pela própria situação em que foi fundada, por ex-funcionários da COBEL – Companhia de Beneficiamento de Lixo de Maceió, dependente da Prefeitura da capital, que foram desvinculados repentinamente das suas funções. Do ponto de vista da pesquisa, isso possibilitaria o contato com trabalhadores que tinham sofrido um processo descendente do ponto de vista social, de uma ocupação em que se beneficiavam da condição de assalariados, com mínimas garantias de estabilidade e direitos sociais, a outra de maior precariedade, tanto do ponto de vista do resultado econômico como da continuidade e estabilidade do trabalho.

A segunda associação pesquisada foi um agrupamento de artesãs de Barra Nova, localidade situada no litoral sul, no Município de Marechal Deodoro. A COOPERARTBAN é formada por mulheres da comunidade, artesãs de filé, um artesanato típico de Alagoas. A cooperativa atravessou uma série de dificuldades vinculadas à incapacidade de estabelecer uma rotina de trabalho na que todos os membros se reunissem no local da associação para produção coletiva das peças.

Como existia um contato prévio com as associações, o funcionamento cotidiano era medianamente conhecido. Mas a pesquisa exigiu a realização de uma primeira aproximação a partir de uma entrevista coletiva que permitisse coletar informações gerais da cooperativa: sobre as primeiras reuniões antes da fundação, formalização, evolução, funcionamento, dificuldades, vantagens. Posteriormente foram iniciadas as entrevistas individuais, centradas nas trajetórias dos cooperados e na sua vivência cotidiana da cooperativa.

A técnica de coleta de dados utilizada consistiu na entrevista em profundidade, com ênfase na dimensão temporal e nos percursos que derivaram na aproximação às associações. Assim, o método biográfico se apresentou como a abordagem mais apropriada para nosso

objeto de pesquisa, por ser um dispositivo metodológico que permite uma abordagem retrospectiva e longitudinal, que possibilita um conhecimento a fundo da cronologia e dos contextos de surgimento e desenvolvimento da interação social e dos pontos de vista dos indivíduos. (VALLES, 1997: p. 252)

Dentre as alternativas que oferece a perspectiva biográfica12 se optou pelo "relato de vida", que permite centrar a pesquisa numa dimensão diacrônica e compreender as lógicas de ação no seu desenvolvimento biográfico e as configurações de relações sociais no seu desenvolvimento histórico, tanto no que refere a sua reprodução e às dinâmicas de transformação (BERTAUX, 2005). O "relato de vida" é uma construção narrativa que permite também outras formas discursivas que ajudam a compreender seu significado: indagações sobre as relações com outros indivíduos, explicações sobre razões para agir de determinada maneira, descrição dos contextos de ação e interação e avaliação de determinadas temáticas.

Na nossa pesquisa o "relato de vida" foi articulado com a observação, nos momentos de espera entre entrevistas, que às vezes se prolongaram bastante dependendo do ritmo de trabalho do dia. De forma que pode ser situado dentro do que Beartaux denomina como "método etno-sociológico", que designa um tipo de pesquisa empírica fundada sobre a entrevista e o estudo de caso, com inspiração na tradição etnográfica e suas técnicas de observação.

Desde esta perspectiva, o relevante é fazer uma relação entre os relatos e os contextos sociais onde as práticas e relações sociais que eles contribuem a reproduzir ou transformar se inscrevem. As técnicas desenvolvidas dentro desta perspectiva partem da premissa de um pesquisador que se apresenta no campo empírico sem idéias muito fixadas sobre os

12 A perspectiva biográfica inclui o relato de vida e a historia de vida. A historia de vida refere aos estudos de caso sobre uma pessoa determinada, e compreende não somente seu relato de vida senão também documentos de outro tipo (cartas, diários, anotações). O relato de vida designa a historia de uma vida tal e como é contada pela pessoa que a viveu. (BERTAUX, 2005)

entrevistados e sem dispositivos muito estruturados que sufoquem o surgimento de questões relevantes que podem não ter sido previstas pelo pesquisador.

O critério utilizado para selecionar os casos foi eminentemente teórico, baseado no que Glasser e Strauss (Apud STRAUSS e CORBIN, 1998) denominam como "*amostra teórica*". Esta modalidade se focaliza na relevância e aporte que cada caso pode fazer em relação ao objeto de estudo13. Na amostra teórica o pesquisador define a seleção dos casos a partir de um esquema conceitual geral, que pode evoluir na medida em que avança a pesquisa.

Os elementos que foram levados em conta para escolher os entrevistados foram fundamentalmente: o tempo de trabalho na cooperativa, a participação em atividades de gestão e as trajetórias laborais anteriores, de forma de garantir diversidade de posições, de pontos de vista e de experiências biográficas. Mas a própria dinâmica das cooperativas também incidiu na evolução do trabalho de campo, na medida em que os trabalhadores eram abordados quando tinham um tempo livre ou no dia em que eram encontrados na sede da cooperativa.

No total foram realizadas sete entrevistas na COOPERARTBAN e nove na COOPREL. A pouca acessibilidade da comunidade de Barra Nova e as características da organização do trabalho das artesãs, que não cumprem um horário fixo à exceção das reuniões de gestão das quintas-feiras e do dia de "plantão" de cada uma, dificultaram a realização de um numero maior de entrevistas, já que nas instâncias coletivas sempre eram encontradas as mesmas cooperadas. Isto denota uma característica que especifica o funcionamento da COOPERARTBAN, em que várias artesãs se negam a participar das discussões sobre gestão e planejamento coletivo do empreendimento, como veremos no capítulo 4.

13 Constitui um critério próprio da abordagem qualitativa, em oposição à perspectiva quantitativa que busca a representatividade estatística dos casos e a possibilidade de fazer generalizações e inferência a partir de uma amostra.

O roteiro de entrevista esteve composto por um tópico inicial no qual se explicaram os objetivos da pesquisa para os entrevistados e por uma série de perguntas tendentes a obter um relato de vida o mais abrangente possível. Foram intercaladas perguntas específicas quando pontos importantes ficavam sem aproveitamento por conta do ritmo do próprio relato. As entrevistas foram gravadas com consentimento do entrevistado e transcritas na íntegra. A análise partiu da identificação nos discursos de categorias derivadas da proposta de Dubet sobre as lógicas de ação da experiência social, contextualizadas em relação às trajetórias de vida relatadas pelos entrevistados.

A dissertação se estruturou a partir de cinco capítulos: nos três primeiros se discutem as principais questões teóricas que definem o problema de pesquisa, e nos dois últimos se analisa a evidência empírica coletada, de forma independente para cada cooperativa.

No primeiro capítulo discutimos a literatura sobre associações. Partimos do debate desenvolvido nos últimos anos pelo Movimento Anti-Utilitarista das Ciências Sociais (MAUSS) na França, que construiu um corpo de reflexões de grande relevância sobre associativismo e economia solidária. Em base a uma critica ao utilitarismo dominante e a uma retomada das discussões sociológicas mais importantes da teoria clássica e contemporânea, as contribuições dos autores que conformam o citado movimento se centram no caráter hibrido das associações enquanto organizações modernas, que combinam o publico e o privado, laços primários e secundários, lógica econômica e social.

No segundo capítulo analisamos a possibilidade de estabelecimento de relações de solidariedade e de cooperação em sociedades que reproduzem as desigualdades sociais de forma massiva, como a brasileira, que naturalizam a existência de um vasto segmento de população que não consegue incorporar as condições necessárias para sua atuação na vida moderna. Usamos como base a teorização proposta por Jessé Souza (2003; 2006; 2009), que articula componentes das formulações de Pierre Bourdieu e de Charles Taylor para construir

uma explicação alternativa da modernidade periférica, crítica das concepções culturalistas clássicas das Ciências Sociais brasileiras. Também abordamos aportes de outros autores que enfatizam distintos aspectos das dinâmicas e relações sociais que se estabelecem a partir dessa condição de invalidação social de amplos setores da população, que atuam como obstáculos à ação coletiva. Incorporamos a análise que Elisa Reis (1998) constrói a partir da obra de Edward Banfield "The moral basis of a backward society" (1968), a noção de Teresa Sales (1994) de "cidadania concedida" assim como algumas contribuições de Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Roberto Damatta (1986; 1991; 2004), que permitem entender a forma em que as desigualdades são interiorizadas e reproduzidas, constituindo uma lógica de sociabilidade presente nas interações sociais cotidianas.

No terceiro capítulo apresentamos a sociologia da experiência associativa, com base nas propostas de François Dubet e Bernard Lahire. Partimos do conceito de "experiência social" de Dubet, que enfatiza a necessidade de abordar a ação social a partir da pluralidade dos seus princípios constitutivos, e do trabalho do ator na combinação dos mesmos numa definição de identidade. Usamos também as ferramentas da teoria disposicional de Lahire, que se centra no passado incorporado dos atores na forma de repertórios de disposições e esquemas de ação que incidem na forma em que os indivíduos administram a heterogeneidade de lógicas da experiência. O capítulo discute as possibilidades de articulação teórica de ambos autores, e sua adequação como instrumentos conceituais que permitem dar conta do objeto de estudo da nossa pesquisa, assim como da abordagem metodológica proposta.

No quarto capítulo apresentamos a análise empírica de uma das duas cooperativas estudadas: a COOPERARTBAN. Toda sua dinâmica de funcionamento e o discurso das cooperadas estão pautados pela referência ao caráter tradicional do filé na comunidade da Barra Nova e da região das lagoas. Mas existe simultaneamente um discurso que mostra uma interpretação diferente dessa tradição e dos costumes arraigados, reivindicando uma maior

participação de todas na defesa do projeto da cooperativa. Como resultado, a coexistência dessas definições divergentes da experiência associativa gera permanentes negociações e tensões, que dão forma à dinâmica de funcionamento da cooperativa e às relações e aos graus de engajamento das cooperadas.

No quinto capítulo analisamos a segunda cooperativa pesquisada, a COOPREL, cooperativa de catadores de material reciclagem, cuja dinâmica está pautada também pela coexistência de uma tensão constante, que exige negociações contínuas. No entanto, nesta cooperativa a tensão é de outra natureza: entre um discurso que enfatiza a horizontalidade e igualdade ao interior da cooperativa, mas que deixa transparecer uma visão verticalista e hierárquica quando avalia sua relação com as instituições e referentes externos e quando rememora um passado marcado por uma liderança autoritária e particularista.

Finalmente nas considerações finais faremos uma relação entre a existência desses significados em conflito ao interior das cooperativas pesquisadas e as formas de adesão ao projeto da mesma e às exigências derivadas da sua organização autogestionária.

2 ASSOCIAÇÕES E ESPAÇO PÚBLICO

Estudar associações supõe abordar um objeto que ocupa um lugar central no pensamento sociológico, tanto da teoria clássica como da contemporânea, por ser uma temática que remete a perguntas básicas: porque as pessoas se agrupam, porque se comprometem em coletivos em vez de atuar individualmente, como se desenvolve a dinâmica das formas associativas, o que distingue as associações de outro tipo de organizações (como Estado ou empresas), ou seja: quais são os pressupostos da ação coletiva em associações.

Desde a época de surgimento e consolidação da sociologia enquanto abordagem sistemática da sociedade, o fenômeno associativo formou parte das reflexões e teorizações de autores de tradições variadas, como por exemplo Emile Durkheim na França, George Simmel na Alemanha e Charles Cooley nos Estados Unidos. Mas também foi objeto de outras interpretações fortemente influenciadas por postulados utilitaristas, que entendem a sociedade como conjunto de relações entre atores que buscam satisfazer seus interesses individuais a partir de uma racionalidade custo-benefício, que procura maximizar ganhos e minimizar as perdas. A hegemonia desta perspectiva se fez sentir em todo o espectro acadêmico, inserindo conceitos e ferramentas analíticas da economia ao estudo das associações, de ampla influência inclusive na sociologia e ciência política.

A expansão dessa visão utilitarista e estratégica da sociedade e do ator social derivou no predomínio da representação da dinâmica associativa a partir do modelo do mercado e do Estado, restringindo o fundamento da ação coletiva a avaliações de lucro, de adequação normativa ou a relações de poder. No entanto, estas abordagens sempre co-existiram com posturas críticas, que proclamam a necessidade de compreender a especificidade do fato associativo do ponto de vista sociológico, sem reduzir o registro da ação a um único elemento. Para isso é necessário partir de uma perspectiva a partir da qual seja possível identificar os

elementos que caracterizam as relações sociais desenvolvidas no espaço associativo e as lógicas articuladas na experiência dos indivíduos participantes, o que demanda uma abordagem fundamentada na tradição da sociologia, constituída em grande medida em oposição ao pensamento utilitarista que reduz o social à dimensão econômica.

Na teoria contemporânea, essa abordagem é reivindicada e sustentada por autores do Movimento Anti-Utilitarista das Ciências Sociais- MAUSS, que tentam escapar das teorias que reduzem o funcionamento da sociedade e da ação associativa a um único princípio de funcionamento, seja ele instrumental, normativo ou cultural. Nesta linha teórica, que combina referências variadas de pensamento, se dá especial atenção aos fatores que especificam as relações sociais associativas, principalmente ao caráter hibrido ou misto das mesmas em termos de sociabilidades primárias e secundárias, e da sua condição de intermediação entre interesses individuais e coletivos, entre o privado e o público, entre Estado e mercado.

Neste sentido, retomam uma idéia clássica da sociologia, que destaca a importância da análise das relações sociais, em oposição a interpretações que substancializam a realidade por meio de conceitos que não refletem a dinâmica constitutiva da mesma. Essa idéia nos remete à teoria de Simmel, para quem a análise sociológica é por definição a análise das formas da sociação, ou conjunto de indivíduos em reciprocidade de ação que constituem unidades definitivas ou transitórias nas suas interações.

De acordo com Simmel (2006), a sociologia não deve se preocupar com o tipo de finalidade que os agrupamentos possuem, que podem ser finalidades religiosas, políticas ou econômicas. A mesma finalidade, o interesse econômico, por exemplo, pode adotar diversas formas, como competição ou colaboração, de forma que o foco no conteúdo ou matéria da vida social deve dar passo a uma priorização do estudo das formas e das relações sociais dos indivíduos em reciprocidade de ação.

Com esta abordagem, Simmel tenta escapar das perspectivas que substancializam o objeto da sociologia, destacando a análise das relações e da interação social. O estudo da sociedade não se reduz à análise das grandes instituições presentes na sociedade como o Estado, o Direito ou a moda. Esses conceitos só se usam por procedimento de método, porque os vínculos entre os homens são mais complexos e não podem ser reduzidos aos seus elementos últimos: *"(...) trata-se de descobrir os delicados fios das relações mínimas entre os homens, em cuja repetição contínua se fundam aquelas grandes formações que se fizeram objetivas e que oferecem uma história propriamente dita*". (SIMMEL 1983: p.73).

As questões discutidas neste capítulo terão como pano de fundo esse pressuposto, no entendimento de que a definição a priori das lógicas e relações que configuram o espaço associativo anula a capacidade de apreender a diversidade de princípios presentes no seu funcionamento, e a articulação que os participantes realizam dessa dispersão na sua experiência social.

2.1 Entendendo a especificidade do fato associativo: princípio comunitário versus princípio societário?

O exame da literatura revela um primeiro ponto que deve ser contemplado na revisão do "estado da arte" sobre associações: a especificidade do fenômeno associativo deriva do seu caráter eminentemente moderno, em oposição às relações e organizações das sociedades arcaicas e tradicionais.

A tendência a formar associações ou grupos de indivíduos na perseguição de finalidades comuns, pode ser encontrada em todos os tempos históricos e sociedades, mas é na modernidade que as condições de proliferação de associações voluntárias são potencializadas pela importância crescente que assume o indivíduo e suas escolhas de pertencimento a grupos sociais, em detrimento dos papéis fixos da sociedade tradicional. As

associações surgem eminentemente como uma reação a uma sociedade de ordens e de hierarquias, por meio da criação de grupos de participação voluntária que procuram alcançar um determinado fim a partir da ação coletiva. (CHANIAL, 1998: p. 30)

Nas sociedades pré-modernas predominam os vínculos primários, pautados por relações de proximidade e consangüinidade, que constituem praticamente a totalidade das interações sociais dos grupos. O pertencimento e a participação são resultado automático de uma determinada condição do indivíduo (muitas vezes anterior ao nascimento, herdada), que revela uma posição na estrutura social mais do que uma escolha pessoal.

Para Simmel (1977), nas sociedades modernas, na medida em que o indivíduo começa a sair do seu grupo primário o que predomina no estabelecimento de laços é a semelhança subjetiva, fundada em disposições, inclinações e atividades compartilhadas pelos membros e em interesses comuns, e não em características “locais e fisiológicas” determinadas pelo nascimento. Isso institui um elemento de liberdade, porque o pertencimento responde a um ato de escolha, que não exclui a participação em outros círculos sociais simultâneos.

Na sociologia, foi o questionamento sobre a ruptura fundamental da modernidade que motivou uma distinção clássica entre princípio comunitário e princípio societário14, de ampla influência nas abordagens posteriores sobre o fato associativo. Na obra *Comunidade e Sociedade* de 1887, Ferdinand Tonnies identifica duas formas sociais essenciais e contrapostas configuradas por tipos de relações sociais específicas. A comunidade é o domínio do afetivo no interior de um grupo concebido como entidade natural e durável onde predomina a homogeneidade dos membros. Corresponde a uma solidariedade profunda derivada do seu caráter de organismo vivo. Por outra parte, a sociedade constitui uma unidade

14 Para Habermas os clássicos da sociologia tratam nas suas teorias de postular teorias da ação de forma que suas categorias captem a clivagem comunidade à sociedade. (HABERMAS, 2007: p. 22)

arbitrária e artificial motivada por influências exteriores às relações sociais, com prevalência de motivações e interesses individuais. Corresponde a uma separação de indivíduos relacionados por lógicas regidas pelo cálculo e pela utilidade.

Esse par conceitual introduzido por Tonnies aparece nas interpretações de numerosos autores da sociologia como princípios estruturantes das relações sociais em espaços específicos de interação, e como lógicas geradoras do laço social. Em alguns casos partindo de abordagens que acentuam um dos extremos do continuum de forma unilateral e reducionista, e em outros casos como registros que coexistem e se articulam (LAVILLE, 1997). A vertente que enfatiza o lado da comunidade, salienta a necessidade de se pensar o vínculo social a partir das experiências de pertencimento dos membros, que possibilitam a compreensão recíproca entre os indivíduos e a adoção de leis e valores comuns. Essa visão se contrapõe ao pensamento que enfatiza o principio societário como gerador de um laço social a partir de indivíduos atomizados que se relacionam com a mediação de acordos contratuais e impessoais.

A perspectiva de Durkheim pode ser enquadrada na visão comunitarista, principalmente no seu diagnóstico do crescente individualismo e anomia sociais reinantes na sociedade moderna. No Prefácio à Segunda Edição da Divisão do Trabalho Social Durkheim manifesta explicitamente sua preocupação com a ausência de instâncias intermediárias entre os indivíduos e o Estado, capazes de aportar uma força moral que permita superar o predomínio do egoísmo individualista. (DURKHEIM, 2008)

Como na sociedade moderna as atividades econômicas adquirem uma importância fundamental, os indivíduos passam grande parte da sua vida no meio industrial e comercial, ou seja, fora de qualquer ação moral que os atinja. Como resultado, o estado de anomia se generaliza, criando conflitos sociais constantes. Na visão de Durkheim esses conflitos só podem ser contidos a partir da formação de grupos capazes de construir um sistema de regras

cuja atuação produza maneiras de agir obrigatórias para sujeitar os indivíduos. As instituições políticas não podem exercer essa função (nem a comunidade política nem o Estado) já que possuem uma incidência cada vez mais fraca em relação à vida econômica. Por isso o grupo deve surgir do mundo profissional, "*formado por todos os agentes de uma mesma indústria reunidos e organizados num mesmo corpo. É o que se chama de corporação ou grupo profissional*".

Estes grupos podem recriar a solidariedade orgânica a partir da sua união e institucionalização em corporações profissionais que contenham os egoísmos individuais e mantenham um sentimento forte de solidariedade, impedindo que a lei do mais forte prevaleça.

Durkheim deixa bem claro que o relevante nas associações não é sua capacidade de defender os interesses dos membros. Esse fato é secundário em relação à sua capacidade de constituir um ambiente moral que leve os indivíduos a defender o interesse coletivo sem priorizar o interesse particular. O autor relata como nas corporações do passado existia uma subordinação da utilidade privada à utilidade comum, gerando um espírito de sacrifícios e de abnegação entre seus membros e um profundo sentimento de pertencimento. Nas corporações romanas, por exemplo, se organizavam atividades festivas e de assistência ao trabalhador, levando os trabalhadores a se associarem pelo prazer de viver juntas, para encontrar distrações, criando "*uma intimidade menos restrita do que a família, menos extensa do que a cidade, e tornar assim a vida mais fácil e agradável*". Assim, a relevância das associações não deriva da finalidade imediata que cumprem na sociedade (a representação de um interesse particular) senão do fato de elas produzirem uma moralidade entre seus membros e um forte sentimento de pertencimento.

> *"A partir do instante em que, no seio de uma sociedade política, certo numero de indivíduos têm em comum idéias, interesses, sentimentos, ocupações que o resto da população não partilha com eles, é inevitável que, sob a influência*

> *dessas similitudes, eles sejam atraídos uns para os outros, que se procurem, teçam relações, se associem e que se forme assim, pouco a pouco, um grupo restrito, com sua fisionomia especial no seio da sociedade geral. Porém, uma vez formado o grupo, dele emana uma vida moral que traz naturalmente, a marca das condições particulares em que é elaborada. Porque é impossível que homens vivam juntos, estejam regularmente em contato, sem adquirirem o sentimento de todo que formam por sua união, sem que se apeguem a esse todo, se preocupem com seus interesses e o levem em conta em sua conduta"*. (DURKHEIM, 2008: XXI)

Neste ponto a perspectiva de Durkheim poderia ser traduzida em termos simmelianos, no entendimento de que o grupo gera uma sociabilidade, um "*prazer de comungar, de formar com vários um só todo*" que se transforma num fator de extrema relevância na sua constituição. A importância dessa característica para Durkheim é a eficácia moralizadora desenvolvida a partir dessa proximidade e desse pertencimento dos membros do grupo.

Mas não é qualquer tipo de corporação que Durkheim defende como efetiva na sua funcionalidade moral. Na forma comunal que assumiram na Idade Média, as corporações estariam fadadas ao fracasso na sociedade moderna, em que a vida econômica adquiriu um caráter eminentemente industrial (de abrangência nacional e até internacional). Por isso propõe uma reformulação do formato corporativo, e uma extensão e ampliação das suas funções, de forma de compreender todos os membros de uma profissão e não somente os artesãos de uma determinada cidade. Assim, a corporação poderia formar uma unidade que contemplasse as diversidades regionais, regulando a vida econômica e fomentando a solidariedade entre seus membros.

O aporte principal da perspectiva de Durkheim radica em que fornece insumos para escapar das perspectivas excessivamente normativistas, que visualizam as associações a partir do seu funcionamento e das normas que instituem para organizar-se. Para Durkheim os grupos não podem ser reduzidos a um papel definido em torno do estabelecimento e aplicação de regras. "*Um grupo não é apenas uma autoridade moral que rege a vida de seus membros,*

é também uma fonte de vida sui generis. Dele emana um calor que aquece ou reanima os corações, que os abre à simpatia, que faz ruir os egoísmos".

Propõe que a atividade corporativa moderna assuma cada vez mais atribuições: funções assistenciais, educativas e recreativas, que deveriam passar das mãos do Estado. Numa sociedade complexa como a moderna, o Estado está muito distante dos indivíduos, mantendo relações externas e intermitentes que não lhe permitem *"penetrar a fundo nas consciências individuais e socializá-las interiormente"*. As corporações pelo contrário, possuem uma solidariedade e homogeneidade intelectual e moral entre seus membros que possibilita uma relação mais íntima, de intermediação entre o Estado e os cidadãos. "*Uma nação só se pode manter se, entre o Estado e os particulares, se intercalar toda uma série de grupos secundários bastante próximos dos indivíduos para atraí-los fortemente em sua esfera de ação e arrastá-los, assim, na torrente geral da vida social"*.

Durkheim destaca o caráter moralizante que podem ter as associações, reivindicando uma atualização do princípio comunitário na modernidade através da promoção de grupos secundários. (LAVILLE, 1997: p. 52)

Além da visão durkheimiana, outras perspectivas comunitaristas surgiram em diferentes âmbitos da academia, sempre enfatizando a capacidade de integração social do princípio comunitário, a partir da incorporação de um horizonte de significados comuns e de orientações morais sobre as quais fundarem o entendimento mútuo e a ordem social. O ponto de partida é sempre o diagnóstico de um estado de anomia intrínseco à modernidade, que pode ser superado a partir do fortalecimento do laço social. Considera-se um equívoco pensar no interesse individual como única motivação das relações sociais, de forma independente de um horizonte de inteligibilidade e de significação que é necessariamente de ordem inter-subjetivo. Podem ser incluídos como expoentes da explicação comunitarista, autores como Charles Taylor, Michael Walzer e Daniel Bell. (WARREN, 2001: p. 21-24)

No outro extremo da dicotomia comunidade–sociedade encontramos as perspectivas que identificam no princípio societário a característica distintiva das relações sociais próprias às associações modernas. Dentro deste tipo de explicação é preponderante a incidência da economia neoclássica com sua interpretação da sociedade como conjunto de indivíduos maximizadores do interesse individual, assim como de outras análises da ciência política, da sociologia e do direito, que partem do pressuposto da utilidade como lógica orientadora da ação social. A explicação normativista, mesmo partindo de uma crítica da vertente utilitarista por reduzir o social à ação instrumental se inscreve também dentro da linha que enfatiza o principio societário.

Na corrente utilitarista, o interesse individual, a ação teleológica e o cálculo constituem os elementos centrais de toda ação social, e o acordo contratual o padrão de interação social predominante. Suas raízes se remontam às doutrinas de Jeremy Bentham, Adam Smith e John Stuart Mill que partem do postulado do egoísmo racionalista por um lado e de uma concepção utilitária de justiça que estabelece que o justo (ou certo) é o que traz a quantidade maior de benefícios para a maioria. Esses dois princípios da doutrina pautam a diferença entre explicação utilitarista e normativista, que enfatizam de forma unilateral um dos postulados da teoria.

Na sociologia por exemplo, o "*individualismo metodológico*" de Raymond Boudon pode ser definido como um utilitarismo individualizado que visualiza o fato social como um agregado de comportamentos de indivíduos que atuam a partir de cálculos racionais em função de fins determinados. Outra versão da corrente utilitarista na sociologia é o "*utilitarismo coletivista*" onde os sujeitos da ação social não são mais indivíduos senão sujeitos coletivos. Neste grupo, alguns integrantes do MAUSS situam formulações como a teoria do habitus de Bourdieu. (LAVILLE, 1997)

Dentro do paradigma utilitarista existem muitas variantes, tanto as que se baseiam no indivíduo como na classe e no grupo social, as que postulam que a utilidade é perseguida conscientemente pelos atores ou inconscientemente pelos agentes. No entanto, todas elas entendem a sociedade como resultado da ação de indivíduos ou de grupos que atuam racionalmente para alcançar fins pré-determinados.

Justamente é esse o ponto que a explicação normativa mais critica da visão utilitarista, já que reduz a ação social à instrumentalidade. Dentro desta postura podemos situar teóricos liberais como John Rawls ou Amitai Etzioni que entendem o indivíduo como susceptível não somente de ação racional instrumental senão também capaz de "ação razoável" em base a considerações morais e a um senso de justiça presentes na organização da cooperação social. Para esta perspectiva, a ação social não pode ser explicada pelo egoísmo dos indivíduos. Coloca como prioridade a capacidade de observar leis morais de origem coletiva, capacidade que não se reporta a cálculos racionais realizados pelo indivíduo.

As posições normativistas retomam a distinção de Weber entre finalidade e valor como referências da ação social racional. Todas as análises dentro dessa corrente se situam, segundo Laville (1997), no contexto de uma axiomática do contrato própria do individualismo liberal, onde a vida social é entendida como um acordo entre indivíduos livres.

A visão liberal que entende a associação a partir do contrato e da participação voluntária pressupõe vários riscos porque a liberdade de associação pode derivar numa liberdade de abandonar a associação em qualquer momento ou de contar com participantes que se beneficiam com os ganhos da ação coletiva sem compartilhar os custos, os "*free riders*" de Olson (1992). Essa situação preocupa ao liberalismo porque pode gerar ausência de mobilização e falta de confiança, e a confiança é o pré-requisito da ação coletiva.

Do ponto de vista dos comunitaristas, a forma de superar esse dilema é admitindo que a interação social não se desenvolve sob o modo contratual, senão em base a conexões comunitárias pré-existentes. A formação de associações faz referência a uma dimensão intersubjetiva, de formação de laços sociais que procedem de uma dialética do reconhecimento recíproco rejeitada pela abordagem utilitarista e normativa. A associação supõe uma adesão voluntária baseada num horizonte de inteligibilidade e de significação aportado pela comunidade que é necessariamente de ordem intersubjetivo.

A explicação comunitária, nas suas diferentes formulações, se coloca como uma crítica à explicação normativa que é acusada de constituir uma versão a-histórica e a-social que visualiza o sujeito como um átomo sem laços sociais. Os comunitaristas afirmam que é impossível definir direitos e liberdades sem fazer referência ao contexto social e à comunidade na qual se desenvolvem, já que são esses contextos os que possibilitam a compreensão mutua e a adoção de normas comuns.

Por outra parte, a visão comunitarista extrema é criticada também como portadora de um reducionismo conservador que apela a tradições e formatos associativos rígidos que muitas vezes podem se tornar anacrônicos.

2.2 Em busca de mediações: a abordagem sócio-comunitária e o caráter híbrido das associações

Depois de apresentadas as visões que dicotomizam sociedade e comunidade como princípios excludentes de estruturação do social, queremos chamar a atenção para as teorias que postulam a coexistência dos dois princípios na constituição de relações e dos grupos sociais. Diferentes vertentes interpretativas da sociologia têm enxergado a modernidade como um processo de crescente racionalização, em que o princípio societário adquire cada dia maior

expansão. Entretanto, isso não significa que o princípio comunitário deixe de existir como lógica de sociabilidade que coexiste com a societária em contextos determinados de interação.

Um exemplo clássico dessa posição articuladora entre princípios pode ser encontrado na obra de Max Weber (2009). O autor realiza uma distinção entre relação associativa e relação comunitária, partindo das formulações de Tonnies.

Conforme definição dada por Weber na sua obra póstuma *Economia e Sociedade*:

> *"Uma relação social denomina-se "relação comunitária" quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo. Uma relação social denomina-se "relação associativa" quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins). A relação associativa, como caso típico, pode repousar especialmente (mas não unicamente) num acordo racional, por declaração recíproca"*. (WEBER, 2009: p. 25)

Na relação associativa, o homem sem referentes últimos (derivados da religião ou tradição) é obrigado a refletir sobre suas decisões individuais e sobre as implicações seletivas de certas atividades sociais. Porém, se bem existe uma crescente racionalização dos tipos de ação decorrente do processo de desencantamento do mundo próprio da modernidade, Weber reconhece que a maior parte das relações sociais não são inteiramente identificáveis com um dos tipos de relação, senão que são em parte comunitárias e em parte societárias. As relações sociais, mesmo tendo fins racionais explícitos, criam valores emocionais que ultrapassam o fim inicialmente proposto, fundamentalmente àquelas relações de mais longa duração. Também acontece o inverso, uma relação comunitária pode ser direcionada de forma racional para alcançar um determinado propósito.

Os tipos mais puros de relação associativa são a relação de mercado, em que os participantes realizam transações estritamente racionais, a associação por meio de uniões livres dirigidas a alcançar determinados fins em relação a interesses objetivos dos

participantes e a associação de correligionários racionalmente motivada, com vista a determinados valores (que implica estar ao serviço de uma causa sem desenvolver interesses emocionais e afetivos).

Weber aumenta a complexidade da análise das relações sociais a partir de uma tipologia que combina o caráter aberto ou fechado das mesmas com o tipo de relação social predominante (afetiva, tradicional ou racional). As relações sociais fechadas de caráter tradicional são em geral as comunidades em que a participação se fundamenta em relações familiares. As relações sociais fechadas de caráter afetivo são as relações pessoais que se baseiam em sentimentos (relações eróticas ou de piedade por exemplo). As relações sociais fechadas com caráter racional orientado a valores são tipicamente as comunidades de fé e finalmente, as fechadas com caráter racional orientado a fins são como caso típico as associações econômicas de caráter monopolista ou plutocrático.

O autor discrimina assim mesmo entre relações sociais que estabelecem poderes de representação de alguns membros ou de solidariedade (onde as conseqüências de determinadas ações de cada um dos participantes se imputam a todos os demais). Neste sentido, reconhece entre as situações de solidariedade típicas as relações associativas criadas para fins de trabalho ou para fins de ganho em empreendimentos dirigidos pelos próprios participantes.

O aporte de Weber é o de construir tipos puros de sociabilidade a partir dos quais analisar as relações sociais que se estabelecem numa associação, entendendo que são lógicas que podem formar parte de maneira simultânea das interações ali desenvolvidas. Portanto, constitui uma referência fundamental das perspectivas que enfatizam a multiplicidade de lógicas da ação que podem ser mobilizadas nas associações.

Partindo das críticas de Habermas ao modelo teleológico de ação social e da sua proposta de ação comunicativa, assim como do legado de Marcel Mauss e de outros autores, como Karl Polanyi, que ressaltam a importância de se pensar as relações sociais para além da racionalidade instrumental, os autores do MAUSS também enfatizam o caráter misto ou hibrido das associações e a necessidade de partir de paradigmas alternativos ao utilitarismo predominante nas ciências sociais para sua análise.

Um dos elementos centrais da abordagem proposta por este movimento é a concepção de que as associações não podem ser entendidas a partir de um único registro de sociabilidade, sob risco de cair no reducionismo analítico. Para eles, a forma de superar essa falsa dicotomia é destacando o caráter sócio-comunitário das mesmas. Como já foi definido anteriormente, o termo associação remete a um conjunto de pessoas que se agrupam de forma voluntária e aberta para alcançar um propósito determinado, estabelecendo laços que ultrapassam o caráter imediato dos vínculos primários (familiares ou de amizade e vizinhança) e que, no entanto, não podem ser designados como vínculos completamente impessoais ou de anonimato.

No seio das associações existe um tipo de sociabilidade primária, caracterizada pela dádiva e pelo simbolismo. Nesse registro reina um princípio de personalização no qual as pessoas são mais importantes do que a lei ou as funções que são exercidas. Na sociabilidade secundária, também presente nas associações, a lei, a impessoalidade e a funcionalidade são mais relevantes que as personalidades dos participantes. (CAILLÉ, 2004)

Nas sociedades modernas, existem âmbitos caracterizados pela coexistência de regimes de sociabilidade primária e secundária, com esferas que se apresentam alternativamente sob a forma privada ou sob a forma pública. Em base a esses critérios, Caillé realiza uma categorização que define quatro domínios: a primariedade privada, representada pelos grupos de proximidade (família, amigos, vizinhança); a primariedade pública,

constituída por associações onde “se prática a solidariedade primária, regida pela exigência do face a face e da relação interpessoal”; a sociabilidade secundária privada, configurada pelo mercado e a sociabilidade secundária pública expressa no Estado.

No entanto, como propõe o autor, a especificidade das associações contemporâneas se encontra justamente no caráter hibrido das mesmas, que não recrutam seus membros de maneira clara e exclusiva sobre a base da sociabilidade primária ou da sociabilidade secundária. As associações modernas possuem públicos compostos que por sua formação procuram estabelecer relações de reciprocidade sem perder de vista critérios de eficácia jurídica, econômica e administrativa que estruturam a sociabilidade secundária.

A coexistência e interação de princípios diversos exige uma “sociologia da polaridade dos fenômenos associativos” capaz de resgatar as múltiplas ambivalências constitutivas das associações. Para Bernard Eme (2001) existem por um lado tensões derivadas da dualidade entre princípio societário e princípio comunitário, que constituem a base da forma de socialização associativa e de estabelecimento do laço social e da solidariedade. Por outro lado, a lógica técnico-instrumental que orienta as atividades econômicas das associações, dividida entre uma racionalidade monetária, predominante em associações mais voltadas ao mercado ou a recursos públicos, e uma racionalidade não monetária representada pela reciprocidade e pela dádiva.

Isso coloca o fato associativo como catalisador das ambivalências próprias da vida social, expressiva de aspectos contraditórios que os sujeitos sociais devem articular em função das suas trajetórias pessoais e dos contextos em que se inscrevem.

2.3 A associação como espaço intermediário entre o público e o privado

O postulado do caráter misto ou hibrido das associações introduz outra linha de reflexão que visualiza o âmbito associativo como espaço de intermediação entre o privado e o

público. A associação constitui um suporte de discussões e ações orientadas à coisa pública a partir de vínculos de proximidade e de reciprocidade que permitem o desenvolvimento de formas de experiência social articuladas em torno de demandas coletivas. Por isso configuram espaços públicos primários ou espaços públicos privados. (CAILLÉ, 1998: 79)

A origem das associações deriva de demandas surgidas por deficiências de aparelhos próprios à sociabilidade secundária (incompletude do mercado ou da administração estatal), introduzindo na esfera pública reivindicações coletivas que não respondem diretamente a um formato político institucionalizado. Por isso são consideradas instâncias multiplicadoras de espaços autônomos da sociedade civil, depositárias de projetos diversos provenientes de diferentes segmentos da sociedade, que são ao mesmo tempo cenários de debates e negociações internas que exigem dos participantes o desenvolvimento de uma série de competências argumentativas e persuasivas.

Essa inscrição da associação no espaço público remete a uma discussão clássica sobre a relação entre associação e democracia. A imagem de uma sociedade com uma vida associativa ativa em contraposição a um conjunto indiferenciado de indivíduos evoca a idéia de coesão social e de uma democracia em processo de consolidação. Autores de diferentes tradições têm abordado o assunto fazendo ênfase nos efeitos agregados das associações, e na sua condição de âmbito socializador em valores democráticos e em competências cívicas que favorecem as relações democráticas em espaços mais amplos da sociedade

Uma referência obrigatória neste ponto é a obra de Alexis de Tocqueville *A democracia na América* (2000), de grande influência nas reflexões sobre democracia. O autor fica admirado na sua viagem aos Estados Unidos pela multiplicidade de associações em que participam os cidadãos norte-americanos e associa o fato à consolidação da democracia nesse país. Para Tocqueville a experiência associativa contribui de forma ativa na moralização do indivíduo moderno, tirando o foco do interesse pessoal para o interesse coletivo. Desta forma,

ajuda a consolidar a democracia porque permite adquirir consciência da interdependência social e da responsabilidade de cada um na empreitada contra os abusos de poder.

Na perspectiva tocquevilliana as associações secundárias (da sociedade civil) podem funcionar como instâncias socializadoras e integradoras, produzindo laços capazes de substituir organizações hierárquicas e corporativistas a partir de relações de horizontalidade. As associações secundárias levam o indivíduo fora dos seus laços primários, possibilitando ações coletivas benéficas e cultivando uma sensibilidade ética que permite uma maior apreciação da dependência mutua. Desta forma, permitem novas e democráticas formas de integração social.

A preocupação principal de Tocqueville se centra nos riscos do individualismo, em decorrência da crescente independência e igualdade do indivíduo, que podem conduzi-lo ao isolamento em relação aos seus semelhantes e ao resguardo em torno da família e dos amigos. A saída a essa situação, que ele vislumbra como paradigmática no caso norte-americano, é a participação ativa na vida pública, tanto em associações civis como em instituições políticas (TOCQUEVILLE, 2000: p. 119).

Assim, as associações constituem um resguardo frente ao individualismo e aos comportamentos egoístas dos indivíduos assim como também contra os abusos de instâncias institucionalizadas de poder. A participação em associações fomenta nos indivíduos a necessidade de sair de si mesmos para criar espaços de sociabilidade que favorecem a consciência da interdependência social entre os membros e a realização de tarefas conjuntas para alcançar objetivos coletivos.

A influência da abordagem tocquevilliana foi determinante nas reflexões subseqüentes sobre associações e democracia, estabelecendo as bases dos postulados da teoria pluralista (Robert Dahl, Almond e Verba) e dos estudos contemporâneos sobre participação, cultura

política e capital social. Tocqueville foi o primeiro autor que mostrou de que forma as instituições democráticas dependem de questões vinculadas a valores e hábitos de ação coletiva que podem ser cultivados a partir das relações horizontais de associação (WARREN, 2001: 29)

O pragmatismo norte-americano também realizou contribuições a este debate, a partir da idéia de que o fundamento da experiência democrática pode ser encontrado nas esferas pré-políticas da sociabilidade comunitária, na estrutura das interações cotidianas. Autores como John Dewey, Charles Cooley e George Herbert Mead sugerem que a democracia deve estar assentada em lugares tangíveis, onde homens e mulheres compartilhem experiências concretas, para depois se estender para âmbitos mais abstratos. (CHANIAL, 2003)

Os autores do MAUSS também destacam a relação entre associação e democracia, considerando que a originalidade fundamental da associação radica no lugar que ocupa enquanto espaço democrático de reivindicação da igualdade e liberdade dos membros. Laville por exemplo considera que a forma de aprofundar o entendimento sobre associações deve partir inevitavelmente da reflexão sobre democracia e sobre os aportes que o fenômeno associativo realiza na configuração de espaços independentes e diversificados, expressivos de opiniões e perspectivas heterogêneas presentes na sociedade. Para o autor, o caráter autônomo do espaço associativo contribui na constituição da comunidade política moderna, entendida como espaço diferenciado do espaço privado, onde se desenvolvem processos de discussão e debate em base a regimes fundamentados em critérios de justiça e igualdade dos indivíduos. (LAVILLE, 1997: p. 67)

2.4 O horizonte valorativo

Em todas as perspectivas que sublinham a ligação entre associação e democracia, existe um pressuposto comum subjacente: a idéia de um horizonte de moralidade derivado de

um processo histórico de consolidação do ideal de igualdade e de uma forma de reconhecimento universal em oposição a contextos hierarquizados e verticais da sociedade tradicional.

Isso introduz uma discussão muito relevante do ponto de vista sociológico, já que mostra a necessidade de relativizar as teses excessivamente otimistas, evitando radicalismos que estabelecem uma relação linear e automática entre associações e democracia. A interrogação sobre outros contextos marcados pela desigualdade social e pela hierarquização e verticalidade das relações sociais é fundamental, para não cair na transposição de conceitos e formulações pensadas para o caso europeu e norte-americano em contextos periféricos.

Tanto na perspectiva de Tocqueville, como na dos pragmatistas norte-americanos e dos autores do MAUSS, existe como pano de fundo um horizonte moral que se incorpora na experiência dos indivíduos a partir de princípios normativos que orientam suas condutas e categorizações sociais. Numa sociedade como a brasileira, em que as assimetrias sociais se perpetuam no seio de um sistema formalmente democrático e igualitário, é necessário se interrogar sobre os efeitos no funcionamento das associações.

Assim, a questão da desigualdade social interpela a postulação de um vínculo automático entre densidade associativa e democracia (KERSTENETZKY, 2003)

> *"Quando as desigualdades socioeconômicas são 'duráveis" é bem plausível que se repliquem no interior da vida associativa, bem como entre grupos organizados e não organizados, enfraquecendo a habilidade de inclusão política da participação associativa. Além disso, não parece claro que a intensificação da vida associativa conduza a uma redução das desigualdades sobre as que se plasma. Esse é o tipo de interação entre associativismo, desigualdades e democracia que põe em dúvida sua relevância para incrementar a igualdade política".*

No próximo capítulo abordaremos a desigualdade social como característica constitutiva das sociedades de capitalismo periférico e particularmente do Brasil. Para isso

partiremos de formulações teóricas que buscam explicar a dinâmica da reprodução e naturalização das assimetrias sociais, e o desdobramento dessa condição do ponto de vista dos atores, que incorporam os valores de hierarquia e particularismo como disposições e lógicas que orientam sua ação e suas práticas nos diferentes espaços sociais nos que participam.

3 VICISSITUDES DO ASSOCIATIVISMO NUMA SOCIEDADE DESIGUAL

Neste capítulo analisaremos o contexto de profunda desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira, tentando entender a dinâmica social específica, tanto institucional quanto valorativa, que explica a reprodução e naturalização das assimetrias sociais e a segregação de amplos segmentos da sociedade. Daremos especial ênfase aos efeitos sociais derivados da situação de precariedade material e moral desses segmentos, principalmente no que refere à possibilidade de constituição de espaços públicos associativos assentados em lógicas horizontais e impessoais de relacionamento.

A configuração de um padrão específico de modernização, característico das sociedades periféricas, pautado pela combinação de crescimento econômico e modernização de setores específicos com reprodução das desigualdades sociais e marginalização massiva tem sido uma preocupação constante das ciências sociais brasileiras e latino-americanas desde seus primórdios. Por muito tempo, a interpretação predominante partiu de uma dicotomização da realidade em dois segmentos opostos: o tradicional e o moderno, visualizados como etapas que iriam se suceder no processo modernizador, reproduzindo a direção adotada no caso europeu e norte-americano.

Esta corrente de pensamento se fundamentou no pressuposto da universalidade e normalidade da experiência da modernidade central como padrão de referência a partir do qual entender os processos de outras sociedades e as carências e obstáculos impostos por resquícios pré-modernos15. No Brasil, esse modelo explicativo pautou o trabalho de várias gerações de cientistas sociais, que identificaram determinadas condições culturais como a origem das suas deficiências relativas, pela manutenção de um conjunto de resíduos cuja

15 Para uma discussão mais aprofundada deste assunto ver LANDER (2000)

influência atuaria impedindo o desenvolvimento das condições necessárias para a modernização do país.

A inadequação desses esquemas para analisar a particularidade dos processos de modernização periférica deriva da utilização de categorias simplificadoras que impossibilitam a compreensão das lógicas profundas que explicam o funcionamento dessas sociedades. O autor Jessé Souza (2003, 2006, 2009) constrói sua proposta teórica a partir da crítica às interpretações do que ele chama de "teorias emocionais da ação" como as de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e mais recentemente de Roberto Damatta, que enfatizam o personalismo, a afetividade e a emoção como rasgos determinantes da formação social e econômica brasileira.

Para Souza essas perspectivas se encontram impregnadas de um "culturalismo essencialista" e de um subjetivismo sociológico que alimenta noções do senso comum sobre o desenvolvimento brasileiro, porque desvinculam as predisposições valorativas e culturais vigentes do contexto institucional em que se inscrevem. Como resultado, alimentam análises superficiais que identificam nas relações pessoais e afetivas a explicação da dinâmica da sociedade brasileira, reforçando os "mitos fundadores" da brasilidade e o economicismo de muitos diagnósticos que identificam no progresso material a única solução para resolver o problema da desigualdade social.

Levando em consideração essa crítica, partiremos do marco teórico construído por Souza para explicar "*os princípios estruturantes básicos que perfazem a singularidade da modernidade periférica*", caracterizada pela produção massiva de subcidadãos, desqualificados socialmente e carentes dos atributos que conferem valorização social. Posteriormente, abordaremos os efeitos desse quadro de precarização das condições materiais e morais de vida de uma parcela significativa da população brasileira na construção de projetos coletivos de índole associativa e democrática. Para isso partiremos de elementos

apontados por diversos autores das ciências sociais como constitutivos da sociabilidade brasileira, incluindo formulações de autores como Elisa Reis (1998), Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Roberto Damatta (1986; 1991; 2004;)

A incorporação dessas formulações não supõe, na nossa perspectiva, uma incompatibilidade em relação à proposta de Jessé Souza, já que não são introduzidas enquanto fatores explicativos da desigualdade e da condição de precariedade dessas populações, mas enquanto lógicas derivadas da configuração valorativa vigente, incorporadas como disposições e esquemas avaliativos que orientam as práticas dos atores em contextos determinados.

3.1 A configuração valorativa da modernidade periférica e a produção massiva de subcidadãos

Na sua tentativa de construir um paradigma alternativo de ação social enquadrado no contexto da modernização periférica, Souza utiliza elementos da teoria de Pierre Bourdieu e de Charles Taylor como instrumento para esclarecer os mecanismos de naturalização das desigualdades. Na sua perspectiva, as teorias de Bourdieu e Taylor permitem alcançar a compreensão das ambigüidades constitutivas da experiência modernizadora ocidental, e ampliar sua aplicação, a partir de um trabalho de articulação e releitura, ao contexto da modernidade periférica.

De Taylor adota a idéia de que as instituições morais, que possibilitam as avaliações do que é certo e errado e que constituem a referência última da condução de vida do sujeito moderno, podem ser articuladas e explicitadas teoricamente numa "*topografia moral*". As duas fontes modernas de reconhecimento moderno são: uma universalizante, caracterizada por princípios igualitários e universais que conferem uma dignidade específica a todo ser humano e cidadão moderno, e a outra particularizante, associada ao ideal de autenticidade e da

capacidade de todo indivíduos de expressar sua subjetividade. No entanto, enquanto para Taylor a questão central é a da autenticidade (partindo do pressuposto de que a igualdade é um tema resolvido nas sociedades que ele toma como referência), Souza dá ênfase à questão da dignidade por ser expressiva da particularidade das sociedades periféricas, que combinam ambientes democráticos, abertos e plurais com distinções entre cidadãos de primeira e segunda classe.

O objetivo de Souza não é alcançado simplesmente com a explicitação dos princípios que guiam a atribuição de respeito. Ele pretende dar conta dos mecanismos subjacentes que operam nessas hierarquias valorativas e na ancoragem em instituições aparentemente neutras que colaboram na imposição subliminar dessas classificações. Para isso o autor incorpora a teoria de Pierre Bourdieu para complementar a visão tayloriana, a partir da análise dos mecanismos opacos que adota a dominação social e a luta de classes na modernidade, que permite escapar da aceitação implícita por parte de Taylor da "*ideologia da igualdade de oportunidades*" que prevalece na sua análise, de acordo com a argumentação de Souza.

Existe uma "*ideologia espontânea do capitalismo*" que esconde as condições de reprodução da desigualdade social através de mecanismos supostamente igualitários e meritocráticos como a educação e o conhecimento, que atua por intermédio da ideologia da igualdade de oportunidades. Como resultado, o saber e o gosto, ou em termos bourdieusianos o capital cultural, definido como a soma do capital educacional e a origem familiar, se constituem em marcadores simbólicos que funcionam como critérios de classificação social.

Trata-se do conceito de "habitus" que Bourdieu introduz integrando ação e estrutura, entendido como a forma pela qual a necessidade exterior pode ser introjetada e encarnada pelos agentes.

> *"O habitus seria um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, ou seja, um sistema de disposições duráveis inculcadas desde a mais tenra infância que*

> *pré-molda possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições , liberdades e limites de acordo com as condições objetivas (...) Fruto de dada condição econômica e social, o habitus implica a inscrição dessas precondições, especialmente às relativas às experiências infantis, que passam a ser traduzidas no sujeito como um conjunto de estruturas perspectivas e avaliativas servindo como uma espécie de filtro para todas as experiências ulteriores. O habitus seria, portanto, um esquema de conduta e comportamento que passa a gerar práticas individuais e coletivas*" (SOUZA, 2003: p. 44)

O processo de internalização dessa ideologia se efetua na escola e na família, gerando uma série de disposições, inclinações e esquemas avaliativos incorporados de maneira pré-reflexiva pelos indivíduos. Desta forma se configura um habitus estratificado de acordo à classe social, que tece "*fios invisíveis que interligam e cimentam tanto afinidades e simpatias, constituindo as redes de solidariedade objetivamente definidas ou, por outro lado, forjam antipatias soldadas pelo preconceito*". (SOUZA, 2003: 34).

De acordo com Souza, esse habitus não pode ser pensado de maneira genérica, como faz Bourdieu, de forma independentee das dinâmicas nas que as lutas sociais e os aprendizados morais e sociais se processam em contextos socialmente situados. Por isso propõe a idéia de uma pluralidade de habitus: o habitus primário, o secundário e o precário.

> *"Se o habitus representa a incorporação nos sujeitos dos esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura econômico-social devem implicar, consequentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de habitus para todas as classes envolvidas de algum modo nessas mudanças"*. (SOUZA, 2003: 165)

O habitus primário corresponde a "*esquemas avaliativos e disposições de comportamento objetivamente internalizados e 'incorporados', no sentido bourdesiano do termo, que possibilita o compartilhamento de uma noção de 'dignidade' efetivamente compartilhada no sentido tayloriano*". Essa dignidade é o fundamento de um reconhecimento vinculado à regra jurídica da igualdade e à noção de cidadania e de trabalho, e deve estar

consolidada num consenso transclassista para criar um tipo homogeneizado de disposição compartilhada pelos diferentes grupos sociais.

Por outra parte, o habitus precário corresponde ao limite inferior do habitus primário, caracterizado como um tipo de comportamento e de disposição que não atende aos princípios essenciais para considerar um indivíduo como socialmente útil na sociedade moderna, um indivíduo que cumpre suas funções de produtor e cidadão. Por último, o habitus secundário corresponde ao limite superior do habitus primário, e pressupõe certa generalização deste último na sociedade, e se caracteriza por instituir critérios classificatórios de distinção social a partir do gosto.

Souza compara as sociedades de modernização periférica e de modernização avançada em relação ao grado de generalização dos tipos de habitus por ele teorizados. De acordo com o autor, o habitus precário existe tanto em sociedades periféricas como em sociedades desenvolvidas como as européias, só que de forma muito menos massiva do que nas primeiras. Na modernidade central, a expansão do habitus precário se vincula ao processo de flexibilização produtiva que exige dos trabalhadores novas competências de adaptação ao mercado e à sociedade. Na modernidade periférica a extensão do habitus precário deriva de processos históricos de marginalização de amplos segmentos populacionais e da conseguinte produção de "*inadaptados*" que não incorporaram nas suas trajetórias de vida as características disciplinadoras, plásticas e adaptativas básicas para o exercício de funções produtivas no contexto do capitalismo moderno. (SOUZA, 2009: p. 46)

No que refere ao habitus secundário tanto as sociedades modernas do centro como as da periferia se encontram no mesmo patamar. Entretanto, as diferenças em relação à generalização do habitus primário configuram a distinção fundamental entre esses tipos de sociedade. Enquanto nas sociedades avançadas existe uma universalização efetiva da categoria produtor útil e cidadão, nas periféricas "*constitui-se, na verdade, um fosso moral,*

cultural, político e econômico entre as classes incluídas na lógica de mercado, Estado e esfera pública, e a 'ralé' excluída". (SOUZA, 2006: p. 44)

Assim, a lógica de funcionamento das sociedades periféricas tende a desqualificar indivíduos a partir de uma concepção do valor diferencial entre os seres humanos, que se transforma na base de práticas sociais e institucionais concretas. Desta forma, a reprodução da marginalidade se vincula com uma produção e reprodução de pré-condições morais, culturais e políticas da marginalidade, com conseqüências materiais na vida desses segmentos excluídos que incluem privação econômica e também miséria emocional, existencial e política.

A grande massa marginalizada é percebida como incapaz de realizar atividades produtivas e cívicas que garantam sua inserção na ordem social. Trata-se de segmentos que são considerados como inúteis do ponto de vista do seu desempenho e da sua funcionalidade para a vida social moderna, que se configuram como não merecedores de respeito, dignidade e reconhecimento. A principal conseqüência deste quadro social é a oposição, na modernidade periférica, de uma ralé de excluídos e outra de incluídos, à diferença de Europa que consolidou a clássica oposição entre proletários e burgueses.

Não existe uma generalização do "*respeito atitudinal*" 16 que conduz a um reconhecimento do outro como igual, a partir do qual possam ser articulados os direitos formais consagrados por lei com práticas e representações sociais que corroborem a norma. A concretização do princípio liberal de igualdade numa igualdade real encontra dificuldades e resistências na sociedade brasileira, pela sua estrutura assimétrica naturalizada e legitimada a partir de instituições modernas e por valores e práticas sociais cuja lógica confronta a horizontalidade e simetria exigida pelo direito moderno. Em palavras de Souza "*para que*

16 Conceito de Charles Taylor introduzido por Jessé Souza para dar conta de um respeito encarnado em valores subjacentes.

haja eficácia legal da regra da igualdade é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada". (SOUZA, 2006: 37).

Assim, a produção das desigualdades é um efeito do impulso modernizador no Brasil, que se mostrou incapaz de incorporar as populações historicamente marginalizadas, e de promover a internalização de disposições compatíveis com as exigências institucionais requeridas para que esses segmentos atuassem como cidadãos e como produtores na ordem social moderna. A categorização deles como indivíduos não portadores das condições necessárias para o exercício de atividades produtivas demandadas pelo mercado competitivo redunda numa efetiva exclusão desses setores marginalizados do mercado de trabalho e das proteções do Estado, e na expansão de uma concepção moral que os designa como sujeitos não merecedores de reconhecimento.

3.2 O efeito das assimetrias sociais na constituição de relações horizontais e associativas

Numa sociedade marcada pela segmentação social e pela vigência de categorias que desclassificam amplos setores sociais, a indagação sociológica sobre as conseqüências desse quadro na construção de laços de pertencimento e de solidariedade é de fundamental importância. Neste sentido, a análise realizada por Elisa Reis da obra de Edward Banfield "The moral basis of a backward society" (1968) aporta reflexões muito interessantes.

Banfield introduz o conceito de "familismo amoral" como resultado de uma pesquisa realizada num pequeno povoado do sul da Itália (Montegrano) que revelou o caráter restrito das solidariedades e pertencimentos dos moradores locais ao âmbito da família e dos laços mais próximos: "*familismo amoral designava um ethos que excluía a colaboração fora do circulo restrito da família*" (REIS, 1998: p.112).

Na visão de Banfield, esse quadro deriva de uma situação de escassez que corrói a solidariedade, que combinada com uma profunda desigualdade, como amplia Reis, gera poucos incentivos para a ação conjunta dos membros da comunidade. Desta forma, falta uma solidariedade cívica que possibilite a construção de espaços associativos que escapem da lógica familiar e particularista.

> *"Na realidade, é possível encontrar exemplos de associação espontânea e colaboração generalizada entre os mais pobres. Inúmeros casos de iniciativas de auto-ajuda, estratégias familiares, tentativas informais de cooperação com vizinhos para a realização de tarefas básicas de sobrevivência ou o cuidado de crianças etc. podem ser mencionados. Entretanto, a analogia com o familismo amoral se sustenta exatamente porque essas iniciativas são mantidas na esfera privada e definidas em termos limitados. Isoladas da arena pública, fazendo lembrar "famílias adotivas", essas formas de solidariedade não se configuram em termos públicos. Poderíamos definir melhor esses tipos de ação como uma forma de reciprocidade de base pessoal. Os custos de oportunidade envolvidos na generalização de tais iniciativas como empreendimentos coletivos seriam exorbitantes, pois seus participantes não confiam em interações anônimas, nem dispõem dos recursos organizacionais necessários*". (REIS, 1998: p. 125)

O único incentivo à participação em atividades coletivas é a perspectiva de ganho material imediato. Sem essa condição os indivíduos não cooperam, porque existem pré-condições morais que confundem as fronteiras básicas da solidariedade com as do círculo familiar fechado, estabelecendo sérias dificuldades de transitar da esfera privada à esfera pública.

Reis aborda a análise realizada por Banfield para refletir sobre as possibilidades de generalização de uma confiança mútua e de uma disposição para participar de atividades coletivas em contextos de profunda desigualdade, como os da América Latina. Historicamente, quem liderou o processo de desenvolvimento e modernização foi o Estado, criando um sentimento de pertencimento moldado num ideal nacionalista que forjou as bases da integração social a partir da subordinação da sociedade civil.

Para a autora, o discurso da sociedade civil sempre esteve impregnado de um elitismo e de um populismo fortemente inspirado no ideal comunitário de tradição cristã, baseado na filantropia e na caridade. Enquanto isso, a parcela maior de população, ou seja, a não integrada, carece das condições objetivas para alcançar sua inserção, que se traduz numa ausência de disposições para participar de ações coletivas que possam impulsionar uma transformação. Em geral adotam relações clientelísticas com instituições que tentam organizar ou mobilizar coletivamente suas comunidades, reproduzindo uma relação verticalista que perpetua as diferenças sociais

Essa questão remete à discussão que aborda Teresa Sales com seu conceito de "*cidadania concedida*", que designa uma cultura política em que a dádiva e os favores outorgados pelos representantes do poder pautam as formas de relacionamento social. Trata-se de uma lógica em que predomina a subserviência que implica o "pedir" para além do "obedecer" (1994).

Num primeiro momento foram os senhores de terras, depois os coronéis e hoje em dia os intermediários dos programas governamentais, que muitas vezes reforçam os mecanismos da dádiva.

> *"A cultura política com a qual me ocupo (...) é uma espécie de cimento das relações de mando e subserviência, que em última análise se relaciona às próprias raízes da desigualdade social brasileira. Seria a continuidade de padrões de mando e subserviência associados à cultura política da dádiva, mesmo quando as bases materiais para sua existência se redefiniram no espaço social"*. (SALES, 1994)

Neste contexto, até a ampliação de direitos consagrados formalmente pelo Estado é interpretada como concessão derivada da vontade pessoal da autoridade. Em vez da noção de direito (norma impessoal que garante a igualdade dos cidadãos) predomina a idéia de privilégio ou favor, ao tempo que a noção de obrigação é entendida como sinônimo de conduta apropriada frente a superiores que demonstram respeito. Como conseqüência "*o*

recurso à patronagem é colocado acima de quaisquer tentativas de se garantir direitos por meio de estratégias sociais de solidariedade". (REIS, 1998: p. 257)

A verticalização das relações sociais e a reclusão das solidariedades ao âmbito familiar e social mais restrito, deriva numa expansão dos princípios particularistas e contingentes a todos os espaços sociais, inclusive ao espaço público, que é colonizado pelo espaço privado.

A abordagem clássica de Sérgio Buarque de Holanda enfatiza esta questão, identificando uma debilidade do espaço público no Brasil e na América Latina e uma "*tibieza de formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação"*, que identifica como resultado da herança ibérica de exaltação da personalidade, de domínio do afetivo e do sentimental e da expansão do modelo de organização da família para outros espaços da sociedade (HOLANDA, 1995).

Para este autor, a solidariedade só se desenvolve em círculos de proximidade, onde existe vinculação de sentimentos e laços de afetividade mais do que relações de interesse. Quando existem iniciativas de trabalho coletivo, como por exemplo no mutirão, para construção de casas ou plantios e colheitas, não se desenvolvem relações de cooperação senão de "prestância", onde o objetivo material tem um significado secundário em relação à ajuda de pessoas sentimentalmente próximas.

> *"Seria ilusório pretender relacionar a presença dessas formas de atividade coletiva a alguma tendência para a cooperação disciplinada e constante. De fato o alvo material do trabalho em comum importa muito menos, nestes casos, do que os sentimentos e inclinações que levam um indivíduo ou um grupo de indivíduos a socorrer o vizinho ou amigo precisado de assistência"*. (HOLANDA, 1995: p. 60)

Na cooperação, o vínculo se estabelece como resultado de um comportamento orientado ao alcance de um objetivo material comum, enquanto que na prestância o objetivo principal é o benefício que uma das partes possa fazer à outra. Na sociedade brasileira, os

vínculos pessoais sempre foram mais decisivos para as associações do que os interesses comuns.

Como conseqüência, se consolida um padrão de convívio dominado pela lógica da cordialidade, sob o modelo das relações particulares e de afetividade. Essa cordialidade se opõe à civilidade, enquanto conjunto de procedimentos sistemáticos e formais de vida que encontram expressão na "polidez", protegendo o indivíduo de expor suas reações sentimentais e afetivas nas relações que estabelece socialmente.

> *"Um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar –a esfera, por excelência dos chamados 'contatos primários', dos laços de sangue e do coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas"* (HOLANDA, 1995: 146)

O predomínio dos sentimentos próprios à comunidade doméstica (sentimentos particularistas e anti-políticos) e a invasão do público pelo privado se transformam em características constitutivas do contexto brasileiro. Como resultado, as lógicas impessoais e abstratas são rejeitadas em benefício dos vínculos dominados pela proximidade e pela afetividade, limitando a construção de uma ordem abstrata e racional como a exigida para consolidar a institucionalidade do Estado moderno ou de espaços associativos marcados pela autogestão e pela democracia dos processos deliberativos.

O "homem cordial" tem pavor das distâncias sociais e dos formalismos, tendo como referência a esfera de proximidade e das relações familiares e afetivas. É justamente essa imagem que ilustra o dilema brasileiro, marcado pela impossibilidade de atingir uma ordenação impessoal capaz de romper com os padrões privatistas e particularistas dominantes no sistema (SALES, 1994).

O antropólogo Roberto Damatta também faz referência ao dilema brasileiro, que emerge da oscilação entre um esqueleto feito de leis cujo sujeito é o indivíduo e situações em que cada qual se salva utilizando o seu sistema de relações pessoais, entre leis que deveriam valer para todos e relações pessoais exclusivas que permitem dobrar ou neutralizar essas normas.

Para dar conta desse dilema, o autor utiliza duas categorias fundamentais que designam tipos de ação social e espaços sociais delimitados, perpassados por modalidades relacionais específicas: pessoa e indivíduo, que remetem respectivamente ao espaço da casa e ao espaço da rua. A noção de pessoa se entende em relação a um sistema social em que os vínculos de compadrio, de amizade e parentesco constituem o elemento fundamental e em que a identidade se constrói em relação a essa totalidade social. Por outro lado, a noção de indivíduo remete a um contexto abstrato e impessoal de leis universais e igualitárias.

Nesse contexto geral, se apela, em situações de interação específicas, a modos de "navegação social" que denotam estratégias para transitar pelas entrelinhas da proibição ou da obrigação estabelecida pela lei impessoal. O "*jeitinho brasileiro*", a "*malandragem*" e o "*você sabe com que está falando?*" denota situações em que ante uma norma formal e abstrata o sujeito improvisa o retorno a um regime marcado pela hierarquia e pelos laços afetivos. Em geral, o "*jeitinho*" se vincula com a invocação de uma relação pessoal, um amigo em comum, o fato de ter nascido na mesma região, ou qualquer outro elemento que crie condições de igualação entre os participantes da interação. Já o "*você sabe com quem está falando*?" inverte a hierarquia, reafirmando a autoridade, indicando como a lei pode ser superada a partir das relações pessoais. (DAMATTA, 2004: p. 51)

3.3 A interiorização das desigualdades e seu impacto nas subjetividades

Como vimos no inicio deste capítulo, Jessé Souza resgata da proposta de Bourdieu a idéia da articulação entre valores e estratificação social, e a ênfase na necessidade de visualizar os grupos sociais como vetores de valores e cosmovisões interiorizados de forma não intencional e pré-reflexiva em relação à posição social ocupada. É assim que constrói a tipologia de habitus, que diferencia o habitus precário, o primário e o secundário.

A população marginalizada, cujo caráter massivo o autor identifica como característica específica da dinâmica particular que assume a modernidade na periferia, carrega e expressa as carências socializadoras na suas biografias, que se traduzem em dificuldades práticas e objetivas de incorporar disposições compatíveis com as exigências do mercado e do Estado. São como "marcas" que revelam permanentemente sua condição de inferioridade, refletindo a constituição de um habitus precário, que não internaliza as características necessárias para exercer a função de trabalhador no mercado competitivo, assim como as condições que conferem "dignidade" e reconhecimento a um indivíduo.

São segmentos que permaneceram a maior parte das suas trajetórias de vida em espaços socializadores restritos, guiados por lógicas primárias de relacionamento, como a família, o círculo de parentesco ou a comunidade e para quem, mesmo concorrendo alguns anos à escola, a marca do habitus precário se faz muito presente.

> *"Assim, a "escola" pode ser a panacéia de 10 entre 10 economistas que escrevem sobre desigualdade, como se a 'ralé' já não chegasse como perdedora na própria escola (quando tem escola) antes de começar. Como se adquirir conhecimentos não tivesse pressupostos psicossociais, como a capacidade de concentração, disciplina, exemplo de leitura em casa, estímulos à competitividade, etc. como se um pobre que não tem nada disso, muitas vezes nem pai para aprender a noção de autoridade legítima (a base de toda relação construtiva com as autoridades públicas mais tarde), tivesse as mesmas condições de competição da classe média. Como se uma escola, assim estruturada, não apenas revalidasse, num patamar superior, uma desigualdade estrutural que se reproduz por herança familiar"* (SOUZA, 2009: p. 147)

O caráter limitado da difusão na sociedade brasileira de uma "*economia emocional*"17 capaz de dotar os indivíduos de uma determinada estrutura psicossocial compatível com a disciplina, com o controle dos instintos naturais do corpo, com a interação com alteridades vinculadas por laços não afetivos, condena a esses grupos à permanência numa situação social inferiorizada do ponto de vista moral e material.

O contexto histórico e social que proclama a igualdade dos seres humanos em convivência com desigualdades sociais tão profundas, pode gerar nesses setores sentimentos de culpabilização que impactam negativamente na sua auto-estima. A ideologia da igualdade de oportunidades, oculta e naturaliza a escala que as assimetrias sociais assumem na sociedade brasileira. Os sucessos e fracassos são associados ao esforço particular dos indivíduos, e toda responsabilidade pelas experiências negativas é desvinculada do funcionamento estrutural da economia e da sociedade na modernidade periférica. Como conseqüência, são interiorizadas as categorias negativas e os estigmas impostos desde fora, que dominam o indivíduo ao ponto em que não conseguem articular suas experiências em narrativas que unifiquem a identidade

François Dubet estuda este tipo de comportamento na sociedade francesa contemporânea, marcada por crescentes desigualdades que se superpõem à aspiração de igualdade dos seres humanos (DUBET, 2003). Como resultado, os indivíduos se vêm submetidos á realização de uma série de "provas subjetivas" que podem ser vividas como destruidoras do ponto de vista identitário ou coletivo, impossibilitando a mobilização de capacidades sociais de protesto.

> *"O triunfo do princípio de igualdade dissocializa a experiência das desigualdades numa sociedade que permanece fundamentalmente não*

17 Conceito proposto por Norbert Elias em que relaciona o processo civilizatório como correlato do avanço do auto-controle sobre as pulsões e as emoções (ELIAS,1994)

> *igualitária, mas que tende a produzir desigualdades através de uma série de provas individuais e não mais de lutas coletivas ou, mais precisamente, que tende a diluir as lutas coletivas em provas pessoais"*. (DUBET, 2003)

Para Dubet, o decaimento na contemporaneidade de sistemas de consolação (religiosos e políticos) que explicam e justificam as desigualdades de forma independente da ação individual, transfere toda a pressão ao indivíduo, gerando um questionamento da auto-estima que deriva em atitudes de inferiorização e de retirada ou de violência aberta, por mais que existem também formas de resistência à estigmatização social, como mostra Serge Paugam 18.

As formas de "*navegação social*" que citávamos anteriormente (DAMATTA, 2004) podem ser entendidas como mecanismos que os indivíduos em situação de precariedade social utilizam para lidar com a inferioridade do estatuto, que automaticamente os coloca numa posição subalterna nas interações com outros grupos sociais. Quando a regra impessoal se impõe, com as obrigações que ela implica, a saída é apelar à lógica da cordialidade, caracterizada pela personalização das relações e pela referência à eticidade concreta das sociabilidades primárias, expressa numa rejeição por formalidades e tratamentos impessoais e "frios".

Isso mostra uma disposição para a ação baseada numa moralidade onde quem está em posição subalterna evita confrontos com quem exerce a posição mais alta na hierarquia "*ao tempo em que obtém pequenas vantagens plasmadas no varejo de uma dada economia afetiva*" (MAYER, 2008). Esta questão se vincula à lógica da dádiva referida por Sales como distintiva da relação entre indivíduos em posições assimétricas.

18 Os indivíduos sustentam uma margem de autonomia a partir da qual podem agir e negociar a desqualificação social. O autor faz uma classificação de tipos de experiência vivida que correspondem a segmentos sociais em situações de precariedade, fundamentadas no tipo de relação estabelecida com o mundo do trabalho e com a assistência social. (PAUGAM, 2003)

No próximo capítulo apresentaremos as ferramentas teóricas a partir das quais abordaremos a experiência concreta das cooperativas que serão objeto da análise empírica desta dissertação.

4 SOCIOLOGIA DA EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA

Para dar conta da experiência de trabalho em cooperativas constituídas por indivíduos provenientes de populações de baixa renda em Alagoas, nos apoiaremos na noção de François Dubet de “experiência social” (1996), que permite descrever as diferentes lógicas de ação presentes nas condutas individuais e coletivas, assim como o sentido atribuído pelos atores a essas experiências. Também utilizaremos as formulações da sociologia disposicional de Bernard Lahire (2002; 2004) para compreender o modo em que o passado incorporado nas trajetórias dos trabalhadores na forma de disposições e esquemas de avaliação geradores de práticas é mobilizado no contexto das associações.

Como vimos no primeiro capítulo, as associações são perpassadas por lógicas múltiplas que interagem num mesmo espaço social, onde se mistura o público e o privado, relações primárias e secundárias e lógicas afetivas com lógicas impessoais e funcionais. O contexto particular da modernidade periférica, aporta especificidades ao âmbito associativo, principalmente em associações formadas por populações de baixa renda como as que estamos estudando, cujos membros são portadores de uma condição psicossocial que interioriza a desqualificação da que são objeto cotidianamente.

Neste sentido, a teoria de Lahire vai permitir aprofundar no repertório de disposições e esquemas de ação disponíveis nos membros das cooperativas que são articuladas no âmbito associativo, enquanto que a teoria de Dubet permitirá passar das experiências concretas dos cooperados, ao plano mais geral do espaço associativo e às lógicas presentes na sua conformação.

As abordagens de Dubet e Lahire se apresentam como ferramentas analíticas de grande utilidade já que partem da constatação da impossibilidade de identificar ator social e sistema, e de defini-lo pela interiorização de papéis sociais fundados numa lógica única que

programa sua conduta. Na medida em que os universos sociais se diversificam e multiplicam na sociedade contemporânea, os indivíduos se enfrentam a princípios variados que pautam suas experiências de socialização. É esse contexto que as teorias de Lahire e Dubet expressam (SETTON, 2005).

Os autores partem de concepções que articulam a dimensão macro e micro da realidade social. Não reduzem a sociedade a interações sociais entre atores desprovidos de condicionamentos sociais pré-existentes, nem a determinações estruturais coercitivas que cerceiam sua subjetividade. No quadro geral da teoria sociológica formam parte do que Alexander denomina “novo movimento teórico”, que marca a passagem de uma etapa de disputa entre posições paradigmáticas a outra caracterizada por sínteses teóricas articuladoras de dimensões que durante muito tempo foram colocadas como opostas (debate micro/macro, ação/estrutura, contingência/determinação) (ALEXANDER, 1987).

Tanto Dubet quanto Lahire partilham a idéia de que o ator não pode ser reduzido aos seus pertencimentos ou características sociais, e que a ação social responde a lógicas múltiplas. Criticam o essencialismo que atribui ao ator determinadas propriedades e características que condicionam sua ação de uma vez e para sempre. Partem de uma crítica à visão da sociologia clássica que enfatiza um modelo de ação e de integração do ator ao sistema, mas também de uma crítica à multiplicação de perspectivas que propõem visões parciais da sociedade e das distintas dimensões da ação social.

Neste capítulo apresentaremos uma breve revisão teórica dos principais conceitos e propostas dos autores, discutindo sua adequação enquanto ferramentas analíticas e investigativas úteis para abordar nosso objeto de estudo.

4.1 As lógicas múltiplas da experiência social

Para François Dubet é necessário captar na análise a pluralidade de práticas e de racionalidades mobilizadas pelos atores. Sua proposta teórica se propõe analisar "*condutas individuais e coletivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos, e pela atividade dos indivíduos que devem construir o sentido das suas práticas no próprio seio desta heterogeneidade"* (DUBET, 1996: p. 15). Dubet utiliza a noção de experiência social para dar conta desses contextos em que os atores adotam simultaneamente diversos pontos de vista e referentes a partir dos quais definem sua situação e se relacionam com os outros.

A teoria de Dubet nasce da identificação de uma decomposição na representação da sociologia clássica sobre a sociedade, que assimilava ator e sistema a uma lógica única, transferida desde a sociedade para o indivíduo através da socialização.

> *"O desmembramento da sociologia manifesta-se sobretudo através da diversidade das teorias da ação propostas ao aprendiz de sociologia. É o ator social um estratega e é a sociedade um campo de batalha? O ator social é um homo oeconomicus numa sociedade concebida como mercado? É ele ator de uma interação situada numa cena teatral? Ou antes ainda, é ele agente de um habitus, uma ficção de sujeito num sistema todo-poderoso? É o indivíduo concreto identificável apenas com uma destas racionalidades ou inscreve-se em todas ao mesmo tempo e em muitas outras ainda?"* (DUBET, 1996)

Para Dubet essas abordagens, que durante muito tempo interpretaram a realidade social em termos de papéis, posições sociais e cultura, para definir os elementos estáveis da ação, não dão conta de experiências que mobilizam uma multiplicidade de orientações, articuladas nos processos de subjetivação. No entanto, não abandona por completo a perspectiva clássica sobre a ação social, senão que se propõe articulá-la com outras dimensões que formam parte da experiência social.

Reconhece em Weber a fonte principal de inspiração na concepção de uma multiplicidade de tipos de ação não hierarquizados. Essa pluralidade, sem centralidade ou

coerência pré-definida, gera um distanciamento do indivíduo em relação a sua vida, que o leva a justificar e explicar constantemente suas práticas e atitudes. Na perspectiva clássica, que Dubet identifica com a proposta de Emile Durkheim, Talcott Parsons e Norbert Elias, essa distância seria definida como uma falha na socialização, derivada de uma incorporação insuficiente dos papéis sociais pelo indivíduo. Na visão de Dubet é uma atividade reflexiva e criativa, própria de indivíduos que administram princípios diversos de ação que eles visualizam como obra sua. Existe uma parte não socializada da ação que continua porém socialmente determinada.

Para Dubet são três as lógicas da ação que se combinam na experiência social: a lógica da integração, a lógica estratégica e a lógica da subjetivação, cada uma das quais liga o ator às distintas dimensões do sistema. Na lógica da integração o ator se define pelas pertenças e pela oposição aos "outros" (equivale à noção de "comunidade"), na lógica estratégica o ator se orienta pelos seus interesses numa sociedade entendida como campo concorrencial, e na lógica da subjetivação o ator se representa como um sujeito crítico num campo cultural. Dubet reconhece a inspiração geral desta tipologia na obra de Touraine, que postula os princípios de identidade, oposição e totalidade a partir dos quais o ator põe em jogo uma definição de si mesmo, da natureza da sua relação com outrem e daquilo que está em jogo nessa relação19.

A lógica da integração corresponde à abordagem que realiza a sociologia clássica, centrada nos mecanismos de integração social e na forma em que os atores interiorizam os valores institucionalizados. Por meio da socialização, os indivíduos incorporam valores e expectativas sociais, que se transformam no núcleo mais básico e estável da personalidade. As relações sociais da identidade integradora são pautadas pela oposição entre Eles e Nós, a afirmação do grupo deriva da negação e da oposição com respeito a outro grupo. Os valores

19 No entanto, realiza uma crítica da idéia de que existe uma hierarquia nas lógicas e um relacionamento necessário entre elas. (DUBET, 1996: p.114)

constituem a base sobre a qual se constroem as identificações e oposições. As falhas na integração do sistema se traduzem em anomia social e em carências na socialização dos indivíduos. Mas mesmo em contextos deste tipo os atores reagem tentando recriar laços de solidariedade, que podem resultar contrários à integração do ponto de vista do sistema, mas "funcionais" para o grupo.

Um exemplo disso é a sociologia das condutas de crise, cuja expressão mais conhecida pode ser encontrada nos estudos sobre delinqüência juvenil da Escola de Chicago, que analisa as condutas patológicas de indivíduos sujeitos a mudanças sociais profundas geralmente derivadas de processos migratórios. Esses jovens apresentam problemas de socialização que geram crises de identificação que desorganizam sua experiência social. A reação ante esta situação é a constituição de novos grupos (as *gangs*) em que se recriam laços de pertencimento e ligações sólidas que dão uma segurança emocional e uma firmeza aos seus membros. São estratégias de "defesa da identidade" derivadas de uma "*atividade subjetiva constituída por essa economia da integração na qual os indivíduos têm em vista a manutenção ou a mudança do mundo a fim de manter a continuidade da sua própria identidade*" (DUBET, 1996: p. 120)

Na lógica da estratégia, a identidade do ator é construída como um recurso num campo concorrencial em que a posição relativa é utilizada para influenciar os outros. A racionalidade instrumental domina esta lógica, e a manutenção das regras do jogo aparece como um requerimento do sistema. Neste caso a integração é substituída pela regulação e as relações sociais são definidas como concorrência dentro de um jogo regulado. Desde este ponto de vista, o espaço social é representado como uma relação de forças e de disputas entre atores orientados por um critério de utilidade, por uma racionalidade instrumental que busca concretizar seus interesses. Corresponde em parte ao conceito de "campo" de Bourdieu, com a diferença de que para este autor o ser (a lógica integradora) e o meio (a lógica estratégica)

combinam-se no habitus, enquanto que para Dubet esses dois modos de definição se encontram separados.

Por último, a lógica da subjetivação supõe uma atividade crítica que é vivenciada pelo ator como uma tensão com as outras lógicas de ação. A subjetivação vincula-se com a criatividade humana e com a percepção do indivíduo como autor da sua própria vida, por isso, este princípio de identidade pode ser descrito como um "empenhamento" em modelos culturais que constroem uma representação do sujeito. Muitas vezes a subjetivação é experimentada de forma negativa, como um inacabamento que gera angústia porque supõe um distanciamento em relação aos papéis sociais e as condutas instrumentais. As relações sociais são percebidas como obstáculos ao reconhecimento e expressão da subjetivação.

O resultado, do ponto de vista dos atores, é uma tensão permanente entre essas diferentes lógicas.

> *"Cada objeto da experiência é sucessivamente percebido a partir desses três pontos de vista. Assim, cada um de nós pode facilmente pôr em cena a sua identidade ao definir sucessivamente as suas pertenças, os seus recursos e os seus empenhamentos. Evidentemente, esta apresentação de si tem todas as probabilidades de anular as tensões na medida em que o próprio exercício da apresentação pública exige a construção de uma coerência e de uma complementaridade das diversas dimensões, como a autobiografia é a transformação do acaso e do destino e do destino em vocação. Mas a análise rigorosa de certas experiências sociais mostra que os atores vivem constantemente nestas tensões, nos interfaces das lógicas de ação"*. (DUBET, 1996: p. 189)

No entanto, esses conflitos não se traduzem necessariamente em concepções "dramáticas" da existência. Existem mecanismos que os indivíduos criam para lidar com essas tensões e eventualmente para ocultá-las, mecanismos que podem ser identificados pelo sociólogo, que deve descobri-las detrás de uma "divisão do trabalho harmônica da personalidade".

Essa possibilidade de descoberta não deriva da simples observação ou aproximação sociológica "empática" com o objeto. A experiência acumulada em numerosas pesquisas empíricas permitiu reunir uma série de conhecimentos e reflexões metodológicas que Dubet incorpora à sua proposta teórica. O autor destaca que a "sociologia da experiência" exige uma série de dispositivos metodológicos que permitam dar lugar à subjetividade dos indivíduos da forma mais objetiva possível. Deve partir de uma abordagem compreensiva e de uma sociologia analítica que interprete as condutas e os discursos dos indivíduos. Por isso é eminentemente uma sociologia dos atores que *"(...) estuda representações, emoções, condutas e as maneiras como os atores as explicam*".

Do ponto de vista da abordagem empírica e analítica, Dubet recomenda três "operações intelectuais essenciais". Em primeiro lugar, o isolamento e descrição das lógicas da ação concretas de cada experiência. A segunda "operação" busca compreender a atividade do ator, a forma em que ele combina e articula as lógicas distintas. Por último, Dubet propõe transitar da experiência para o sistema, tentando compreender as lógicas do sistema social a partir da forma em que no plano individual os atores sintetizam e catalizam esses referentes.

4.2 O passado da experiência: a incorporação de repertórios de esquemas de ação e percepção

A teoria de Bernard Lahire permite abordar outras dimensões do objeto de estudo que estamos tratando, iluminando aspectos que não são contemplados diretamente por Dubet: o passado incorporado pelo ator nas suas ações e na forma em que administra as diferentes lógicas da sua experiência. Assim, possibilita a abordagem da dimensão temporal da experiência social dos trabalhadores das cooperativas, e as disposições e esquemas de ação incorporados no curso de suas trajetórias.

Esta questão não é objeto de discussão explícita na obra de Dubet. No entanto, surge em algumas das suas investigações na área da educação e juventude como categoria de análise relevante para compreender a experiência social. Na pesquisa sobre jovens dos liceus, por exemplo, o autor identifica uma diferenciação na maneira em que as lógicas da ação são combinadas de forma mais ou menos harmônica de acordo com as variações ao longo da hierarquia escolar: "*quanto menos os atores dispõem de recursos, de realizações, de capitais escolares, mais dominados são- se bem que esta noção não seja perfeitamente adequada neste caso-, mais fortes são as tensões da sua experiência*" (DUBET, 1996: p. 213)

Assim, incorpora a consideração das trajetórias dos alunos dos liceus, como dado relevante para compreender a organização da sua experiência na instituição. Em outra pesquisa empírica, sobre os jovens dos subúrbios populares de Paris, Dubet identifica também diferenças significativas entre a experiência social dos jovens franceses e dos jovens com trajetórias de migração. Os episódios de racismo sofridos de forma recorrente pelos imigrantes, originados em diferentes segmentos da sociedade francesa (como policiais, empregadores ou professores), aportam novos ingredientes à experiência desses jovens, que colocam fora de si a culpa, gerando uma maior resistência do sujeito, que se volta à comunidade a partir do referente da etnicidade.

Esses exemplos mostram a importância da incorporação do passado do ator à análise da experiência social, evitando a consideração dos indivíduos como modelados de uma vez e para sempre ou guiados apenas pela lógica do presente em cada situação de interação.

Lahire critica o pólo da teoria da ação que coloca como pressuposto de partida a unicidade e homogeneidade do ator. Situa dentro desta perspectiva (por mais que reconhece sua enorme influência na sua própria concepção) a teoria do habitus de Bourdieu, que atribui um aspecto sistemático e unificador aos sistemas de disposições dos indivíduos e as categorias às que pertencem. Propõe em contrapartida uma teoria do ator plural que incorpora

uma multiplicidade de esquemas de ação e de hábitos organizados tanto em repertórios como em contextos sociais pertinentes que sintetizam o conjunto de experiências socializadoras anteriores. (LAHIRE, 2002: p. 36 – 37).

Para Lahire, a noção unificadora de habitus de Bourdieu é expressiva do contexto do qual emerge, a sociedade cabila, caracterizada por uma alta homogeneidade e coerência nas condições materiais e culturais de existência e dos princípios de socialização dos seus membros, que compartilham estoques homogêneos de esquemas incorporados de ação. Lembremos a crítica realizada por Dubet a Bourdieu sobre a mesma questão: a concordância no contexto da Cabilia entre princípio de integração e princípio estratégico, que leva a uma unidade da experiência inexistente em sociedades que se caracterizam pela segmentação dos mecanismos de mercado e da integração social, como as sociedades ocidentais modernas.

Outra vertente das teorias da ação que Lahire critica são as sociologias do ator “sem passado”, que se interessam mais pela ação como tal do que pelo ator que age, o que necessariamente supõe a indagação pelas suas experiências de vida. Inclui neste tipo de perspectiva a teoria de Goffman, que descreve as ordens de interação sem analisar a socialização dos atores que participam dela, a teoria de Norbert Elias e a de Boltanski e Thévenot (LAHIRE, 2004)

A ênfase de Lahire no passado incorporado possui consequências metodológicas, porque exige uma abordagem transversal capaz de reconstruir o processo em que as disposições foram incorporadas (a gênese das disposições) e a articulação dessas disposições em relação aos contextos em que são ativadas ou desativadas. De forma que o pesquisador deve prestar especial atenção às crises, negociações e dúvidas presentes nas biografias dos indivíduos, que podem revelar situações de confronto entre os esquemas incorporados e as exigências dos novos contextos.

O presente é visto, percebido e interpretado a partir dos resumos de experiências passadas, que configuram modos de ação, de interação, de reação, de apreciação, de orientação, de percepção de categorização, etc., entrando pouco a pouco nas relações de interdependência com outros atores. Quanto mais variados os espaços de socialização e os princípios aos quais o indivíduo esteve sujeito na sua trajetória de vida, mais plurais serão os hábitos e os esquemas de ação dos que ele dispõe.

> *"Uma vez que o ator foi colocado, simultaneamente ou sucessivamente, dentro de uma pluralidade de mundos sociais não homogêneos, às vezes até contraditórios, ou dentro de universos sociais relativamente coerentes mas que apresentam, em certos aspectos, contradições, então trata-se de um ator com o estoque de esquemas de ações ou -hábitos não homogêneos, não unificados,e com práticas consequentemente heterogêneas e até contraditórias, que variam segundo o contexto social no qual será levado a evoluir. Poder-se-ia resumir tudo isto dizendo que todo corpo (individual) mergulhado numa pluralidade de mundos sociais está sujeito a princípios de socialização heterogêneos e, em certos casos, opostos, contraditórios"*. (LAHIRE, 2002: p. 31)

Na sua obra "*Retratos sociológicos*" (2004) o autor descreve a estratégia metodológica utilizada para abordar o conjunto de disposições de oito personagens entrevistados em seis etapas, a partir da indagação sobre temas diversos como educação, trabalho, família, lazer, práticas culturais e sociabilidade. O objetivo da pesquisa se centrou nas "*práticas, comportamentos, maneiras de ver, sentir, agir em diferentes domínios de práticas (ou esferas de atividade) ou em microcontextos (no interior desses domínios de práticas)*" (LAHIRE, 2004: p. 32).

O autor defende a análise dessas disposições ou estruturas internas, cuja existência frequentemente é tomada da psicologia como pressuposto, sem incorporar uma indagação sociológica sobre sua constituição e mobilização em novos contextos sociais. A sociologia deve trabalhar essa questão em trabalhos empíricos, tentando abordar o social na sua forma individualizada, a partir da sua incorporação na subjetividade dos indivíduos e nos seus corpos.

Desta forma se abre caminho para uma "*sociologia a escala individual*" que não exclui a priori nenhum objeto, não coloca limites empíricos ao que pode estudar, sempre que seja a partir de um tratamento sociológico dos mesmos. A sociologia que propõe Lahire não supõe a opção por um individualismo metodológico, pretende detectar nos atores individuais o espaço social "*amassado ou dobrado*". Para isso deve partir de um trabalho de interpretação que faça emergir os princípios que geraram a aparente diversidade de práticas. A noção de "disposição" é uma abstração a partir da qual dar conta dos comportamentos e práticas observados empiricamente.

4.3 Articulação teórica e conseqüências metodológicas

A partir do suporte teórico apresentado, é preciso pensar de que maneira a sociologia da experiência pode ajudar a entender a participação de indivíduos de segmentos precarizados em cooperativas populares, e os aportes da sociologia disposicional de Lahire a essa compreensão.

A teoria de Dubet permite escapar das perspectivas sobre associações às que fazíamos referência no primeiro capítulo, centradas na explicação do fato associativo a partir de uma única dimensão, que pode ser normativa, instrumental ou comunitária. Como vimos, o que caracteriza o espaço associativo é a pluralidade de lógicas, que se combinam num âmbito hibrido por definição. Entretanto, na hora de analisar empiricamente essas lógicas, fica um vazio na explicação da combinatória específica que um ator realiza da sua experiência e quais os elementos que moldam o trabalho reflexivo de articulação do ator (WAUTIER, 2003: p. 182).

Na nossa perspectiva, esse ponto é complementado pela teoria disposicional de Lahire, que permite refletir sobre a gênese das disposições incorporadas pelos atores no transcurso das suas trajetórias de vida e sobre o grau de homogeneidade ou heterogeneidade do

patrimônio de disposições em função da variedade de âmbitos socializadores aos que se submeteu no percurso biográfico. Esses elementos permitirão entender o significado da experiência associativa enquanto contexto específico que interpela ou reafirma as disposições e esquemas de ação incorporados previamente.

A partir das ferramentas teóricas aportadas por Lahire poderemos analisar a reconstrução que os indivíduos fazem das suas biografias como expressão dos princípios geradores das práticas, decisões, rupturas e continuidades que configuram seus percursos, ou seja, das disposições estocadas, mobilizadas ou inibidas no seu repertório que permitem dar conta das lógicas a partir das quais constroem sua experiência atual na associação.

Em definitiva, pretendemos avaliar o significado da experiência associativa enquanto contexto específico, analisando a forma em que as disposições e esquemas de ação derivados de experiências prévias se comportam nesse novo espaço: se existe uma transferência de disposições ou se surgem tensões originadas na incompatibilidade com o programa de socialização anterior. Ou seja, se representa um desajustamento capaz de ativar ou fazer entrar em crise disposições incorporadas previamente, provocando mudanças nos seus repertórios de hábitos e de esquemas de ação ou se desencadeia pelo contrário, um processo de adaptação a partir do qual a nova situação é reinterpretada e levada para o registro anterior.

A abordagem transversal e compreensiva exigida pelo marco teórico proposto demanda a introdução de um dispositivo metodológico capaz de dar conta da subjetividade dos atores envolvidos, assim como dos processos de interpretação que realizam das suas experiências vitais e do contexto no qual se inscrevem suas trajetórias.

Entendemos que é por meio das trajetórias sociais dos indivíduos que podemos ter acesso a essa subjetividade e às experiências no mundo do trabalho, na forma de narrativas que testemunham a articulação das diferentes lógicas da ação e as rupturas e continuidades

que marcam seus percursos. No processo de exteriorizar suas histórias de vida, os sujeitos articulam e dão coerência a um relato de identidade que os define e os posiciona socialmente.

Além das trajetórias laborais, também os percursos em outras esferas sociais serão importantes na análise. A trajetória política ou de militância social, por exemplo, constitui uma dimensão de grande relevância já que pode ajudar a identificar um perfil de trabalhadores mais ideologizados. Também a trajetória religiosa em casos de associações comunitárias e pastorais (de grande participação entre os empreendimentos da economia solidária no Brasil), ou a trajetória familiar, que pode chegar a explicar comportamentos de ingresso ao mercado de trabalho.

Para finalizar este capítulo, gostaríamos de fazer uma reflexão sobre a ênfase que as teorias de Dubet e Lahire realizam na articulação de teoria e metodologia, e na importância atribuída ao trabalho empírico. A noção de experiência social de Dubet, por exemplo, designa um objeto teórico, mas também um conjunto de práticas sociais características da nossa sociedade, que foram observadas e analisadas nos seus trabalhos sobre movimentos sociais, juventude, imigração e escola. Lahire também destaca a relevância do trabalho empírico e da sua relação com a teoria, como fica claro na obra “Retratos sociológicos”.

De forma que são teorias que possibilitam uma comunicação e uma transição natural entre o marco teórico da pesquisa e a estratégia metodológica a partir da qual será apreendida a realidade, evitando abordagens que privilegiam a teoria em detrimento da pesquisa empírica (típicas de “sociólogos de idéias” que Lahire critica) ou que analisam o mundo empírico sem mediações teóricas.

5 A COOPERATIVA DE ARTESÃS DA BARRA NOVA: COOPERARTBAN

5.1 Introdução

Este capítulo apresenta a análise empírica da COOPERARTBAN, cooperativa de artesãs do Município de Marechal Deodoro, em Alagoas. Aborda a experiência social das rendeiras a partir dos referentes e significados que mobilizam e articulam para dar sentido à sua participação na cooperativa, concentrados em torno do compartilhamento de uma série de competências tácitas que formam parte de um saber fazer específico fortemente valorizado na comunidade. Mas de forma simultânea existem outros discursos sobre a cooperativa, que partem de elementos diferentes que são priorizados na sua definição, como veremos no decorrer da análise.

A sede da COOPERARTBAN está localizada na Barra Nova, Ilha de Santa Rita, no município de Marechal Deodoro em Alagoas. Sua situação geográfica 20 possibilitou historicamente uma comunicação permanente com o epicentro de produção e venda de filé21 em Alagoas, o Pontal da Barra, por intermédio do transporte fluvial de pequeno porte. Isso estimulou a produção da renda na região das lagoas, muito disseminada até os dias de hoje.

A COOPERARTBAN teve suas origens numa série de reuniões informais celebradas no ano 2002. Esses encontros iniciais, realizados na beira da lagoa ou na casa de uma rendeira

20 Numa extensão de terra demarcada pelos canais que separam a Lagoa Mundaú da Lagoa Manguaba, no Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM) que interconecta vários municípios e cidades com bairros de Maceió. Ver mapa no Anexo.

21 Técnica de renda de agulha, de herança européia, provavelmente trazida pelas mulheres dos colonos portugueses. Inicialmente precisa-se de um trabalho básico similar ao requerido para confecção das redes de pesca, que pode ser feito pela artesã ou por outra pessoa. Essas redes são realizadas da mesma forma que em outras regiões litorâneas do país, com linha grossa e um navete. Depois de dispor a rede numa estrutura de madeira retangular, a malha é preenchida com um dos mais de cem diferentes pontos que podem ser executados no filé. Dentre os pontos mais comuns se encontra: o cerzido, o jasmim, a rosa de oito, o aranhão-de-todas-as-pernas, a atrevida, o olho-de-pombo, o besourinho. www. Infonet.com

que já não mora na Barra Nova, tinham como objetivo discutir a possibilidade de venda conjunta da produção. Em 2004, o grupo começou a receber visitas do IESOL (do Núcleo Unitrabalho da Universidade Federal de Alagoas) uma "incubadora de empreendimentos solidários" que se aproximou com a meta de formalizar o grupo e capacitar os cooperados em economia solidária e gestão de empreendimentos.

Em 2005 o grupo se legalizou enquanto cooperativa, com 21 associados dos quais 19 eram mulheres e 2 homens. A rotatividade foi alta desde o começo: das aproximadamente 45 pessoas que participaram nas primeiras reuniões, somente 2 permanecem na cooperativa até hoje. Nos 5 anos que se passaram desde sua formalização até o momento de realização da pesquisa em 2010, a cooperativa atravessou períodos em que a composição se resumia a 4 pessoas ou a mais de 20.

A cooperativa possui uma sede enfrente à "prainha", num dos pontos mais visitados da Barra Nova pelos turistas. O prédio, cedido pela Prefeitura de Marechal Deodoro, funciona como local de vendas e como ponto de encontro para realização das reuniões semanais de planejamento e discussão entre as cooperadas. Abre as portas de segunda a sábado de 13 a 17 horas, cada dia por uma cooperada diferente que tem seu dia de "plantão" designado previamente.

Desta questão do horário emerge uma das dificuldades mais citadas pelas entrevistadas nas suas descrições da dinâmica da cooperativa: a incapacidade de produzir coletivamente, de forma de acumular um *stock* capaz de responder às grandes demandas que se apresentam cada vez com maior freqüência para o grupo. Como resultado, em ocasiões em que são necessárias muitas peças, como no caso de feiras em outros estados, a cooperativa precisou comprar mercadoria de artesãs do Pontal da Barra e de Marechal Deodoro. Outras vezes são as

próprias cooperadas que “encomendam” individualmente mercadorias às artesãs locais, pagando um preço menor do que recebem pela cooperativa quando vende nas feiras.

Desde sua criação, a cooperativa teve sérios problemas de comercialização. A localização da Barra Nova, numa região afastada dos núcleos com maior dinamismo comercial, determinou desde o início um baixo movimento no empreendimento. O que não deixa de ser uma vantagem do ponto de vista do morador porque significa “sossego” e tranqüilidade, do ponto de vista das vendas coloca um problema relevante, que desestimula as artesãs que querem vender rápido sua produção e obter rapidamente, se for possível no mesmo dia, a contrapartida pelo seu trabalho.

A partir do ano 2009 começaram a surgir com maior freqüência oportunidades de venda da produção em feiras em outros estados. As possibilidades de obtenção de recursos e ajuda de custos para exibição da produção fora de Alagoas se multiplicou, tanto no nível federal quanto estadual e de outras instituições como o SEBRAE e a UFAL. Só que uma vez resolvido o problema da comercialização emergiu outra dificuldade, muito comum em cooperativas de iniciativa popular: a ausência de capital de giro para comprar insumos que viabilizem a produção. Numa época, um projeto da Petrobrás facilitou os materiais básicos da confecção do filé que são linha e rede, mas a cooperativa já atravessou períodos em que os recursos para reposição do material eram praticamente inexistentes.

As atuais cooperadas da COOPERARTBAN apresentam um perfil diverso no que refere a idades, num rango que vai dos 20 aos 60 anos. As mais jovens possuem níveis educativos mais altos, com ensino médio concluído e algumas com ensino superior completo, como no caso da Presidente. A maior parte das rendeiras só se dedica a atividades domésticas além da confecção do filé, e algumas desempenham outras atividades paralelas geradoras de

renda, mas de forma não contínua. No Apêndice será apresentada uma tabela com informações mais completas sobre as entrevistadas.

5.2 Lógica da integração: entre comunidade e sociedade

Na COOPERARTBAN confluem na definição do grupo elementos derivados de uma tradição de artesanato de renda típico da comunidade, que se recria simbólica e materialmente nas práticas das artesãs atuais que constituem de alguma forma os suportes dessa memória. Em praticamente todas as entrevistas se faz referência ao caráter generalizado do filé na Barra Nova e a uma série de hábitos e costumes profundamente arraigados entre as artesãs, que influenciam até hoje as formas de produção e de comercialização do filé.

Tradicionalmente, as artesãs vendiam seus produtos no Pontal da Barra, lugar muito visitado por turistas, onde diversos locais de venda de filé e de outras rendas confeccionadas na região (como labirinto e renascença) foram surgindo e aumentando de escala. À medida que vão aumentando de tamanho as lojas começam a comprar peças feitas por artesãs individuais para revenda no local, muitas delas provenientes da Barra Nova, que por seu isolamento geográfico permanece fora dos circuitos de maior fluxo turístico22 da região.

Assim, o filé se configura como uma atividade de complemento da renda familiar para as mulheres da comunidade, enquanto os homens se dedicam à pesca e à agricultura de subsistência, antes da expansão imobiliária promovida pela atividade turística. Na medida em que o espaço foi ocupado por casas de veraneio, cujos proprietários residiam regularmente em Maceió e permaneciam na localidade unicamente os fins de semana ou no período de férias,

22 Os lugares mais visitados desse circuito situado no litoral sul de Maceió são: Massagueira, Praia do Francês e Marechal Deodoro. O aumento do nível do canal tem provocado nos últimos tempos devastação de ruas e construções irregulares da Barra Nova, que limitaram o acesso à praia e prejudicaram a localidade do ponto de vista turístico.

foram se desenvolvendo uma série de ocupações ligadas à prestação de serviços 23 e diminuindo as terras disponíveis para "plantar roça". No entanto a pesca, agora como atividade secundária em relação a outras ocupações, e o filé, como atividade feminina articulada com a atividade doméstica, continuaram muito presentes como alternativas de trabalho da população da Barra Nova.

A pesca e o filé sempre foram atividades complementares no núcleo familiar24, em correspondência com uma divisão sexual do trabalho, que circunscreve a participação da mulher ao âmbito doméstico. O artesanato permite conciliar o cuidado dos filhos e do marido com uma atividade laboral que garante uma contribuição financeira para a família. Na prática das filezeiras isso se traduz na execução predominantemente noturna do bordado, momento em que diminuem as demandas domésticas e que em muitos casos coincide com o horário em que o marido está fora de casa pescando.

A estreita relação entre pesca e filé como atividades características do modo de vida tradicional da região das lagoas se manifesta na própria forma de confeccionar as redes, que é semelhante25. Assim, estas atividades designam saberes, habilidades e técnicas que dizem respeito à reprodução das condições de vida da comunidade.

Este ponto remete a uma questão central da tradição que é a transmissão dos conhecimentos socialmente significativos para um determinado grupo, que opera principalmente de forma oral e prática. No caso do filé, a transmissão se dá fundamentalmente de mãe pra filha ou a partir dos ensinamentos de vizinhos e outros familiares próximos. Das artesãs entrevistadas, nas mais antigas a técnica foi aprendida na infância ou adolescência,

23 Atendentes de mercadinhos e padarias, oficinas dedicadas à reparação de embarcações turísticas, "caseiros" de sítios e residências de veraneio, babás e bares.

24 "Onde há rede , há renda" como diz o ditado popular.

25 A diferença é que no caso do filé, depois de concluído o tecido básico, realizado com linha grossa e navete, é colocado numa estrutura de madeira e preenchido com o bordado.

enquanto que nas cooperadas mais novas o aprendizado foi posterior ou simultâneo ao ingresso na cooperativa. O contato mais tardio com a técnica indica a priorização dada à escolarização pelas gerações mais jovens.

O aprendizado da técnica é relatado como um processo que exige dedicação e disciplina, enquanto qualidades que permitem incorporar as habilidades manuais necessárias para realizar o bordado, habilidades que devem ser complementadas posteriormente com outros conhecimentos como costura, moldes e acabamento. Os saberes básicos que toda filezeira deve dominar são principalmente: os diferentes tipos de pontos, especialmente o cerzido, que é fundamental para vários desenhos elementares do filé, as diversas etapas para um bom acabamento (o corte e a retirada do tear, passar goma, etc) e saber lidar com moldes, forros e costuras, de forma articulada com as mudanças introduzidas pela moda e pelas transformações nos padrões de consumo da sociedade.

As artesãs com mais experiência relatam que com o passar do tempo se deu uma diversificação do tipo de peças realizado, incorporando modelos e cortes que introduzem pequenas inovações na técnica utilizada. Assim, na parte de costura e moldes e do ponto de vista das cores e dos modelos de roupa, tudo é continuamente redefinido pelo mercado e pela moda, num processo que deve ser acompanhado pelas artesãs para viabilizar as vendas.

> *“Ai eu enchia blusa, eu enchia vestido, no era um vestido longo, mas era vestido tubinho. E assim, com a tendência você vai aperfeiçoando e inventando modas, não é uma coisa repetitiva, porque antes não era uma blusa, uma blusinha assim, de manguinha, só manguinha, era reto, sabe uma coisa repetitiva, uma saia justa, um vestido era justo, não forrado, bem cheio, longo, de metro e meio, fazia saia de praia. Foi mudando”*. JANDIRA, 47 anos, Secretária

Isso mostra que o conteúdo do conhecimento básico é dinâmico, tanto pelas novas competências que as artesãs devem desenvolver para acompanhar o mercado como pela crescente especialização de tarefas no processo de confecção de uma peça de filé, que permite

às artesãs se concentrar no bordado. Antes a rede era realizada pela própria rendeira, constituindo uma das primeiras coisas que devia aprender. Hoje em dia a rede pode ser comprada facilmente em Marechal Deodoro, Massagueira ou na própria Barra Nova, como uma matéria prima mais junto com a linha de algodão.

Na cooperativa, a coexistência de artesãs com diferentes níveis de habilidade se manifesta numa divisão de funções que leva em conta essa experiência e o nível de "prática" alcançado. A cooperada mais antiga (tanto como artesã quanto como membro da cooperativa) é a que realiza os cortes para os moldes, e a parte final de engomado e costura das peças, que exigem um alto grau de perícia. Trata-se de uma função derivada da forma de organização do processo produtivo na cooperativa, que é determinada em certa medida pelo maior domínio da especialidade de algumas artesãs, expressa numa hierarquia tácita de saberes respeitada ao interior da cooperativa.

No entanto, estes referentes derivados da tradição, do caráter comunitário da atividade e do compartilhamento de um saber prático que unifica a experiência das filezeiras, coexistem e se superpõem com elementos vinculados à estrutura funcional da cooperativa e às regras que orientam formalmente sua organização. Esta perspectiva, que não é generalizada, senão restrita ao grupo mais ativo vinculado ao núcleo dirigente, se aproxima em muitos pontos da descrição que faz Dubet das lógicas presentes na experiência social dos professores, que "falam em termos de estatuto, como membros de uma organização que fixa condutas, relações com os outros, modos de argumentação e legitimação". (DUBET, 1996: 97)

Para as cooperadas mais ativas, a participação nas instâncias de gestão se constitui no critério principal a partir do qual se avalia a atuação das outras artesãs, e sua contribuição ao empreendimento como um todo. A participação nas reuniões, decisões e capacitações

constitui a medida a partir da qual se é considerada “sócia direta” ou “sócia indireta” ou “externa”.

> *“É porque têm os que a gente chama de sócios diretos que sempre estão participando das reuniões. Porque a gente divide assim os dias de trabalho, dias de reuniões, formações, cursos. Então tem gente que está mais diretamente ligada às ações da cooperativa. As indiretas são as que só produzem e não gostam de participar, não querem, não gostam de participar de reunião, de palestras, essas coisas”.* AMANDA, Presidente, 30 anos

De acordo com informações surgidas nas entrevistas, de um total de vinte e uma cooperadas, doze aproximadamente são sócias diretas. Entretanto, as diversas visitas realizadas à sede da cooperativa no decorrer da pesquisa indicam que na prática o grupo é ainda mais reduzido, contando com seis ou sete cooperadas que atuam permanentemente nas atividades de gestão, planejamento e capacitação da COOPERARTBAN.

As “sócias indiretas” não participam de nada, se aproximam quando existe perspectiva de venda numa feira fora do estado ou quando é requerida uma grande produção por encomendas ou eventos específicos. A maioria tem relação de parentesco com as artesãs mais participativas ou já foram cooperadas, e preferem permanecer somente na produção. A explicação de Lorena sobre o grupo de externas ajuda a entender a lógica da sua participação na cooperativa:

> *“(...) têm pessoas aqui que faz bastante pra cooperativa, pessoas que não faz parte, como a mãe da Marla, ela já fez parte da cooperativa, pagou, tudo, ai saiu porque não gosta de reuniões, não gosta de ter que dar plantão, então ela faz pra cooperativa, mas faz, é como se fosse uma externa (...) Continua produzindo pra cooperativa, e a cooperativa só paga quando tem dinheiro em caixa, ai paga a ela (...) Não participa e não quer pagar cota, a filha já participa, ai se ela quiser fazer, além dela fazer pra cooperativa vamos supor, ela tem uma filha que participa daqui, se ela quiser fazer um filé por fora sem ser o da cooperativa ela pode pegar e dizer, ah filha, eu vou, bota lá, bota como se fosse teu no teu nome, mais prático do que você vir pras reuniões, é mais prático. A vantagem é essa quem tem família, que a outra nunca quer entrar, porque a outra diz, “ah você já participa de lá, já paga tudo, então vamos, eu coloco no teu nome e quando vier passa pra mim o dinheiro”, entendeu? Mais fácil né?”.* LORENA, 32 anos

Neste depoimento, de uma cooperada considerada “direta”, fica claro como as funções de gestão são visualizadas em ocasiões como atividades “vazias de sentido”, com objetivos que não são reconhecidos como suficientemente válidos para serem defendidos coletivamente. Na análise da lógica estratégica na COOPERARTBAN retomaremos este assunto, abordando as distintas posturas e racionalidades existentes em relação à adesão à cooperativa.

Do ponto de vista da lógica da integração o importante é que existem na cooperativa duas categorias bem delimitadas que indicam formas de pertencimento diferentes, baseadas em componentes que se articulam dando lugar a uma dinâmica particular de funcionamento. Pensando esta questão a partir das categorias de Max Weber, de “*relação comunitária*” e “*relação societária*”, é possível pensar na coexistência destas duas lógicas como orientações de comportamento recíprocas, como relações sociais que se combinam no interior da cooperativa.

Por uma parte, a lógica comunitária, marcada pelo costume e pelo respeito dos valores partilhados no contexto da tradição local, se coloca como transfundo mobilizado por todas as cooperadas nos seus discursos. Isso fica claro na fala da Presidente da cooperativa, expressando as dificuldades que ela teve que enfrentar pelo fato de ser jovem, de fora da comunidade e de não ser uma artesã de filé tradicional:

> *“Eu nasci em Maceió, natural de Maceió mesmo, e ainda moro com os meus pais. A gente veio pra cá porque a minha mãe se aposentou há seis anos, e foi ai que eu comecei a me envolver com a comunidade. Sempre fiz artesanato, desde os quatorze anos mas não o filé, né? Que o pessoal aqui faz da comunidade faz, mas sempre mexi com artesanato, desde os catorze anos (...)”*
>
> *“Assim, nunca tinha trabalhado liderando um grupo, é muito complicado, é muito, a gente cresce muito, mas é muito complicado. Principalmente assim porque eu sou uma das mais novas e que não tem uma cultura local, tive que aprender muito, aprendi muito com elas, ainda bem que aprendi, foi muito bom e é muito bom para mim esse aprendizado do coletivo e de cada uma, né?”* AMANDA, Presidente, 30 anos

Por outra parte, a lógica societária também emerge como elemento estruturador da experiência das cooperadas, delimitando as categorias principais que compõem a dinâmica do empreendimento: as “sócias diretas” e as “indiretas”. No entanto, essa lógica somente é incorporada por um grupo limitado, que enfatiza as regras estabelecidas pela organização como meio de defesa dos interesses comuns e de produção e comercialização coletiva.

É importante salientar que o perfil educativo e laboral destas cooperadas envolvidas na causa da cooperativa é significativamente mais alto do que o do resto das cooperadas.

5.3 Lógica estratégica: entre engajamento e pragmatismo

Além de descrever sua experiência na cooperativa em função de uma tradição de filé que define a comunidade, e de uma identidade associada a um “saber fazer” específico, regulado por normas que orientam a participação dos seus membros, as cooperadas se colocam discursivamente numa lógica estratégica, que tem por cenário principal a própria cooperativa ou por vezes um campo mais amplo, delimitado pelo contexto institucional no qual a organização se integra.

Como aponta Dubet (1989; 1996) do ponto de vista da ação coletiva, dentre os recursos principais a serem instrumentalizados pelos atores, os referentes da identidade integradora constituem elementos essenciais, porque reforçam a capacidade de mobilização do grupo, melhorando sua posição relativa no campo concorrencial no qual se insere sua ação. Mas essa articulação entre lógica estratégica e da integração depende da capacidade dos atores de manterem uma distância relativa em relação aos valores e pertencimentos tradicionais. Seguindo Dubet, paradoxalmente, a capacidade de utilizar a identidade como recurso é menos freqüente em grupos em que as tradições se encontram mais arraigadas, e mais comum nos que conseguem maior autonomia, transformando os referentes em opção da ação.

A evidência empírica mostra que na COOPERARTBAN se reproduz essa dinâmica. Os depoimentos das artesãs mais ligadas ao núcleo dirigente constantemente problematizam a tradição do filé e dos costumes instaurados na produção e venda das mercadorias, como questões que limitam a organização coletiva da produção e a participação mais ativa de outras filezeiras da comunidade. A crítica é possível justamente porque existe nelas um recuo em relação às tradições, que podem ser colocadas "*entre parênteses*" e analisadas reflexivamente como potenciais recursos de ação.

Essa visão se evidencia claramente no discurso da Presidente da cooperativa, que propõe modificar o nome da mesma em função da obtenção de melhores condições de concorrência na disputa por recursos oriundos de políticas públicas direcionadas a empreendimentos coletivos de mulheres26. A idéia dela é reforçar, a partir da modificação do nome que figura no estatuto da cooperativa, a conformação feminina da mesma e a especificidade da atividade produtiva à qual se dedica, que é a confecção de filé e não o artesanato em geral.

No entanto, a dificuldade de estabelecer esse corte, capaz de impulsionar a capacidade estratégica da cooperativa enquanto coletivo, que hoje existe num segmento restrito da mesma, faz com que as estratégias se fragmentem num conjunto de definições individuais que desviam o foco do espaço institucional para o da própria cooperativa como campo concorrencial. Como conseqüência, predomina uma racionalidade que traça como objetivo principal a extração de benefícios individuais que se concretizam no nível de vendas que cada cooperada consegue realizar numa feira ou evento específico.

26 Nos últimos anos a Presidente da cooperativa tem visualizado inúmeras oportunidades nesta área, principalmente a partir de políticas do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para mulheres rurais, que por intermédio da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) disponibiliza recursos de fortalecimento de cooperativas e ajuda técnica.

Assim, existe na cooperativa uma lógica de ação estratégica marcada pela adesão aos valores e objetivos do coletivo, que enfatiza a necessidade de participação efetiva das cooperadas e do fortalecimento da cooperativa enquanto empreendimento da comunidade, e de forma simultânea, uma postura que instrumentaliza esses valores e fins como meios para alcançar propósitos pessoais. Assim mesmo existe outra lógica que recusa abertamente o projeto, cujas representantes são as artesãs que ingressam na cooperativa e abandonam rapidamente, ou um referente genérico que aparece conformado nos discursos das mais ativas por artesãs da comunidade que nunca se aproximaram. Para essas artesãs, que recusam o jogo de tal forma que nem alcançam a entram nele, os fins não compensam os meios, que supõem um esforço significativo.

De acordo com Dubet, na lógica da estratégia:

> "A integração ao sistema é substituída pela sua regulação, pela necessidade de manter regras do jogo para que o jogo seja possível. A civilidade e a pertença ao grupo são, não já uma norma, mas uma forma do interesse bem entendido, uma condição necessária à persecução dos objetivos" (DUBET, 1994: p. 123).

Assim, o núcleo dirigente defende os valores da cooperativa, porque constituem ao mesmo tempo o meio para alcançar os fins determinados e o que garante a permanência no campo concorrencial institucional no que entra em disputa em determinadas ocasiões. Entretanto, existe outro grupo que aceita entrar ao jogo, o que supõe uma aprovação implícita das regras, só que a partir de uma instrumentalização do projeto. Somente se concorda com as regulações de forma discursiva, como se a existência das mesmas fosse uma questão meramente formal, ou cujo sentido não foi incorporado totalmente.

Na leitura realizada pelo grupo de "sócias diretas" da cooperativa, a apatia generalizada e o descrédito dado ao projeto, a alta rotatividade dos membros e as dificuldades de ingresso de novas artesãs da comunidade tem sua origem num conjunto de obstáculos originados em costumes extremamente arraigados na atividade das filezeiras. Assim, um

exemplo paradigmático desta perspectiva pode ser visualizado na fala da Presidente da Cooperartban, que aporta uma visão de dentro da comunidade, como moradora da Barra Nova, e de fora, por ter nascido e passado a infância em Maceió:

> *"(...) a gente teve um problema muito grande aqui e eu vejo isso cultural que as pessoas não, preferem, acho que preferem comentar do que participar e procurar algo melhor, preferem ficar lá de longe olhando e isso acontece em todas as ações que tem aqui na comunidade, as pessoas não gostam muito de se envolver e participar. Até cursos gratuitos mesmo quando a gente oferece aqui, ou quando outras pessoas oferecem, tem que estar chamando de porta em porta porque as pessoas não gostam de participar (...) Como elas são naturais daqui elas dizem que porque aqui nunca nada dá certo. E isso é uma coisa que está, é como se estivesse arraigada em cada um, que aqui ah, "vou fazer nada isso que aqui nunca dá certo". Com a cooperativa é a mesma coisa, todos dizem, "ah vou nada participar que não vai pra frente, isso não dá certo". Com tudo a maioria da comunidade é assim".* AMANDA, Presidente, 30 anos

A idéia recorrentemente colocada nos discursos, de que na localidade tudo é muito quieto, parado e sem movimentação tem seu correlato na atitude passiva da população, que desconfia de opções coletivas por experiências fracassadas do passado. Seguindo informações das cooperadas, primeiro foi uma associação comunitária que "vinha dando certo", cujos participantes descobriram de um momento ao outro que os dirigentes estavam desviando dinheiro. Posteriormente, foi a Associação de Moradores que funcionou durante um tempo reivindicando melhoras para a comunidade e que teve que deixar de funcionar depois que o Presidente abandonasse a instituição por ter passado num Concurso Público.

Do ponto de vista da comercialização do filé, o costume de vender para as lojas de artesanato do Pontal da Barra é um dos mais difíceis de quebrar, fundamentalmente pelo tipo de laço que muitas artesãs foram criando com as intermediárias ao longo dos anos. Em geral, as artesãs vendem sua produção para uma única compradora, estabelecendo relações duradouras que às vezes derivam na constituição de laços de amizade. Mediante o adiantamento do material necessário para realizar as peças (rede e linha), as compradoras garantem a entrada permanente de mercadorias e a conformação de um estoque de produtos.

Quando a isso se soma o pagamento regular, num prazo relativamente curto de tempo, as artesãs incorporam de tal forma a rotina de venda que se estabelece quase uma relação de dependência.

> *"É porque também tem muitas pessoas aqui, artesãs, que já tem clientes de muitos, muitos anos, desses que viaja pra fora, que tem loja fora, então, aqui tem umas mulheres que faz filé, ela faz filé belíssimo, você passa na porta dela e deixa lá no sol, o colorido, cada um mais belo do que o outro, então ela costura há muitos, muitos anos, para uma mulher, não sei se é do Pontal, eu não sei de onde é, só sei que tem muita gente antigo aqui que já fazem para outras pessoas há muito tempo. Ai não vai deixar de fazer pra pessoa que já é cliente sua, que paga certinho, não sei como paga mas se paga certinho, às vezes paga até à vista mesmo, que é pontual assim. Vamos supor, tem gente que, tem uma amiga que tem loja, vamos supor assim, na Itália, ela compra aqui por um preço, passa pra amiga por outro preço e a amiga vende por outro preço. Então quando vem pagar, se hoje, vamos supor que a amiga compra aqui por 20 reais, ela vai passar pra ela pra 60 pra amiga vender por 100. Ai é o que acontece, ai tem muita gente que compra filé aqui, na Massagueira, Santa Rita, porque tem lojas fora, fora do Brasil, de Alagoas, ai ganham muito dinheiro na custa da artesã, entendeu?"* LORENA, 32 anos

O depoimento da Jandira, artesã com mais de 30 anos de experiência, que vendeu durante muitos anos no Pontal da Barra antes de entrar pra cooperativa, reforça essa questão, resumindo vários elementos da forma como se dá a relação com as vendedoras:

> *"E ai eu juntava assim, dez blusas, ai levava pro Pontal e vendia as dez. Vendia no artesanato "Mão de Ouro", eu vendia pra essa pessoa que hoje em dia, ela foi testemunha do meu casamento, e hoje e madrinha da minha filha. Ela me ajudou bastante, porque ela comprava tudo, comprava a vista, que raramente você vende muita peça e a vista. Pagava, assim, não pagava o preço justo que a gente merecia porque dá um trabalho, o filé dá trabalho. Você vê a peça pronta e pensa que é uma coisa fácil, mas o filé dá trabalho. E principalmente quando a gente capricha, quando você está fazendo à doida, não combina as cores, você pega uma linha de uma cor e sai misturando de qualquer jeito você termina rápido, mas quando você vai combinando as cores, a gente vê e vai ficar com a peça, não adianta fazer com o acabado mal feito se a peça vai ficar. Eu sempre trabalhei assim desde nova e aprendi assim".* JANDIRA, 47 anos

Nos dois trechos apresentados anteriormente surgem elementos similares, que apresentam como obvia e natural a venda para as compradoras do Pontal, mesmo tendo consciência das desvantagens no que refere à recompensa pelo trabalho. O costume e a

relação de proximidade construída com as intermediárias são os estímulos principais para a continuidade da prática, talvez reforçados pela comodidade que gera um ambiente conhecido, marcado pela cordialidade e por interações que colocam as artesãs em situações que sempre supõem os mesmos repertórios básicos de acontecimentos antecipáveis, para os que dispõem de respostas e interpretações predeterminadas (não problemáticas).

É interessante observar nos trechos citados, que o assunto surge de forma associada à questão do preço justo, e da exploração da mão de obra das artesãs pelos múltiplos componentes da cadeia de venda do filé. Ou seja que não existe um desconhecimento por parte das filezeiras desta questão, que indique um abuso sofrido de forma velada. As condições de troca são aceitas e avaliadas como favoráveis justamente porque dão continuidade a uma rotina que não demanda mudanças substantivas no modo tradicional de fazer e vender filé.

Para elas, a opção de continuar vendendo no Pontal representa uma escolha racional na medida em que a mudança implicaria custos psíquicos e sociais elevados, derivados do esforço de aprender a lidar com novos contextos que exigem a ativação de disposições que não formam parte dos seus repertórios. Assim, as artesãs escolhem em função dos recursos sociais e comunicacionais com que contam.

Naturalmente, quando aparece uma iniciativa de organização coletiva que implica revisar (em termos fenomenológicos colocar entre “parênteses”) determinadas lógicas e relações incorporadas durante anos de forma acrítica, o resultado é um profundo receio e desconforto, que se agrava na medida em que não existe um retorno financeiro de curto prazo na cooperativa. Assim, a lógica instrumental imediatista predomina nas artesãs, por mais que todas saibam que a venda no Pontal não constitui uma vantagem do ponto de vista econômico. Em palavras de Sandra:

> *"Tem muita gente que não está na cooperativa por causa disso, porque queria produzir entregar e já receber. Ai por isso que às vezes tem muita gente que não participa da cooperativa. Porque tem que esperar, às vezes mesmo que a gente bote na cabeça, "poxa vocês fazem, vocês vão vender no Pontal, lá as meninas pegam e nunca dão dinheiro, vocês precisam ir uma ou duas vezes" mas não entra na cabecinha delas, e assim, a gente pode demorar mais um pouquinho mas a cooperativa paga, e muita gente não vem na cooperativa por isso, porque se fizer e já receber estava cheio de gente"*. SANDRA, 36 anos, Tesoureira

A cooperativa tem feito um esforço nos últimos anos por estipular um preço que leve em conta o trabalho das artesãs, estabelecendo um preço mais "justo" que espelhe a dedicação e a quantidade de horas necessárias para a realização de uma peça. Porém, a medida não teve resultado significativo no nível de participação das cooperadas, nem no aumento do numero de sócias. Fundamentalmente porque as condições de pagamento permaneceram iguais, dependendo das grandes vendas fora do estado que só acontecem a cada dois ou três meses ao que se soma a não aceitação das obrigações intrínsecas à cooperativa, que demandam uma ativa participação nas atividades de gestão, e capacitação e a contribuição com a produção coletiva.

Aqui ingressamos num ponto crucial da análise, porque se a venda no Pontal da Barra expõe as artesãs a contextos não problematizáveis de interação, a cooperativa configura um ambiente inteiramente novo, orientado por exigências formais, que demandam a sujeição a prazos, procedimentos e regras determinados de forma impessoal e abstrata pelo estatuto da cooperativa ou por decisão do coletivo. E se as definições do coletivo são percebidas como instâncias exteriores e coercitivas, que se impõem ao grupo de forma unilateral, os incentivos para se adaptar ao novo contexto são mais frágeis. Mas essa questão ficará mais esclarecida no decorrer da análise, onde se aborda a visão hierarquizada que predomina sobre a gestão da cooperativa, que coloca na diretoria toda a responsabilidade pelos rumos da mesma.

Para muitas filezeiras que se aproximam da cooperativa a partir da curiosidade e da expectativa de abrir mais um canal de venda da produção, as múltiplas obrigações de gestão

da cooperativa são avaliadas como momentos improdutivos, em que se perde o tempo. A explicação de uma cooperada ativa sobre o afastamento da mãe por conta deste motivo revela a idéia que predomina nas filezeiras sobre a participação:

> *"Minha mãe por exemplo, ela não gosta das reuniões, prefere não participar. O fato dela se deslocar de casa até a cooperativa em vez de estar produzindo, então ela quer continuar sem fazer parte das reuniões. É isso que ela fala, perde tempo, quando está ouvindo, eu estou em casa trabalhando".* MARLA, 40 anos

As situações de reunião e de deliberação geram nas cooperadas sensações de incomodo e estranhamento, derivadas do escasso contato anterior com contextos que pressupõem simetria das relações e participação ativa dos envolvidos. É importante ressaltar a noção de participação apontada pelo depoimento da Marla: comparecer nas reuniões significa "estar ouvindo", ou seja, permanecer sem intervir diretamente nos assuntos que estão sendo discutidos. Outras entrevistadas mencionam também este assunto, relatando as reuniões como instâncias repetitivas em que acontece sempre a mesma coisa, e que demandam um esforço de concentração e de persistência muito grande, que algumas cooperadas não conseguem fazer, ou seja, demandam um repertório atitudinal, um conjunto de disposições de natureza sócio-política com as quais as artesãs não tiveram contato em suas biografias e trajetórias profissionais.

Em algumas artesãs mais antigas, a reticência ao envolvimento nas atividades de gestão se relaciona também a limitações impostas pela família (fundamentalmente maridos) que não aprovam a permanência da mulher fora do âmbito doméstico. A casa é o lugar da mulher e o filé uma atividade que permite conciliar suas funções familiares com uma atividade de trabalho que permanece confinada ao espaço restrito dos laços primários, por isso sua adequação enquanto atividade de complemento de renda.

Por outra parte, a rejeição pela participação parece estar vinculada a uma categorização que opõe trabalho de gestão e trabalho de produção, reproduzindo uma escala que valoriza diferencialmente as ocupações de acordo com seu caráter mais ou menos intelectualizado. Desta forma, algumas cooperadas projetam a situação de desvalorização social vivida no cotidiano para o âmbito da cooperativa, colocando-se automaticamente na categoria inferiorizada, que é justificada discursivamente como opção pessoal, que se concretiza na eleição de não participar.

A outra face desta questão é a visão hierarquizada e verticalizada da gestão que prevalece entre as cooperadas. Um exemplo disso e o relato da Tesoureira sobre a forma em que as outras cooperadas se dirigem a ela, chamando-a de “chefe”, o que ela atribui à falta de capacitação em cursos de cooperativismo, que faz tempo não são ministrados na cooperativa pelo IESOL / UFAL.

No entanto, é difícil pensar que a realização de um curso possa mudar automaticamente a perspectiva das cooperadas, habituadas a lidar com contextos marcados pela hierarquização das relações sociais e pela adoção quase implícita do lugar de subalternidade. Na gestão anterior da diretoria por exemplo, o Presidente (que era um homem) era um político da localidade, que raramente aparecia na sede da cooperativa e só se ocupava das questões mais administrativas, mantendo uma relação de distância com respeito às cooperadas.

Ainda hoje, mesmo com uma Diretoria que busca ser muito mais participativa, o discurso de várias cooperadas exalta permanentemente as competências e capacidades da Presidente, como uma pessoa ativa, comunicativa, “desenrolada” que se transforma numa peça chave da cooperativa sem a qual praticamente não funciona.

Isto é expresso na resposta da Lorena ante a indagação sobre a freqüência das reuniões:

> *"Nem sempre é toda quinta, geralmente é toda quinta, mas às vezes quando a Wendy está viajando, geralmente quando tem mais reuniões quando a Wendy está presente, porque ela é a que desenrola mais as feiras, ela é a que faz os contatos por fora, ela é a Presidente, eu acho que é a que trabalha mais aqui, em relação de contatos, de participar em reuniões, de feiras e tudo, e ela que faz isso. Então, a maioria das reuniões só acontece quando ela está presente. Ela é assim, a peça fundamental da cooperativa e ela que passa as feiras, passa tudo que vai ser, a feira se vai ter reuniões, encomendas, então só tem quando ela está, quando ela está viajando ai não tem"*. LORENA, 32 anos

Justamente essa idéia é uma das que mais preocupa a Presidente e a outros membros da Diretoria porque além de sobrecarregar as funções, não existe perspectiva de alternância nos cargos, o que coloca uma grande questão sobre o futuro da cooperativa na próxima instância de eleição de cargos. Neste sentido, existe por parte das cooperadas do núcleo dirigente um temor muito presente da cooperativa não conseguir gerar sócias capazes de exercerem funções diretivas nos próximos anos.

> *"(...) tenho medo se sair, e a pessoa que ficar acabar de vez, tenho esse receio. Tanto é que eu fico falando, "vocês aprendam que não vai ser vitalício não". É interessante participar do processo de aprendizagem, acho que seria interessante todo mundo ser Tesoureira, todo mundo ser Secretaria, todo mundo ser Presidente, para saber um pouquinho como é que funciona. Eu aprendi muito, muito, muito, muito, que a gente vai buscando coisas e vai aprendendo*". AMANDA, 30 anos

Ao mesmo tempo, existe claramente uma dificuldade objetiva das cooperadas de efetivar sua participação, como conseqüência do baixo domínio dos códigos que prevalecem nas situações de reunião e de discussão coletiva, que demandam a ativação de disposições que nem sempre formam parte dos repertórios incorporados em experiências previas de socialização. Isso se comprova na alta desistência e rotatividade dos membros da cooperativa e na escassa intervenção das cooperadas que persistem nas instâncias coletivas de tomada de decisões, preferindo usar vias informais e pessoais de comunicação e discussão do que

mecanismos formais. A resposta da Sandra sobre as modalidades de resolução de conflitos ilustra perfeitamente esta questão:

> *"Essas discussões assim, não, nunca teve. Se tiver têm muitas que não ficam a vontade pra falar. Talvez discussões pessoais que não tem nada a ver com a cooperativa, mas na cooperativa não vejo as meninas discutir muito não. Às vezes até tem, tem algumas coisas que elas não aceitam, mas que elas não chegam a falar em reunião. Isso nós temos cobrado, tanto eu como a Wendy, "se tem alguma coisa que vocês não estão satisfeitas, se tem alguma coisa, pode falar em reunião, porque o certo é discutir em reunião". Às vezes elas ficam falando uma pra outra e isso não é certo. Mas em reunião é muito difícil elas falar sobre um assunto que elas não estão satisfeitas. Mas não falam muito, ficam falando depois, para segundos, para terceiros, mas nunca em reunião*". SANDRA, 36 anos

O desconhecimento da dinâmica de interação própria destes espaços coletivos, que supõe um ritmo e um ordenamento das falas e das argumentações que não segue a estrutura de uma interação cotidiana, leva a optar pelo registro mais familiar e restrito da conversação particular, que não precisa ser submetido à consideração do grupo. Além disso, o tempo e a paciência que devem ser investidas para alcançar acordos coletivos, provoca desgastes e fundamenta a sensação de "perda de tempo".

Da fala da Presidente da cooperativa, com vários anos de experiência de participação em outras associações e na Diretoria da própria cooperativa, se desprende o esforço que significa a adequação da forma de comunicação a um entorno coletivo:

> *"A questão de trabalho em grupo mesmo, do saber ouvir e calar. Eu quando entrei aqui eu senti muita dificuldade porque às vezes a gente quer falar tudo que acha ou que pensa e quando a gente trabalha em grupo não é bem assim. Aprendi que quando a gente trabalha em grupo a gente tem que observar muito a pessoa, o estado de espírito daquela pessoa porque às vezes uma coisinha de nada se transforma num vendaval, então acho que ouvir e calar foi o que aprendi aqui".* AMANDA, 30 anos

Outra dificuldade que enfrenta a cooperativa, que explica a baixa participação das artesãs locais, é a exigência de cumprimento de horário uma vez por semana para abertura da sede (que elas denominam "plantões"), além da participação toda quinta-feira, em que se celebra a reunião semanal de planejamento e discussão dos principais assuntos que devem ser

resolvidos pela cooperativa, como datas e organização de atividades para participação em próximas feiras, contatos com novos parceiros, informes, distribuição dos rendimentos, etcétera.

É importante lembrar que muitas das artesãs nunca trabalharam em ocupações com horários fixos de funcionamento, e que o filé sempre foi predominantemente realizado no horário da noite, depois de finalizado o trabalho doméstico. Isso impõe uma noção de tempo que se orienta pela "lógica da necessidade", ou seja, pela articulação com outras tarefas que se colocam na rotina das artesãs como atividades impostergáveis, como o cuidado dos filhos, da casa e do marido. Como destaca Thompson, nas atividades ligadas a um ciclo determinado ou ao trabalho doméstico, existe uma "orientação aos afazeres" que guia o tempo de trabalho, e que não demarca uma distinção clara em relação ao tempo de não trabalho (THOMPSON, 1979: p. 239-293).

De forma que a estipulação de horários e de ritmos de produção obrigatórios representa uma transformação significativa no trabalho das artesãs, que pode gerar naturalmente resistências e conflitos. Somado a isso, a exigência de cumprimento de padrões mínimos de qualidade, induz uma série de adaptações de grandes proporções, que para algumas filezeiras não se justifica do ponto de vista do resultado.

Todos estes argumentos mostram as dificuldades com que devem lidar as cooperadas para se submeter às determinações do coletivo no que refere à participação. Algumas não aceitam e saem do jogo rapidamente, preferem continuar produzindo de forma individual, como sempre o fizeram. Outras aceitam de forma parcial, se adequando a algumas obrigações e rejeitando ou "negociando" outras a partir de concessões que a cooperativa se vê obrigada a fazer em oportunidades específicas. As "externas" por exemplo, aceitam produzir sem participar das instâncias de gestão, se comunicando com a cooperativa a partir da mediação de

parentes que formam parte do grupo de "sócias diretas". Mas também existe um grupo de cooperadas que mesmo formando parte do núcleo mais ativo, realiza uma adesão "superficial" no que refere a alguns compromissos exigidos pelo coletivo, que expressa um cumprimento meramente formal das normas, consistente num "fazer de conta". A finalidade nesse caso é permanecer na organização sem assumir inteiramente os compromissos que ela implica no que refere à produção, por mais que se aceitem as obrigações em relação à gestão.

Como já foi colocado previamente, uma das maiores dificuldades da cooperativa é a baixa capacidade de produção coletiva. Por isso se determinou que todas as cooperadas produzissem uma quantidade mensal de peças seguindo padrões mínimos de qualidade estabelecidos pelo grupo. Ante essa exigência, várias artesãs optaram por pagar outras filezeiras da comunidade para complementar a produção mínima que elas não conseguem aportar para a cooperativa mensalmente. A determinação geral é para cada artesã realizar no mínimo uma rede de filé por mês, para garantir a formação de um *stock* de peças para enviar para as feiras e encomendas grandes. Como muitas não dão conta deste objetivo, mandam "encher redes" com filezeiras não cooperadas ou com parentes que não têm interesse em participar ativamente da cooperativa.

> *"Nas minhas peças eu pago pra encher, quando não tem produtos para a cooperativa, porque eu tenho que produzir pra cooperativa porque eu penso muito na cooperativa porque, sem ela como que vai ter venda, feira pra gente ir, tem gente que não é assim igual a mim, só pensa em si, acho que é egoísmo. Faz peça pra pessoa em casa, e a cooperativa como é que fica? Ela gera peças pra cooperativa pra mandar pra feira e faz como que leva pela cooperativa".* JANDIRA, 47 anos

Neste depoimento, a prática se justifica por um compromisso com a cooperativa, que se expressa na produção de peças para viabilizar a participação em feiras fora do estado. Os depoimentos de outras artesãs também deixam transluzir o pragmatismo do cumprimento das regras, num "faz de conta" cujo objetivo é exclusivamente continuar ocupando o lugar na organização e garantindo a participação nas próximas feiras.

A análise de Vanessa, artesã de 20 anos, recém ingressada à cooperativa corrobora esta idéia:

> *"É aquela questão mesmo, a maioria das pessoas vê a cooperativa como, só para vender, vender, vender, ai diante disso, como já falei que têm as feiras, ai " ahh eu vendi dez peças", pode ser que na próxima venda vinte ou só venda cinco. Então, se se repete duas vezes pronto, é como se pra ela a cooperativa não servisse mais. O grande problema é esse, porque só vem a cooperativa para vender, vender e vender e só vender"*. VANESSA, 20 anos

Como a venda constitui a única finalidade para estas cooperadas, o cumprimento das regras que expressam os interesses coletivos da cooperativa não partem de uma "conformidade subjetiva" senão de um cálculo instrumental. Por isso a cooperativa não consegue superar a dispersão de estratégias individualizantes, colocando o jogo num registro capaz de mobilizar a experiência associativa enquanto recurso da ação coletiva.

De fato, o que a análise da COOPERARTBAN mostra de forma nítida é a inexistência de um acordo de base que unifique a consciência dos interesses comuns, e não estamos nos referindo a acordos verbais, que se alcancem a partir de negociações, persuasões e argumentações. Estamos falando de acordos sustentados em valores e princípios pré-reflexivos, que orientam as práticas e a moralidade a partir da qual se julgam as ações próprias e alheias, colocando o interesse do coletivo na frente do interesse individual.

5.4 Lógica da subjetivação: entre a exploração, a terapia e o compromisso

A lógica da subjetivação expressa uma afirmação do ator enquanto sujeito para além dos seus pertencimentos e interesses. Refere a um empenhamento e a uma crítica possível pelo distanciamento do sujeito, que consegue identificar as relações de dominação nas quais está inserido, recuperando o protagonismo perdido e o sentido da sua própria experiência.

Os discursos das cooperadas da COOPERARTBAN não exteriorizam de uma forma muito acentuada essa capacidade de se constituir enquanto sujeitos, mas apresentam alguns rasgos que mostram indícios neste sentido.

Uma primeira constatação é que a descrição do entorno o mostra como marcado por múltiplas exclusões, tanto espaciais quanto sociais, que limitam de forma objetiva suas possibilidades. A tranqüilidade e o isolamento da Barra Nova e seu caráter limitado no que refere ao mercado de trabalho e às possibilidades educativas e de futuro, são assumidas com uma mistura de conformismo e resignação.

Nos seus relatos "lá fora" é o mundo das oportunidades, representado basicamente por Maceió, que se contrapõe por seu dinamismo com a passividade da Barra Nova. Assim, a capital representa a possibilidade concreta de conquistar uma posição mais valorizada socialmente, com mais retorno do ponto de vista econômico e de educação para os filhos. No entanto, a consciência dos déficits educativos apaga uma visão idealizada ou extremamente otimista dessas possibilidades.

> *"Já teve momentos na minha vida que é difícil trabalho, principalmente para quem não estudou, não terminou. Porque hoje em dia é muito importante ter ao menos você ter o segundo grau. Às vezes com segundo grau você consegue um empreguinho, vamos pôr aqui no posto de combustível, às vezes você consegue. Você consegue em outros lugares assim, como secretária, dependendo se tiver, se você tiver conhecimento, ai fica muito difícil por causa dos estudos. Mas chega um momento que eu fiquei aperreada querendo trabalhar e sem ter. Depois aqui ou você trabalha na casa dos outros como doméstica ou você trabalha como faxineira ou nos bares, ou senão trabalhar como marisqueira, ir pra praia pegar marisco, pegar. Não tem muitas opções de trabalho aqui, pra quem não estudou não tem. Pra quem estudou você pode em Maceió conseguir um emprego melhor numa loja, numa farmácia, agora, para quem quer estudar e estudou né? Como eu não estudei, ai não tem muitas opções de escolher emprego, ou ir atrás de emprego melhor*." LORENA, 32 anos

Sem embargo, esse contexto adverso é minimizado por vezes no relato numa trama em que as capacidades individuais de adaptação e superação são mobilizadas de forma exitosa.

Em diferentes circunstâncias e dimensões das suas vidas, as artesãs se descrevem como lutadoras e como vencedoras a partir da persistência e determinação. Isso expressa em certa forma um impulso que tenta superar as condições adversas que se impõem ao ator.

O próprio processo de aprendizado do filé, por exemplo, é relatado por algumas cooperadas como resultado de um "empenho" muito mais do que de uma capacidade inata. Dias e noites de tentativas sucessivas, muitas vezes fracassadas, para completar uma "rede" são necessários para aprender a técnica. No filé, a motivação parece ser mais importante que o talento, rasgo sublinhado por Sennet como próprio do "artífice", que tem como horizonte a realização do trabalho "benfeito" (SENNETT, 2009).

Transcrevemos a seguir um trecho da entrevista com Jandira, que descreve detalhadamente as dificuldades que teve que superar para aprender o filé:

> *"E ai, me ensinou lá uma vizinha minha a fazer filé, pra mim era tão difícil, que eu digo "meu deus eu acho que não aprendo nem pegar na agulha". Mas eu sempre tive vontade de aprender, eu sou uma pessoa muito assim, quando eu quero uma coisa (...) tinha, eu acho que uns dez anos. Eu fui lá, eu quero aprender, e ela disse "eu ensino", eu disse "eu quero aprender". Estava o tear e me falou "você não vai aprender, você vai aprender a rede", porque antes não tinha como comprar rede. As condições era meio que, fui aprender a rede, menina, a rede é outro processo, você começa da malha e vai aumentando até chegar a dois metros, três metros. Eu disse, "está certo, eu vou aprender a rede, como você quer". E fui e no outro dia estava errado, ela ficava encima, ela me ensinava, eu ia pra casa e eu ficava a noite toda "se estiver errado depois amanhã desmancho". Que no caso você não tem como desmanchar, você tem que cortar um pedaço para depois endireitar. Ela dizia "não esta muito bem não, que está remando, está troncha", eu dizia "está certo mas eu vou aprender". Mas ai eu aprendi a rede, consegui aprender a rede, eu digo "eu aprendi a rede, agora eu quero aprender... vixi, fazer filé". Ai eu fiz o tear, mandei fazer o tearzinho, com minha avó, minha avó fazia tudo (...) Eu botava o tear assim para esticar e o candeeiro encima do tear. Quando era a noite tinha que botar o candeeiro encima do tear. Era uma coisa incrível, o candeeiro caia, derramava, era uma coisa, uma coisa quando eu lembro assim, às vezes eu estou lembrando em casa, nos dias que falta energia, fica tudo escuro, parece como antes que só tinha mato. E aprendi a fazer filé com a Binha, pra mim o mais complicado do filé foi o cerzido, o cerzido é isso aqui, essa parte aqui, é o mais complicado do filé. Uma filezeira que não sabe fazer o cerzido ela não sabe fazer o filé. Porque com esse cerzido você faz a flor, você faz qualquer ponto com esse cerzido, se você não souber fazer cerzido,*

> *porque se você erra numa malha dessa você perde tudo. É muito complicado isso aqui. Ai quando eu chegava estava enlaçado, "desmancha", eu desmancho. Porque assim, a pessoa que tem vontade própria de aprender as coisas, você olha, você me dá, eu olho, olho, olho, se eu quiser eu faço ele. Eu fiz umas duas redes, por ele feito, eu sabia. Ela me ensinava, se não conseguisse aprender do jeito que ela estava me ensinando, eu com calma, à noite, com candeeirinho, rede esticada, eu fazia, ai aprendi com a Binha, fiquei fazendo filé. Binha, era uma filezeira muito boa, trabalhava bastante bem, ela mora aqui, bastante boa, e aprendi com ela. Fui fazendo meus filés, ia juntando"*. JANDIRA, 47 anos

No relato desta cooperada, a incorporação dos saberes necessários para aprender a técnica responde a um impulso pessoal de superação das dificuldades, a partir da disciplina e da determinação que sempre a acompanharam em diferentes situações da sua trajetória de vida.

Além da perseverança, uma qualidade destacada pelas cooperadas como necessária numa filezeira é a "paciência". Paciência para executar determinados pontos, para confeccionar certas peças e para manter constante o nível de atenção que demanda o processo de trabalho como um todo, e fundamentalmente o acabamento. Neste sentido, para as artesãs "encher a rede" pode pressupor uma atividade mecânica e repetitiva, mas também exige criatividade e imaginação. Ao pensar o desenho, os pontos que vão compor a trama, as cores, o formato da peça, são mobilizadas potencialidades criativas que devem ser articuladas com a habilidade manual do bordado.

Como ressalta Sennet (2009), a unidade entre mente e mão é essencial para o desenvolvimento de uma "perícia artesanal" que às vezes é confundida com talento inato, por encontrar-se corporificada na figura do artífice. Por isso a antiguidade de uma filezeira garante sua habilidade para executar tarefas que as novatas não conseguem realizar. A repetição constante e as rotinas estabelecidas no processo de trabalho, com a paralela resolução pragmática dos problemas emergentes, dão como resultado um progressivo melhoramento da técnica que lhes confere maior "prática" às artesãs experientes.

De forma que a progressiva aquisição das condições que as facultam como "filezeiras" é interpretada como uma forma de compromisso, que exige uma dedicação e um esforço que representa um paralelo trabalho sobre si. Isso se traduz no caráter prazeroso da realização do bordado, que é considerado por algumas como "terapia" literalmente, como no caso da Jandira, que passou por um período de depressão profunda do qual saiu em grande parte pelo fato de retomar a realização do filé. Outras artesãs também destacam esse caráter terapêutico do bordado:

> *"Gosto muito do trabalho que faço. Pra mim é prazeroso, meu marido às vezes eu estou 11 horas da noite trabalhando e ele, "vai dormir", mas é tão bom, às vezes eu fico que esqueço do tempo. Tem coisas que você gosta e você faz, tem peça por exemplo fico muito bem fazendo. Porque têm umas que pede a Deus para acabar logo mas tem peças que você trabalha e parece que não quer terminar. As vezes funciona como terapia, assim, pra mim também funciona como terapia, porque as vezes você está aperreada em casa, estressada com filho, com marido e quando eu faço filé as vezes esqueço do tempo"*. SANDRA, 36 anos

Aqui surge outro elemento recorrente nas entrevistas, a possibilidade aberta pelo filé e pela participação na cooperativa de enfrentar o papel tradicional desempenhado no âmbito doméstico, limitado quase que exclusivamente ao cuidado da família. A cooperativa permite continuar conciliando essas atividades, mas dá a possibilidade de optar por sair momentaneamente desse universo a partir da participação na cooperativa, gerando maior autonomia.

> "(O trabalho na cooperativa) *É só um complemento assim de, como se diz, de eu estar com mais dinheiro, sei lá, eu querer crescer, querer fazer alguma coisa mais de útil fora ficar em casa, por ai no bar, no bar eu trabalho muito lá, ai é trabalho duro, então sei lá, eu acho que não sei ficar parada, já que eu aprendi isso eu acho que ao consigo mais não fazer alguma coisa, entendeu? Quando eu fico doente, quando eu passo uma tarde que não faço, ou às vezes eu estou muito cansada e chega a tarde e eu não faço nada, ai de noite às vezes eu faço. Às vezes eu não faço nem a tarde nem de noite porque estou muito cansada, eu vou limpar a casa"*. LORENA, 32 anos

O grau de envolvimento que significa a realização de uma peça, fundamentalmente das grandes, como por exemplo colchas, vestidos ou blusas são indicadores dessa lógica da

subjetivação, já que exigem um empenho em fazer bem o trabalho "*pelo amor ao trabalho benfeito*". E o resultado é um sentimento de orgulho e de identificação com o produto do trabalho, que deriva do caráter único que assume essa peça para a artesã, que consegue distinguir de peças similares das outras artesãs. O reconhecimento do produto como próprio se realiza principalmente a partir das características do ponto, que seguindo as artesãs "tem sua cara, seu jeito".

Mas o objetivo principal da artesã é a comercialização da peça. Neste sentido não parece haver uma tensão entre a lógica da subjetivação representada na identificação com o trabalho e a lógica instrumental, representada no ato de venda, que coloque a filezeira num dilema na hora de vender. De fato, como emerge das entrevistas, é no ato de compra-venda, nessa relação que se estabelece com a cliente que se dá o reconhecimento da qualidade da peça e conseguintemente do trabalho da filezeira. As palavras da Sandra ilustram estas questões:

> *"(...) tem peça que você olha assim e que você namora, e você não tem vontade de vender. Tem peças que você faz, acho que você faz com o coração. Tem umas que é mais, tem umas que é prazeroso fazer. (Mas você vende essas peças?) Geralmente eu vendo, é feito pra vender né? A gente já aconteceu de fazer uma peça pra mim, mas quando terminei eu achei que ficou curta, e eu trouxe essa blusa que eu gostei muito. Essa blusa o pessoal estava arrumando para uma feira, quando foi aqui uma moça estava aqui olhando e levou minha blusa. Foi vendida minha blusa, foi rápido, ai você tem prazer numa coisa dessas. Oxe, a peça chegou na cooperativa e já foi vendida, já foi vendida, vendeu antes da feira. Nem chegou a sair"*. SANDRA, 36 anos

Associado ao processo de compra e do valor monetário das peças, que se manifesta num preço mais ou menos "justo" pago pelo mercado, surge um assunto no que as artesãs se colocam novamente num contexto marcado pela opressão e pelas constrições impostas por uma cadeia produtiva baseada na exploração da mão de obra. Neste nível do discurso é possível perceber que o preço justo, que leva em conta o trabalho, a dedicação e a

complexidade que significa a confecção de uma peça de filé, representa de alguma forma o reconhecimento dado ao trabalho artesanal.

Isso fica claro nas diferenciações que são realizadas pelas artesãs dos diferentes públicos aos que vendem sua produção. Um primeiro grupo está constituído pelos compradores locais, que não valorizam o filé pagando muito barato pelas peças. Nesse público se incluem as intermediárias do Pontal da Barra assim como outras compradoras alagoanas que comercializam posteriormente as mercadorias no exterior ou em outros estados do Brasil. Por outra parte, o grupo conformado pelo "povo de fora", que inclui fundamentalmente os turistas de outros estados do Brasil e internacionais, que valorizam muito mais a renda e pagam um preço mais justo. Por isso o interesse que despertam as feiras em outros estados, porque são espaços em que as peças são mais valorizadas, se vendem bem e a bons preços.

Nesse jogo de relações no que se encontram implicadas as filezeiras, as relações de exploração do trabalho aparecem como dadas, o que inibe toda projeção de uma ação coletiva orientada a unificar esses interesses. As relações sociais se apresentam de forma reificada, como mecanismos objetivos aos que o indivíduo está sujeito como leis naturais. Podemos aventurar a conclusão de que isso acontece porque não existe um distanciamento capaz de converter os referentes da lógica da integração numa definição do sujeito.

No entanto, existe uma incipiente lógica da subjetivação em algumas cooperadas, que se manifesta em discursos minimamente críticos da ordem social, principalmente nas filezeiras que pretendem modificar as condições de comercialização vigentes, baseadas na exploração das artesãs por parte dos intermediários. Mas esta posição é reduzida a poucas pessoas, fundamentalmente a Presidente e outras poucas artesãs da Diretoria.

> *"(...) em remuneração a gente chegar e comprar a uma artesã, qualquer artesã, que vem perguntar se a gente quer comprar o artesanato para a cooperativa é bom, em ônus, porque vai ser um produto que não vai estar caro porque elas vendem barato. Mas para o que a gente quer como cooperativa estar na comunidade com o objetivo que a gente quer não esta legal, porque a gente está fazendo como os outros, né? Explorando a mão de obra e sendo mais um atravessador e isso não é legal. Mas eu sinto muita dificuldade delas assimilarem isso, muita, muita, muita dificuldade mesmo porque já é uma coisa que vem de mãe para filha, de vó para filha, para neta, assim porque a maioria daqui já vem com isso de casa, assim, né? Ah, que a mãe atravessava quando não tinha ponte, pegava a canoa, enchia de filé e ia pro Pontal e deixava lá. Então assim, é uma coisa que tem que ser trabalhado, que a gente vem trabalhando isso mas eu precisaria que tivesse mis presença das pessoas que estão para que haja uma sensibilização maior, né? Porque "ah, estou em casa fazendo filé", estou e daí? mas não estou ajudando em nada aquela pessoa, a não ser comprar. Mas ela como pessoa não esta sendo ajudada em nada"*. AMANDA, 30 idade

No próximo capítulo analisaremos o caso da COOPREL, cooperativa de catadores de materiais recicláveis, que, como veremos, definem sua experiência a partir de elementos diferentes que os utilizados pelas integrantes da COOPERARTBAN.

6 A COOPERATIVA DE RECICLADORES DO ESTADO DE ALAGOAS: COOPREL

6.1 Introdução

A COOPREL foi fundada em 10 de maio de 2004, como resultado da reivindicação de um grupo de funcionários da extinta Companhia de Beneficiamento de Lixo de Maceió - COBEL, que realizou uma demissão massiva de trabalhadores de serviços prestados em 2003. Dos mais de 706 trabalhadores[27] que ficaram sem trabalho, uns 25 pleitearam, além do pagamento dos benefícios que tinham sido negados, recursos para garantir o sustento futuro mediante a instalação de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis.

Depois de inúmeras negociações, a Prefeitura de Maceió garantiu o aluguel mensal do galpão de 900 m2, e 10 carroças de tração humana para iniciar a coleta dos materiais. Quem liderou as manifestações e negociações dos ex-funcionários da COBEL com a Prefeitura posteriormente se transformou no primeiro Presidente da cooperativa, quem exerceu a função por dois anos, até ser assassinado por vinculação a conflitos dos camelôs do centro da cidade.

A cooperativa encontra-se localizada no bairro da Serraria, e atua principalmente nos bairros da região do Tabuleiro[28]. A maior parte da coleta é realizada porta-a-porta, saindo diariamente aproximadamente 10 carroças de tração humana para pegar o material. A Prefeitura empresta o caminhão 3 vezes por semana para coletar os materiais doados por grandes empresas e diversas instituições públicas e privadas. A captação e conscientização de doadores depende inteiramente dos cooperados, que percorrem distintos bairros pedindo a colaboração dos moradores na separação do material.

27 Fonte: matéria da Gazeta de Alagoas do 12 de março de 2004 intitulada “Ex-funcionários da extinta Cobel ameaçam fechar acesso ao lixão”. Disponível em: http://gazetaweb.globo.com/v2/gazetadealagoas/texto_completo.php?cod=50528&ass=16&data=2004-03-12. Acesso 15 de Abr 2011.

28 Os bairros em que realizam a coleta são: Graciliano Ramos, Village, Santa Luzia, Cambuci, Serraria, Salvador Lyra, Dubeax Leão, Enrique Hequelman, uma parte do Condominio Aldebaran.

Todos os dias saem os cooperados “puxando a carroça” para diferentes áreas definidas previamente, ou seja que cada bairro tem um dia estipulado onde os moradores sabem que o catador passa regularmente. Os catadores saem todos juntos e se separam quando estão na “área”, para visitar s domicílios definidos para cada um deles. As mulheres ficam na cooperativa, terminando de separar o material que foi coletado o dia anterior, saindo eventualmente à rua quando a produção está muito baixa. Os cooperados sabem pela quantidade de material que o rendimento individual desse mês vai ser muito baixo, e reforçam a coleta a partir do trabalho de algumas mulheres.

O horário de saída das carroças para fazer a coleta nos bairros é 8 horas, e o retorno às 10 ou 11 horas, momento em que inicia o horário do almoço e de descanso, até 13,30 horas, em que todo mundo volta a trabalhar fazendo a seleção do que foi coletado no dia. Os materiais são colocados na esteira, e uns 5 ou 6 cooperados em volta vão pegando os materiais e depositando em caixas dispostas nas proximidades da esteira. Nessas caixas se coloca o material que será posteriormente prensado é enfardado, enquanto no fim da esteira se acumula o material excedente, não reciclável ou que não é estocado por falta de mercado comprador em Maceió.

No ano 2006 a cooperativa recebeu equipamentos para melhorar o processo de separação e estocagem dos materiais: prensa, esteira e balança, por intermédio de um projeto financiado pelo Banco do Brasil, em cuja formulação participou o IESOL/ UFAL. Levou um tempo para que os cooperados começaram a usar efetivamente as máquinas, mas o resultado foi uma racionalização do uso do espaço do galpão e um pequeno aumento no preço de venda.

A COOPREL vende todo o material a um único comprador. O preço de venda do material é muito baixo, o que responde a uma situação geral determinada pela dimensão do mercado de recicláveis de Maceió que “*encontra-se em estado embrionário e desordenado*”,

motivo pelo qual a produção deve ser vendida a outros estados portadores de indústrias de reciclagem (STROH, 2009: 50). Isso deixa os catadores vulneráveis à atuação de intermediários que pagam preços muito baixos pelo material, transladando os custos de frete para os cooperados.

Assim como na COOPERARTBAN na COOPREL também a rotatividade é muito alta. Dos 20 cooperados que começaram na cooperativa, somente 2 trabalham na atualidade. O máximo de membros foi 26 e o mínimo 14 ou 15. Dos 20 cooperados que trabalham atualmente 14 são homens e 6 mulheres.

É difícil traçar um perfil dos cooperados, já que existe heterogeneidade enquanto a idades e enquanto a sexo, pelo menos em relação à COOPERARTBAN. O que é mais homogêneo é o nível educativo dos cooperados, que dificilmente ultrapassa os 7 anos de estudo. A cooperativa não conta sequer com um cooperado que tenha completado o ensino fundamental, sendo a maioria dos catadores analfabetos funcionais (ou seja, que sabem apenas escrever o nome). Todos moram no bairro Benedito Bentes, um bairro relativamente próximo à sede da COOPREL, muito populoso, onde moram mais de 85.000 pessoas[29], principalmente de baixa renda. A maior parte dos cooperados se desloca até a cooperativa de bicicleta, pela Via Expressa, uma avenida muito movimentada e perigosa de Maceió. No Anexo II apresentamos uma tabela com informações mais detalhadas sobre os entrevistados.

6.2 Lógica da integração: entre o estigma e a proteção

De modo geral, na COOPREL, os discursos dos cooperados alternam entre imagens que representam a cooperativa como uma família, onde a sociabilidade constitui um dos elementos fundamentais das interações cotidianas e imagens muito negativas, que descrevem

29 De acordo com dados do Censo 2010 do IBGE

a cooperativa como um campo de disputas e de conflitos permanentes, de desmoralizações e até de agressões verbais e físicas.

Na COOPREL, a carência de referentes simbólicos que proporcionem uma base sobre a qual afirmar sua identidade, perpassa os discursos da maior parte dos cooperados. Não existe um pertencimento comunitário como na COOPERARTBAN, que atue como mediação de uma integração, ainda que precária, construída em termos positivos. A desvalorização social da categoria "catador", que se traduz em situações freqüentes de humilhação e violência simbólica sofridas na rua, além da ausência de proteções sociais e da baixa retribuição econômica que supõe a atividade30, reduz as possibilidades de apropriação dessa experiência e de articulação numa iniciativa coletiva.

Assim, o trabalho na cooperativa se transforma numa alternativa, não por ser uma opção entre outras, senão como último recurso disponível para esses segmentos populacionais aos que só restam ocupações que supõem ainda piores condições de trabalho, como catadores autônomos (ou "catadores de rua") ou em trabalhos extremamente desgastantes do ponto de vista físico. Assim, a cooperativa se constitui num "refúgio" com tudo o que a imagem de um refúgio evoca de positivo, como lugar onde se encontra asilo, acolhida, amparo, mas também de negativo, porque a necessidade de refúgio se vincula a uma situação de perigo ou risco iminente.

A permanente incerteza, tanto do ponto de vista laboral como econômico e social, a ameaça constante derivada da carência de condições para sustentar a família, as experiências extremas do ponto de vista emocional e físico marcam as histórias dos cooperados. Tudo isso

30 De acordo com informações dos entrevistados a média de rendimento mensal dos últimos meses tinha sido de R$ 280, dificilmente ultrapassando os R$ 300. Isso representa pouco mais de 50% do valor do Salário Mínimo Nacional, de R$ 510 na época em que foi realizado o trabalho de campo (julho 2010).

tem um impacto significativo na subjetividade dos trabalhadores, que se acostumam a lidar com a instabilidade e com a precariedade sempre presentes nas suas biografias.

A maior parte dos membros da COOPREL teve que enfrentar transformações extremas, derivadas de momentos de ruptura, muitas vezes vinculados com problemas familiares, perda de parentes, episódios de violência ou de mudanças radicais. Nesse contexto, a cooperativa surge como lugar seguro e relativamente confortável de trabalho, sempre percebido, no entanto, como temporário, tanto para os mais jovens, em busca de oportunidades melhores como para os que estão na última etapa das suas trajetórias laborais.

> *"É por isso que eu estou aqui, porque é melhor estar aqui do que sem nada. Aqui só é ruim porque a gente ganha mais pouquinho mas se não fosse eu gosto daqui. Gosto daqui que eu estou tirando meu alimento, o dela (da filha), e se eu estivesse em casa? Ai quem ia me dar? Meu marido passou oito mês, começou agora, oito mês desempregado, se estivesse eu e ele?"* MÁRCIA, Presidente, 55 anos

O referencial permanente nos discursos dos cooperados e o horizonte almejado por todos é o trabalho "fichado" em "firma registrada", com carteira assinada e direitos sociais garantidos. A cooperativa pelo contrário, é sinônimo de ausência de proteções sociais e de renda insuficiente para a manutenção da família. Mesmo assim, se considera um bom lugar de trabalho.

> *"Eu me preocupo muito que a renda aqui é pouca. Ai não dá só pra viver só daqui, sabe? Têm dias que, hoje mesmo que eu vim sem tomar café, às vezes eu deixo pra eles (os três filhos) pra não trazer pra mim. Ai às vezes acho muito difícil por causa disso. Não tenho vontade de sair não, eu espero que aqui melhore mais. Quando eu entrei eu passei dois meses para poder receber. Com fé em Deus sempre melhora"*. JENNIFER, 26 anos

Como resultado de um processo crescente de mobilização e organização dos catadores de resíduos sólidos no Brasil, nucleados no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, a partir do ano 2001, nos últimos anos a categoria têm alcançado conquistas muito relevantes. Primeiro com a incorporação da classificação "catador de materiais recicláveis" no Cadastro Brasileiro de Ocupações – CBO do Ministério de Trabalho

e Emprego no ano 200231. Posteriormente com a criação de uma instância congregando diversas entidades do Governo Federal, organizações não governamentais e entidades do setor da reciclagem32 para discussão da questão dos catadores e implementação da coleta seletiva solidária, e finalmente com a aprovação no ano 2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que incorporou explicitamente as cooperativas de reciclagem como atores fundamentais na gestão integrada dos resíduos sólidos.

No entanto, a crescente visibilidade adquirida pelas cooperativas de catadores como objeto de políticas públicas não parece se materializar no cotidiano dos trabalhadores da COOPREL, pelo menos não diretamente33. O universo de sentido destes trabalhadores parece alheio às dinâmicas institucionais e políticas mais amplas, centrando-se no contexto imediato de ação e na luta cotidiana pela sobrevivência.

Neste sentido, o referente mais imediato dos cooperados se constitui no espaço da rua, onde acontecem as interações que os colocam frente a frente com as alteridades que ajudam a defini-los de forma mais concreta. A rua projeta tanto as imagens positivas quanto negativas, que contribuem para conformar a identidade e a auto-afirmação dos catadores. Como apontam Berger e Luckmann (2008) é a atitude que os outros demonstram em relação a um sujeito que promove principalmente a auto-reflexão, como uma resposta de "espelho". Assim, esse grupo conformado pelo "povo da rua" (que uma primeira análise poderia identificar como homogêneo) está integrado por vários sub-grupos, que confrontam o catador com um "outro"

31 A definição da categoria os descreve como trabalhadores que "catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais não aproveitáveis".

32 O Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis visa, seguindo decreto de 11 de setembro de 2003 "garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo e apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos Municípios; articular as políticas setoriais e acompanhar a implementação dos programas voltados à população catadora de lixo; e definir mecanismos de monitoramento e avaliação da implantação das ações articuladas que deverão atuar de forma integrada nas localidades".Disponível em: http://www.coletasolidaria.gov.br

33 Indiretamente, a cooperativa tem sido objeto de assessoramento por parte de diferentes instituições que certamente são um produto desse contexto de visibilidade dos catadores, como o IESOL / UFAL ou Fundação Banco do Brasil.

que o ajuda a definir: os vizinhos que separam e doam o material reciclável, os automobilistas e transeuntes que disputam a rua com o catador e seu carrinho, os outros catadores, entre outros.

A rua se configura como um espaço que, na maior parte dos casos, enfrenta o catador com as categorias e representações vigentes na sociedade, que inferiorizam seu estatuto como trabalhador e como ser humano. No entanto, também pode ser o lugar em que o trabalho adquire uma conotação diferente. A rua é geralmente o lugar da desqualificação, mas também onde potencialmente pode se operar uma valorização da categoria, que se expressa na atitude dos vizinhos que separam o material reciclável e esperam passar o catador, estabelecendo um vínculo que permite reverter, ainda que de forma muito restrita, a avaliação estigmatizada que recai sobre sua figura.

> *"(...) trabalhava na rua, ia à busca de material para botar aqui dentro, porque se a gente não for buscar para botar aqui dentro ai não tem dinheiro. De qualquer maneira tem que sair na rua e tem que buscar, ir na casa do pessoal, ir na casa de um, na casa de outro, já junta. Eu mesmo, eu mesmo que nem agora eu venho do Graciliano, ai o pessoal, agora não que semana passada não fui, mas o pessoal já guarda, ai chega e já esta separado, é só perguntar, botar na minha carroçinha e pronto, vir me embora. Ai me empolgo, eu estou sabendo que o material todo é meu, tem aquele dia certo para eu ir, de 8 em 8 dias eu vou, ai o compromisso do serviço é esse, toda vida foi esse. E o pessoal na rua todo mundo gosta de mim, todo mundo guarda o material. Se eu dizer "óia, hoje eu não vou não, eu só venho daqui a 15 dias"," tá certo, tá certo, as coisas do senhor está ali guardado, está tudo guardado". Entendeu? Tem alguma pessoa que joga fora, mas aquele que sabe e entende, sabe que eu ganho daquilo ali, ai ele guarda. Ô, está com 15 dias que eu fui, a carroçinha está cheia de material, cheguei lá e estava tudo o material para pegar e colocar na minha carroça. E outra coisa que eu ando na rua, que eu ganho na rua bastante, eu ganho televisão, ganho som, geladeira, o pessoal me dá, "chega aqui, isso aqui é seu, passa pra mim", entendeu? Na rua o pessoal me ajuda quantas vezes preciso, porque eu sei trabalhar, eu sei conversar e sei trabalhar na rua (...) todo mundo me conhece. Quando chego na rua o pessoal todo, "seu João, venha ali", todo mundo, não precisa nem eu bater de porta em porta porque o pessoal já sai entregando o material e eu coloco na carroçinha. Tem a hora certa de sair, quando sair daqui 10 pras 8, as vezes estou saindo mais tarde, ai dependendo da distância 8.30, 8.40 estou chegando. Ai o pessoal já sabe o horário, chega num horário, 9.30, e já estão sabendo que não vou, "o seu João não vem hoje". Mas ali eles já vão*

> *guardando, se ele tiver num canto já <u>vai botando no lugar e me espera"</u>*. JOSÉ, 55 anos

Assim, a obtenção da confiança do "povo da rua" que dá os materiais para a cooperativa e se disponibiliza a separar, guardar e entregar os produtos, de alguma forma confere um *status* diferencial com respeito aos catadores que têm contato direto com o lixo, porque garante a manipulação de um material mais limpo. Para o catador, a confiança demanda um senso de responsabilidade e de "compromisso de serviço", como coloca José na sua fala, porque é essa coleta nas residências que proporciona a renda da cooperativa. Desta forma, o cumprimento do horário e do dia fixado se coloca como uma obrigação para os cooperados, porque atualiza o vínculo de confiança com os "clientes", que é em definitiva o que permite "botar o material" dentro da cooperativa.

A ausência de iniciativas institucionais por parte do município, de amparo e apoio da atividade dos catadores a partir da estruturação da coleta e da conscientização e informação dos cidadãos para separação do material, coloca a responsabilidade pela adesão e doação inteiramente nos catadores. Como conseqüência, a interação com os clientes se transforma numa espécie de "prova" onde o catador deve demonstrar sua capacidade comunicativa. No discurso do José, por exemplo, a geração da confiança necessária para a obtenção de material nas residências e comércios atendidos pela COOPREL deriva de competências incorporadas na sua trajetória de vida, e da capacidade de empatia cultivada a partir de uma aptidão comunicacional que em grande parte foi adquirida em experiências laborais anteriores, como porteiro e como vigia. No entanto, nem todos os cooperados aceitam passar por essa instância de prova, porque o resultado pode ser extremamente negativo do ponto de vista subjetivo, gerando situações de desprezo e humilhação.

O depoimento da Presidente da cooperativa deixa em evidência esta questão. Ela reclama dos cooperados que não querem se submeter ao risco de serem xingados na rua,

argumentando que se deparar com “gente ruim” não pode ser um impedimento ao desempenho de uma atividade intrínseca ao trabalho.

> *“Está mais pouco* (o material). *Porque tem muito catador na rua e os meninos não bate na porta com medo, como a gente batia. Quem bate diz que tem muita gente que sai xingando eles, ai, tem gente que pensa que não é assim, claro que é assim, nós sempre encontra gente boa e gente ruim, em todo canto”.* MÁRCIA, 55 anos

A atitude dos cooperados, que evitam passar por situações de degradação, mostra uma estratégia de “retirada”, em que a auto-estima é preservada a partir da recusa de participar de situações que podem ferir sua subjetividade, colocando em questão seu valor como seres humanos. No decorrer do trabalho de campo, os entrevistados contaram numerosos episódios de humilhações e agressões sofridas na rua. Inclusive um problema num Condomínio da região da Serraria, onde ocorreu um acidente com uma carroça da COOPREL em que foram acusados os cooperados de forma injusta, tendo que pagar o conserto para que fosse permitido continuar coletando nas residências.

A situação de extrema vulnerabilidade dos catadores na rua pode ser percebida nesse depoimento da Jennifer:

> *“Tem muita gente ai que não gosta da gente não. Olha meio torto, diz “olha ai vai o burro sem rabo” como diz quando vamos com a carroça. Eu não acho não que a profissão da gente está valorizada não, ainda não. Tem algumas pessoas que traz o material pra gente, e agradece”*. JENNIFER, 26 anos

De novo neste trecho aparece no final a diferenciação com respeito à gente que dá o material de forma voluntária e que “agradece”. Isso reforça a importância atribuída ao tipo de interação estabelecida com os vizinhos, que determina a categorização das áreas atendidas pela cooperativa, variando de acordo à recepção dos catadores, à distância da sede da cooperativa e à qualidade de separação do material. Essas definições se articulam com uma divisão da coleta por sexo, sendo as áreas dos homens as mais afastadas, onde a qualidade do material é melhor e os catadores melhor recebidos. São os homens que cobrem essas áreas

porque o percurso é maior do ponto de vista da distância, e o peso da carroça chega a alcançar até 200 quilogramas depois de carregada. A área das mulheres é mais próxima, realizando a coleta sem contato com os vizinhos, a partir da busca do material nas lixeiras que se encontram no exterior das residências e comércios.

> *"É mais a área dos meninos que o povo já conhece mais eles, e lá eles pegam nas casas e nós pega mais no lixo mesmo. Ali o povo não separa não, mas ai já conversou com o povo para deixar o lixo separado, seco e molhado (...) Porque os meninos conversa com o povo, eles pega nas casas mesmo, e eles diz logo pra separar"*. JENNIFER, 26 anos

Aqui emerge uma questão fundamental na definição que os cooperados realizam do trabalho na cooperativa, a partir da distinção em relação ao trabalho que exige "mexer no lixo", tanto dos catadores autônomos como dos que trabalhavam no lixão antes do seu fechamento. A COOPREL pelo contrário, aparece como um lugar mais organizado, mais limpo, com melhores condições de trabalho, em que o material possui outras características porque já vem separado das residências.

Além disso, na cooperativa o trabalhador se encontra bastante mais protegido, fundamentalmente se comparado ao lixão. *"No lixão só na mão de Deus"*, diz Luiz Pedro, aludindo à carência de qualquer proteção mínima, contra doenças presentes no ambiente, contra os outros catadores que trabalhavam de forma desordenada, com ganchos extremamente perigosos ou contra as máquinas, caminhões e tratores que transitavam permanentemente na área34.

A proposta da cooperativa é trabalhar com material limpo, selecionado, separado, o que atribui outra índole ao trabalho.

> *"(...) o nosso é mais organizado, quer dizer, nosso caso, o que a gente quer não é isso (trabalhar com material sujo de lama)"*. LUIZ PEDRO, 46 anos

34 Em várias ocasiões esses veículos feriram catadores, chegando a provocar acidentes fatais com crianças, como o caso do menino Carlos André da Silva Santos o dia 30 de julho de 2009, menos de um ano antes do fechamento do Lixão de Jacarecica.

> A gente pega só na residência. Já vem tudo certinho, chega aqui separado, selecionado. DAMIÃO, 24 anos

Uma das cooperadas atuais já trabalhou no lixão, e descreve a experiência como uma situação extrema e degradante, muito diferente da realidade da cooperativa:

> *"Lá (no lixão) a gente, calçava bota, botava um casaco, botava um pano no rosto, um gancho e um saco e todos os materiais que era para reciclar a gente reciclava lá. Agora, só que aqui é melhor, que aqui é mais limpo, e lá trabalhava junto com cavalo morto, às vezes até criança, aborto a gente achava, pedaço de mão, agulha, muita coisa nojenta, tudo misturado (...)porque lá era tudo nojento e aqui não. Aqui é mais limpo, aqui tem que ser todo unido no dia a dia, para trabalhar, para resolver alguma coisa tem que reunir todo mundo, é importante o trabalho da cooperativa".* JENNIFER, 26 anos

Como se percebe neste depoimento, o contraste da cooperativa em relação a outros espaços de trabalho emerge tanto no que refere à higiene e à limpeza quanto aos benefícios derivados da unidade do grupo e da capacidade de resolução coletiva dos problemas e conflitos. Unidade que se fundamenta em laços muito frágeis, assentados no compartilhamento de um saber prático genérico sobre reciclagem. Desta froma, além do conjunto de disposições que permitem ao catador saber como "falar com o povo" e conseguir os materiais recicláveis necessários ao funcionamento da organização, existe outro conjunto de saberes altamente valorizados na cooperativa. Trata-se do "conhecimento prático" sobre materiais recicláveis, incorporado através da experiência de trabalho, mais do que a partir da educação adquirida em instituições formais. A instrução formal não forma parte das competências requeridas, simplesmente porque não se encontra presente no universo de possibilidade pautado pelas trajetórias de vida dos cooperados atuais e potenciais.

A capacidade de identificação dos diferentes materiais que possuem valor no mercado é uma exigência fundamental para aceitar o ingresso de um novo cooperado. A possibilidade de reconhecimento dos diferentes tipos de plástico, de vidro, de metal, entre outros materiais que são comprados pelos intermediários é uma necessidade ditada pela rotina da cooperativa.

Esse conhecimento do que “funciona” do ponto de vista da venda constitui o núcleo que define o “ser catador”, um saber prático orientado pelo mercado que exige uma familiaridade com um conjunto de classificações, códigos e terminologias que delimitam um campo semântico específico.

Assim, “carina”, “plástico mole”, “plástico duro” ou “coquinho”, designam materiais que formam parte dos produtos com os que lidam os cooperados cotidianamente, que nem sempre coincidem com a nomenclatura utilizada pela indústria. Nesse sentido, constituem uma forma de linguagem que evidencia a existência de um mundo intersubjetivo compartilhado pelos catadores, que aporta uma mínima coerência e identidade ao grupo, e que os vincula com outros elos da cadeia da reciclagem, principalmente com os “catadores de rua” e com os atravessadores, que utilizam também essa terminologia.

À diferença da COOPERARTBAN, em que a dimensão coletiva de gestão é destacada somente pelas cooperadas mais vinculadas à Diretoria, na COOPREL a participação nas decisões importantes da cooperativa é valorizada e mencionada por todos os cooperados. As palavras de Zeca são reveladoras neste sentido, porque expressam a noção que se tem da importância da discussão entre todos os membros da cooperativa e a necessidade de alcançar acordos, por mais que demandem tempo de deliberação, perdendo oportunidades que podem ser mais rentáveis do ponto de vista econômico.

> *“Está aparecendo agora comprador por causa do lixão, que eles compravam no lixão, ai o lixão acabou e o pessoal, ai eles estão doidos, aperreados. Um veio aqui, só que ai ele não gostou que a menina falou que pra vender pra ele tinha que chamar nós todos e ele não gostou. “Se tem uma cooperativa e tem uma diretoria eu quero conversar só com a diretoria, não com todos”. Ai eu falei, ”não porque aqui é uma cooperativa e nem eu nem ninguém pode meter a cara e vender sem ninguém dos outros saber”. Porque se o outro souber vai cair pra cima de mim ou de outras pessoas. A gente reúne os outros também, ai se o comprador paga melhor, mas ele compra só garrafa de água sanitária, de yogurt, (...) ele quer só esse material, sendo que o outro da gente tira tudo, papel, papelão, plástico, tudo. Só não tira o vidro porque o vidro tem outro comprador. Ai o rapaz reclamou, que “vocês não querem ganhar dinheiro”,*

> *porque ele foi vendo os preços (...) Ai não posso chegar e vender sem fazer a reunião lá com os meninos sem aceitarem. "Vocês perdem de ganhar dinheiro por causa de atravessador". Ai falei que o outro atravessador dá arame, dá fita para segurar e ele falou que "ele prende vocês de vender a outro que paga mais, ai esse é o problema de vocês". E eu "é, eu não posso fazer nada, eu sozinho não posso fazer, tem que reunir com todinho e decidir".* ZECA, 34 anos

As decisões do coletivo, as decisões da maioria, devem ser respeitadas e observadas por todos, mesmo se vão no sentido contrário aos interesses individuais. Isso fica claro no depoimento de um cooperado que se postulou como candidato ao cargo de Vice-Presidente da cooperativa, e que não obteve a quantidade de votos necessários para ser eleito. Esse cargo era o que ele "*mais estava lutando pra ser*", mas a decisão da maioria não permitiu concretizar esse projeto: "*cada cabeça é um mundo, um quer e outro não quer, e as coisas é da maioria né*?" se conforma Luiz Pedro.

Do ponto de vista da organização da cooperativa, se bem existe uma divisão de funções que estimula uma relativa especialização (como por exemplo o uso da prensa hidráulica o carregamento dos fardos ou a coleta) todos os cooperados estão sujeitos a realizar diversas tarefas dependendo das necessidades da cooperativa. Aqui novamente se coloca o interesse do coletivo na frente dos interesses individuais, porque a viabilidade da coleta e da separação e venda do material prevalece como critério fundamental para organizar o trabalho. E essa adaptabilidade em relação às necessidades da organização é uma expressão da igualdade que os cooperados permanentemente reivindicam como membros da cooperativa: *"a gente faz tudo aqui, tudo mundo é igual"*, ressalta a Presidente.

Outra manifestação dessa igualdade, colocada como pilar da organização e como elemento definidor da própria idéia de cooperativa, é a distribuição igualitária dos rendimentos mensais. O procedimento de divisão do dinheiro obtido pela venda dos materiais, depois de retirado o valor correspondente aos gastos de funcionamento da cooperativa, consiste em dividir o total por partes iguais e descontar os dias que não foram trabalhados. A

diferença vai pro caixa da cooperativa, utilizado para situações em que eventualmente deve ser feita a reposição de algum material necessário.

> *"Todo mundo recebe igual, ninguém recebe mais que ninguém, se for 5 contos, é 5 conto para cada um. A gente está aqui assim, cobrou o mesmo tanto, ninguém é mais do que ninguém"*. LUIZ PEDRO, 46 anos

> *"Se é um pra um é pro outro. Ninguém ganha mais do que ninguém. Vice-presidente é só o nome só que o dinheiro é o mesmo, ninguém ganha mais que ninguém. Porque se ganha mais os outros vão reclamar, não é isso? Ganha mais que a gente e trabalha igual à gente, ele trabalha o mesmo tanto dele e porque é isso? Só porque é vice-presidente? Se é um pra um é pra todos"*. DAMIÃO, 24 anos

Neste registro do discurso, que enfatiza a união do grupo, a igualdade e a cooperação, recorrentemente se utiliza a figura da família para ilustrar o tipo de vínculo estabelecido. A cooperativa aparece como um âmbito marcado pelo companheirismo, pela sociabilidade e pelas brincadeiras, o que foi constatado na prática a partir da observação realizada nos momentos de espera para realização das entrevistas. O momento mais representativo deste clima de descontração é o horário da tarde, em que os cooperados que fazem a coleta na rua voltam pra sede, e todo mundo se reúne para separar os materiais em torno da esteira.

Com freqüência se geram situações em que, como aponta Simmel, para além dos interesses e necessidades específicas que orientam a formação do grupo (a sociação), existe um impulso de sociabilidade que se manifesta como um sentimento e como uma satisfação de estar socializado e em interação com os outros membros do grupo. Por isso é conceituada como uma "forma lúdica de sociação" (SIMMEL, 2006). Assim, na cooperativa são freqüentes piadas, comentários sobre momentos divertidos do dia ou sobre coisas encontradas nos resíduos coletados.

Mas também são freqüentes os momentos de tensão originados em distintas situações potencialmente conflitivas dentro da cooperativa. Os dois episódios presenciados no decorrer do trabalho de campo tiveram a ver com pedidos para retirar-se antecipadamente ou para

faltar no dia seguinte, principalmente depois da Presidente se ausentar por causa de uma viagem, período no qual um dos cooperados saiu antes do horário previsto por um motivo pessoal. A partir dali vários membros da cooperativa começaram a solicitar também permissão para sair antes, ou definiram a questão sem aviso pra Diretoria e sem justificativa da ausência.

Assim, a dinâmica cotidiana da cooperativa e os discursos dos entrevistados apontam a alternância entre momentos de camaradagem e momentos de tensão, que às vezes podem ser canalizados pelos meios formais de resolução de conflitos previstos no estatuto, mas que eventualmente derivam em episódios que terminam em insultos, palavrões, gritos e agressões verbais. Neste sentido, em alguns relatos a cooperativa é descrita como um campo de batalha e os colegas parecem mais adversários do que companheiros, que testam permanentemente os limites e desafiam o coletivo e suas regulações.

Na maior parte das vezes os problemas conseguem ser resolvidos, principalmente os que referem a questões de convivência ou relacionamento no trabalho.

> *"A gente brinca, se diverte, tem aquele probleminha, aquelas palavrinhas que discutem, que são através de trabalho, alguma coisa, mas a gente aqui é só aquele momento, a gente fala só do trabalho, discute sobre trabalho, um diz uma coisa, o outro aceita, mas parou ai, acabou-se, ninguém tem cara feia nem nada não. É todo mundo igual"*. LUIZ PEDRO, 46 anos

No entanto, existem situações em que a reação do grupo e da diretoria é enfática, fundamentalmente quando se trata de agressões físicas ou roubo.

> *"Você não vai voltar se fechar ou se você fizer alguma coisa de errado, roubar ou agredir um colega, que ai não tem nem o que conversar, vai pra rua. Aqui a gente não aceita, uma discussão, uma coisa, mas levantou a mão, deu um tapa em alguém, tira alguma coisa, se for provado que foi a pessoa que levou vai pra rua, não tem volta. Se não quiser ir a gente chama a justiça para resolver, mas que sai, sai"*. LUIZ PEDRO, 46 anos

Outra manifestação clara dessas tensões que perpassam o trabalho da cooperativa, é a reclamação por parte dos cooperados do empenho diferencial de alguns trabalhadores que não

se dedicam o quanto deveriam, aproveitando a impossibilidade de controlar diretamente a produção. Muitos cooperados "*dão moleza*", não coletam suficiente material na rua e se "escoram" nos outros, o que gera uma desmotivação geral porque na hora de receber o pagamento todos obtém o mesmo rendimento, independentemente do aporte objetivo realizado á cooperativa em termos de material.

Esta atitude reflete um comportamento teorizado por Mancur Olson (1992) na sua análise da lógica da ação coletiva, que se expressa na seguinte tese: quando existe um objetivo coletivo e vários envolvidos cujo aporte específico não pode ser mensurado claramente, a tendência de alguns indivíduos é a "*pegar carona*" no impulso daqueles que se dedicam mais à causa do grupo. Para o autor esse reflexo deriva da avaliação custo-benefício realizada pelo ator, que tende a maximizar a utilidade.

Não parece adequado abordar esta questão na nossa análise do ponto de vista da lógica estratégica, porque aparece nos discursos como comportamentos atribuídos aos outros, como atitudes das que não se fala em primeira pessoa. Mas o relevante, pensando o assunto do ponto de vista da lógica da integração é que a denúncia constante do problema deixa em evidência a relevância atribuída por vários cooperados ao ordenamento grupal e à definição coletiva dos interesses da cooperativa.

No entanto, fica claro nas entrevistas da maior parte dos cooperados que a forma de resolução do dilema da ação coletiva se relaciona à existência de uma autoridade capaz de exercer um controle externo aos indivíduos, representada numa figura que "*bota moral*" e que estabelece a disciplina de trabalho. E nessa reflexão parece estar incluída implicitamente uma crítica à atual liderança, que às vezes não consegue se impor ante os que se "escoram" e não cumprem com suas obrigações.

Vejamos o discurso da própria Presidente, que conta de forma quase nostálgica a modalidade adotada pelo primeiro Presidente, Sandro:

> *"Porque aqui nós fazemos reunião sobre negócio de palavrão, só passa três dias e depois volta tudo de novo e quando a gente trabalha em outro canto é diferente. Que os daqui menina, quando o Sandro era, se o Sandro estivesse aqui a maioria não estava não, que na primeira botava pra fora, mesmo que ficasse sem ninguém mas botava pra fora"*. MÁRCIA, 55 anos

Os depoimentos de outros cooperados confirmam esta idéia, realçando a necessidade de uma liderança que estabeleça a ordem de forma verticalizada, avaliada de forma positiva mesmo significando arbitrariedade na distribuição dos rendimentos da cooperativa:

> *"Mudou (a cooperativa) só assim porque quando eu comecei a trabalhar aqui eu recebia 130 (reais). Mudou agora porque o cara que ficava aqui ele comia dinheiro, comia dinheiro e queria só pra ele. A gente que se virasse. Ai era 130, depois que ele faleceu, ai a gente botemos ordem na casa e ai comecemos ganhar um dinheiro melhor. E não desce e também não sobe de 260, 240 (...) o bom dele era assim porque ele fazia reunião, ele tinha moral, ninguém esculhambava um ao outro, não tinha briga, nem nada. Qualquer briga que tivesse ia se embora, ele não dava muita liberdade a ninguém. Ele entrava, conversava com todo mundo mas não dava liberdade. O bom dele era isso, e qualquer coisa que você precisasse dele ele ia e ajudava, ele dava o bujão e não cobrava"*. ZECA, 34 anos

6.3 A instrumentalização da precariedade: a "ajuda" como reivindicação

Na COOPREL, a escassez de referentes a partir dos quais construir uma definição afirmativa de si gera uma crise de identidade que obstaculiza a consolidação de laços de pertencimento e de compromissos coletivos fortes. A condição que define a igualdade com os outros cooperados não se fundamenta num rasgo positivo, mas principalmente nas carências, dificuldades e sofrimentos atravessadas ao longo das trajetórias de vida.

A aceitação das regras do jogo da organização aparece mais como meio para viabilizar a finalidade da mesma, que se reduz à geração de uma renda mensal para sobrevivência imediata da família, do que a um compromisso em relação ao projeto de formação da

cooperativa. O vínculo se transforma numa questão puramente formal baseada na necessidade de estabelecer regras mínimas de convivência e de respeito mútuo, gerando laços sociais muito frágeis.

O comportamento dos cooperados deve ser compreendido à luz das suas trajetórias de vida, marcadas pela fragmentação e pela alternância entre momentos passageiros de relativa estabilidade e momentos de precarização extrema das condições de trabalho[35], sempre vinculados à elevação dos requisitos necessários para atuar no mercado. José por exemplo foi porteiro durante 20 anos com carteira assinada, seu maior orgulho é ter completado 3 carteiras, até que a empresa para a qual trabalhava começou a exigir primeiro grau completo e ele teve que sair. Ou Zeca, quem trabalhou numa distribuidora de alimentos, e teve que abandonar depois do Ministério de Trabalho fiscalizar a empresa e exigir uma documentação com a que ele não contava, no caso o CPF.

Neste contexto, é difícil pensar na mobilização de disposições que orientem a ação ao estabelecimento de compromissos com os outros membros da cooperativa, porque a experiência de vida mostra permanentemente a fugacidade das relações sociais e o caráter episódico dos percursos, onde o envolvimento pode ter um custo muito alto do ponto de vista da subjetividade. Como resultado, existe uma dificuldade muito grande de visualizar os interesses comuns além das questões materiais imediatas, pautadas pela lógica da necessidade. De modo geral, o comportamento estratégico dos cooperados se reduz a uma perspectiva de curto prazo, em que são valorizados os ganhos imediatos que não exigem maiores níveis de engajamento.

35 As trajetórias destes trabalhadores poderiam ser caracterizadas em termos de Castel (1998) como percursos marcados pela exclusão e pela fragilidade dos laços sociais alternados com curtos períodos de integração, em trabalhos socialmente protegidos, dos que saem por causa da elevação dos requerimentos do sistema.

Como visto anteriormente, existe uma denúncia generalizada na cooperativa da existência de "caroneiros" que usufruem dos benefícios da ação coletiva sem se engajar nela. No entanto, no caso da COOPREL não encontramos diretamente discursos que justifiquem de forma direta este tipo de comportamento, como existem na COOPERARTBAN. A referência sempre é difusa e encarnada nos outros.

A adesão pragmática manifestada pela maioria dos cooperados contrasta com o discurso de um dos cooperados mais antigos, que participou das manifestações que derivaram no processo de fundação da cooperativa.

> *"Me acostumei aqui, para mim é a família que eu deixei 20 anos atrás em Pernambuco. É meus irmãos que discute, que isso ai não existe, mas na hora de dizer vamos ver todo mundo está unido. Eu não abandono nunca, eu vou ficar dentro daqui, sofrendo com eles, o que puder ajudar ajudo, mas abandonar não abandono. Só se fechar ou se eu morrer, ai acabou-se"*. LUIZ PEDRO, 46 anos

A narrativa de Luiz Pedro expressa um compromisso com o grupo e com a cooperativa, baseado num sentimento de lealdade que pretende ser levado até as ultimas conseqüências. A participação nas instâncias decisivas das negociações que culminaram na formação da cooperativa, com momentos marcados por dificuldades e até por ameaças à integridade física dos manifestantes, fundamentam um envolvimento quase afetivo com o projeto, que se potencializa a partir de uma ética religiosa, marcada pelo sacrifício e pela doação total ao próximo.

Nos outros cooperados a participação na cooperativa responde à necessidade de inserção laboral e de obtenção de uma renda mensal para sobrevivência da família. Tanto a retribuição econômica quanto as "ajudas" obtidas na coleta, que supõem desde móveis, eletrodomésticos e lanches até dinheiro, formam parte dos incentivos postulados pelos cooperados como vantagens do trabalho na cooperativa. Neste sentido, se existe um mínimo

indício de instrumentalização da identidade se manifesta na utilização da condição de precariedade como recurso em situações de interação na rua, que possibilita "ganhar coisas".

Os seguintes depoimentos expressam a importância atribuída a esta possibilidade aberta pela cooperativa, de obter objetos de consumo aos que não se teria acesso mediante o dinheiro obtido pelo trabalho mensal, que dificilmente ultrapassa os 300 R$.

> *"As vantagens (da cooperativa) é essa, que eu não me sujo muito, eu tenho vários amigos, às vezes a gente acha coisas aqui que dá para levar pra casa. Pronto, minha menina estava sem cama, eu levei, arrumei cama aqui que às vezes o povo dá. Cada um já tem uma cama já, pra não dormir mais comigo. Acho bom, eu gosto daqui*". JENNIFER, 26 anos

> *"Porque as vantagens daqui é que você ganha coisas, ganha suas coisas que você não pode comprar, um som, às vezes tenis mesmo, roupa, a vantagem é essa. Quem pega pronto, ai fica, ai vende e ganha um dinheiro a mais. Se chegar um carro a entregar, se chegar mesmo é o dono. No caminhão se eu estiver e ganhar, eu vendo e divido, com a pessoa que está comigo"*. ZECA, 34 anos

A evidência coletada nas entrevistas indica que a crítica realizada às abordagens utilitaristas convencionais, que partem do pressuposto dos fins e dos meios como elementos dados da ação estratégica, possui fundamento. Por isso acreditamos ser necessária a avaliação dos contextos sociais em que se desenvolve a ação, que operam como fatores determinantes dos interesses dos indivíduos e dos grupos. No caso da COOPREL, formada por indivíduos provenientes de segmentos situados nas posições inferiores da escala classificatória que ordena as categorias sociais vigentes na sociedade brasileira, os interesses a serem defendidos sempre se concebem em torno da idéia de favor, de ajuda, o que pressupõe uma naturalização da desigualdade e uma incorporação da situação de assimetria às interações cotidianas.

Alguns depoimentos mostram uma alternância entre a visão que concebe a relação com os interlocutores da cooperativa, tanto institucionais como individuais, em termos de direitos e em termos de ajudas e favores. Mas na maior parte dos casos, o critério a partir do qual se avaliam e mensuram as interações e os apoios, se fundamenta na sensibilidade dos

outros de perceber uma situação de carência concreta. Por exemplo, o comprador do material é considerado bom parceiro porque dá arame e nylon sempre que a cooperativa precisa, o ex-Presidente, mesmo atuando de forma arbitraria na distribuição dos rendimentos da venda do material era bom porque sempre que alguém precisava, ele emprestava e não cobrava. Colocamos estes exemplos porque mostram a prevalência de uma lógica que define as expectativas em relação aos outros como expressão de uma relação de proximidade e empatia verticalizada.

Transcrevemos a seguir o único trecho em que aparece uma reivindicação em termos de direitos, extraído da entrevista coletiva realizada com cinco membros da cooperativa na primeira etapa do trabalho empírico. É interessante analisar a forma em que vai sendo construído o argumento e o reclamo de maiores apoios institucionais por parte de um dos cooperados, e as reações dos outros catadores que participaram da entrevista:

> (LUIZ PEDRO) "*Porque até hoje a gente não tem aquele apoio que a gente deveria ter, da Prefeitura mesmo. Agora é só que, paga o aluguel do galpão e só, ela podia investir mais na gente. Porque a maior parte do trabalho da Prefeitura a gente faz, a gente tira o resíduo, quer dizer, evita alagamento, de lixo no meio da rua, entupimento de boca de lobo, essas coisas. É importante, deveria ter mais apoio do Banco do Brasil, a Coca Cola mesmo, até hoje a gente luta pra Coca Cola faz mais um pouquinho pela gente porque são empresas que podem fazer mais pela gente. Mas não, fica só naquilo, a Prefeitura só paga o aluguel, a Coca Cola só manda fardamento, o Banco do Brasil é o que mais fez pela gente, até a Petrobrás mesmo para ser sincero.*
>
> (DAMIÃO) *É que todo mundo chega aqui e pergunta se a Prefeitura ajuda mais vocês em alguma coisa, o galpão, só? deveria dar um pouquinho mais para vocês, mas só que ela chega só com o aluguel do galpão.*
>
> (ZECA) *Mas, assim, eu acho que ainda faz muito porque sabe o que é tirar 2000 contos para pagar o galpão? É 2000 reais o galpão. Já pensou de 5000 para tirar, 3000 para dividir para 20 pessoas.*
>
> (DAMIÃO) *Tem pai de família, como é que a gente ia ficar?*
>
> (LUIZ PEDRO) *Mas você tem que ver uma coisa, eu estava conversando com um rapaz da Prefeitura e ele disse a mim que tem um projeto que ela recebe do governo o dinheiro já para ajudar as cooperativas de reciclagem, quer dizer, ela não está gastando nem um mínimo do que recebe, tanto a Prefeitura como o Estado, o Estado do Governador que vem até verba pro governo e ficou até*

> *de vir aqui. Quem estava lá ouviu, que estava eu e a Meury e o Tonho, quer dizer, ele vinha aqui oferecer ajuda e até hoje, já faz mais de ano, nunca apareceu, quer dizer, recebe, tanto a Prefeitura e o Estado recebe uma verba. Você vê que eles tem para esse galpão, quer dizer, esse dinheiro vem da onde, do presidente, do federal, é dinheiro, é trabalho que a gente está fazendo para a Prefeitura, nas ruas. A gente não tem um posto de saúde particular para quem precise ir, porque está catando lixo, todo mundo pode pegar uma doença que ninguém sabe o material o que é, se tem urina de rato, se tem uma agulha mesmo, uma doença, que a gente devia ter particular, pagar todo mês pela Prefeitura, ou quem seja, mas a gente tinha que ter a carteirinha de saúde, porque a gente é propenso. Você vai num lugar que nem São Paulo e todos os das cooperativas têm todo direito.*
>
> (DAMIÃO) *Tinha que ter um plano de saúde para a gente, não é isso?*
>
> (LUIZ PEDRO) *Isso que estou dizendo, um plano de saúde porque a gente se tiver tem que desembolsar quanto? 60 contos por mês. Se a gente tira 250 para comer, para pagar o aluguel, para vestir, para doença, para tudo, fica difícil".*

No entanto esse discurso, articulado em torno da demanda de apoio institucional como reivindicação do direito dos catadores pelo desempenho de um papel de alta relevância social na cidade não é a regra mas a exceção na COOPREL. Pelo contrário, a lógica assimétrica que mencionávamos anteriormente induz uma interpretação que analisa todos os avanços da cooperativa, derivados de recursos externos tanto estatais como corporativos, como "dádivas" de particulares e não de instituições. O depoimento da Presidente da cooperativa é revelador neste sentido:

> *"A greve para conseguir isso aqui? Nós fechou rua, nós fechou o lixão, ainda botaram polícia encima da gente. E o rapaz da Cut foi quem ajudou a gente também, que a gente passou noite, dia, com fome mesmo. Ele ainda levou alimento pra gente, botou uma tenda pra gente não ficar no sol. E ai entrou eu, ele com o outro presidente que faleceu pra falar com Sexta-Feira, ai ele foi, nós falamos que tinha muita gente com fome, gente que pulou da ponte mesmo, por desgosto, que trabalhou tanto e não recebeu nada, trabalhou de graça. Ai ele mandou a gente procurar um galpão, a gente procurou no Clima Bom, ai era todo muito caro, ai nós viemos para essas bandas. Eu tinha um tio que morava ai por trás, ai tinha esse galpão para alugar ai ele deu o nome do rapaz, do dono, ai levou pro Sexta-Feira, ai ligou pra ele e fizeram contrato. Ai ele pegou a chave, deu 10 carroçinhas à gente, ai ficou dando vale transporte à gente também. Ai ele foi na eleição e perdeu, mas ai depois que ganhou a eleição Cícero Almeida a gente foi falar de novo com ele e ele disse que enquanto ele estiver ele continuaria pagando que a gente não tem condições de pagar".* MÁRCIA, 55 anos

A recapitulação do processo que derivou na organização e consolidação da cooperativa toma como referência a atuação de pessoas concretas, que parecem atuar a partir das suas vontades e não como indivíduos dotados de uma investidura institucional. Podemos encontrar esta perspectiva também na descrição de outro cooperado da relação estabelecida com o Banco do Brasil, cuja aproximação desde os primeiros tempos de funcionamento da cooperativa significou um apoio fundamental para o fortalecimento da mesma.

De acordo com palavras de Luiz Pedro, o gerente da agência bancária responsável pela parceria é o "*pai da COOPREL*". O contato permanente e direto, marcado por visitas em que chegou inclusive a trabalhar junto aos cooperados, separando e prensando o material, e por uma preocupação constante em atender as necessidades operativas mais urgentes da cooperativa, o transformam num referente constante entre os cooperados mais antigos. A proximidade que ele estabeleceu a partir do contato físico e do interesse contínuo que demonstrou em distintas circunstâncias são os elementos mais valorizados da sua figura, à diferença de outras empresas, instituições e políticos que se aproximam constantemente da cooperativa, sem oferecer nada que se traduza num resultado prático para eles ou que "abandonam", "somem" depois de um determinado período.

Em conclusão, do ponto de vista da lógica estratégica não encontramos na COOPREL uma definição coletiva a partir da qual seja possível articular uma mobilização tendente a melhorar a posição relativa da cooperativa, mesmo num campo concorrencial que disponibiliza recursos políticos e institucionais que poderiam ser disputados por ela. Assim, mesmo com uma "estrutura de oportunidades" favorável, marcada pela existência de políticas públicas de apoio à economia solidária e aos catadores de materiais recicláveis e pelos incentivos corporativos originados de ações de responsabilidade social, as lideranças têm dificuldades para identificar e articular elementos que possam operar como fatores de mobilização, como por exemplo a reivindicação do papel do catador como agente

ambiental36, ou a aglutinação em torno de ligações comunitárias, simbólicas ou ideológicas que promovam a unidade do grupo e um maior engajamento no projeto da cooperativa. Como resultado, existe uma atomização das estratégias dos cooperados, que se resumem exclusivamente a tentativas de resolução parcial e momentânea da situação de privação material à que estão submetidos.

6.4 Lógica da subjetivação: resignação, apatia e subjetivação fragmentada

Para os trabalhadores da COOPREL, as coerções e limitações que se impõem desde a estrutura social, se apresentam como absolutas e ao mesmo tempo como dadas e inquestionáveis. As alternâncias e os momentos de ruptura, presentes em diferentes momentos das suas trajetórias, são relatados no mesmo tom em que se relatam as etapas mais calmas e felizes, sem transparecer expressões claras de angústia, de dor ou de raiva. Talvez essa resignação seja a forma que encontraram de lidar com a ameaça permanente que acompanhou suas vidas, tanto do ponto de vista emocional37 como laboral e social.

Para estes indivíduos, quase não existem aberturas ou brechas a partir das quais pensar num caminho para a mobilidade social. Por isso, alguns que narram épocas de relativo bem-estar, contam o fim dos "bons tempos" com naturalidade, como se de alguma forma o equilibro natural fosse restaurado nessa trajetória descendente. Isso faz com que os pequenos triunfos da vida sejam interpretados como resultado de uma capacidade pessoal de superação das condições adversas que se apresentam permanentemente, e de um processo marcado pelo sacrifício e pelo esforço individual.

36 Questão levantada pelo MNCR como plataforma de mobilização política.

37 A maior parte dos entrevistados vivenciou episódios trágicos na sua família: perda dos pais na infância, ou perda ou acidente dos filhos, em situações vinculadas à violência que assola Maceió, violência familiar, etc.

Assim, se postula como uma modalidade diferente à "*consciência infeliz*" que descreve Dubet (1996), que configura uma experiência onde os indivíduos se auto-percebem como responsáveis pelos seus malogros por estarem confrontados a uma estrutura que aparentemente facilita a igualdade de oportunidades para todos e que priva da consolação inerente às sociedades não igualitárias. No caso de alguns cooperados que passaram experiências de inserção laboral de melhor qualidade no passado, a interpretação os coloca no centro da narrativa, como atores protagonistas da historia, que conseguiram determinados logros por impulso pessoal apesar das condições adversas.

No caso do José, por exemplo, todo seu relato está atravessado por uma série de eventos em que ele é o ator principal, até que chega um ponto em que fica refém das circunstâncias que o rodeiam. A própria história de migração do interior de Alagoas para Maceió, de uma vida rural num sítio dedicado à agricultura familiar a uma vida urbana na capital do Estado, expressa de forma paradigmática essa busca pela superação das condições desfavoráveis.

No relato de José, a cidade marca um começo, o início de uma série de conquistas que foram alcançadas graças à sua dedicação e esforço:

> *"Quando cheguei não sabia de nada, cheguei aqui e não sabia nem assinar meu nome. Já aprendi tudo aqui na cidade, tudo foi tudo construído dentro daqui da cidade"*. JOSÉ, 55 anos

Já em Maceió, seu impulso para tentar melhorar de vida o levou a se inscrever num curso de alfabetização de adultos e posteriormente num curso para formação de vigias, que lhe deram ferramentas para trabalhar com carteira assinada por mais de 20 anos. Na sua terra natal, a educação não era uma opção, como conta José. Tinha que caminhar 4 léguas para ir à escola e além disso, toda criança precisava ir sabendo o que fazer em caso a situação piorasse mais na frente.

> *"Eu comecei trabalhar com 7 anos, na roça, mesmo na roça, que lá com 6 anos, 7 anos a pessoa começava a trabalhar, ninguém ficava em casa. Mesmo se não pudesse fazer nada mas ia e carregava a carroça, limpava o mato, tirava o mato do feijão, o milho, a fava, entendeu? Plantava o inhame, a melancia, a banana, que o pessoal que vem do interior, ia plantar que era quando a gente tiver dificuldade, quando tiver 12 anos saber o que é que ia fazer"*. JOSÉ, 55 anos

José se alfabetizou mediante o método Mobral38 com 21 anos de idade, ou seja, um ano depois de ter chegado a Maceió. Quando indagado pelo motivo de ter estudado depois de adulto ele responde que era a única forma de "ter emprego bom". A constatação desta relação entre estudo e trabalho o levou a estudar depois de adulto, o que lhe permitiu trabalhar em empresas importantes das que se orgulha de ter participado, como a Salgema ou o Bompreço. Um dos trechos da entrevista em que José expressa mais orgulho é quando conta esta época da sua vida.

Mas as circunstâncias mudaram num determinado ponto da sua trajetória e já não foi mais permitido trabalhar como porteiro, porque a exigência aumentou a primeiro grau completo, enquanto que ele só tinha terminado quarto ano. Depois de quase 30 anos de aporte ao INSS e de encher 3 Carteiras de Trabalho, José ficou desempregado. A necessidade o fez ir pra rua como catador individual, coletando materiais e vendendo em depósitos da cidade, até que menos de um ano depois alguém lhe falou de que na COOPREL estavam precisando pessoas e ele se apresentou para trabalhar.

No contexto da história de vida de José se compreende que até nas situações mais precárias pode existir uma lógica do sujeito, mesmo que incipiente. Embora a ordem das coisas apareça com toda sua contundência, deixando uma margem de manobra muito restrita, existe a possibilidade de tomar os rumos da própria vida e se colocar como eixo da narrativa.

38 O Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho. Foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "*conduzir a pessoa humana* (sic) *a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida*". http://www.pedagogiaemfoco.pro.br

E por mais que os últimos anos tenham se mostrado cruéis com seu José, ele continua trabalhando com a esperança de conseguir se aposentar com o equivalente a um salário e meio, o que lhe garante uma vida tranqüila na sua velhice.

Outra história expressiva dessa capacidade que alguns cooperados mostram de se sobrepor às circunstancias da vida é a de Luiz Pedro, um dos cooperados mais antigos, que trabalha na COOPREL desde sua fundação. À diferença de José, para quem a cooperativa é uma alternativa temporária até conseguir se aposentar, Luiz Pedro declara que nunca vai abandonar a cooperativa, mesmo ganhando uma indenização que ainda está tramitando pelos anos que trabalhou na COBEL.

A experiência dele na COOPREL é descrita como resultado de um compromisso, assumido nos inúmeros momentos de dificuldades e de companheirismo vividos junto aos colegas. Para Luiz Pedro, também a migração de uma cidadezinha do interior de Pernambuco para Maceió implica um primeiro logro extremamente significativo na sua vida. Ele deixou sua cidade natal para se fazer dono da sua própria vida, para deixar de depender de familiares que lhe davam os recursos que precisava para se sustentar. Chegou a Maceió e conseguiu pouco tempo depois o emprego na COBEL, que mesmo sendo irregular lhe proporcionava uma condição relativamente confortável para ele e sua família.

> "*Na Cobel, foi quando eu comecei a me ajeitar na vida, comecei uma casa, consegui dar um padrão de vida melhor pros meus filhos, esses dois que já estão de maior. Eu sofri muito, quando eu sai eu sofri muito"*. LUIZ PEDRO, 46 anos

No caso de Luiz Pedro se mistura permanentemente na sua fala uma ética religiosa que lhe permite analisar as distintas situações às que se enfrentou na vida e sua própria história, marcada pelas dificuldades e carências materiais mas também pela humildade e honestidade.

> *"Eu sonhava dar algo melhor pros meus filhos, estudar, se formar, ser alguém. Para quando eles crescerem ter orgulho, mas pelo menos, mais isso não vem ao caso que muitos que tem ai que são empresários, são tudo, e tem bandido*

> *traficante envolvido com eles, só tem dinheiro, mas valor não tem nenhum, moral. É melhor ser humilde mas ter valor moral né? Esse é meu caso, graças a deus são feliz por causa disso. Sou pobre, mas nunca dei trabalho a ninguém, não devo a justiça nenhuma nesse mundo, só a de deus. Não dei pra justiça nenhuma, nem policial, não tenho medo nenhum, nunca fui preso, nunca fui numa delegacia, nunca me pararam também no meio da rua por ninguém, graças a deus, tenho 46 anos, nunca aconteceu nada comigo, pra mim é a riqueza que eu tenho é essa, pra mim é um orgulho"*. LUIZ PEDRO, 46 anos

E a COOPREL aparece como um espaço em que esses valores morais que orientam sua vida podem ser postos em prática de forma consistente, convertendo o trabalho num motivo de orgulho para ele e sua família. Inclusive num trecho de entrevista, ele conta um episódio em que consegue reverter a humilhação e a vergonha da que são objeto os catadores permanentemente a partir da sua atitude ante os outros, incluso aqueles que o rebaixam:

> *"Já, na rua mesmo, o cabra passando com carro, "sai daí do meio burro sem rabo, não sei o que, não sei o que", eu olho "meu irmão, desculpa ai, que deus te abençoe, pede a deus para nunca precisar estar numa vida dessa porque talvez você nem consiga nem puxar uma carroça dessa", que não vai ter coragem e vai se matar, já vi isso. Cheguei lá na frente e encontrei ele,com o carro com o pneu furado e ao mesmo tempo vou lá e ofereço ajuda,"esta precisando de ajuda?". Ai olhou pra trás me viu, chega baixou a cabeça, eu disse "não irmão nem se preocupe que eu nem olhei o que você disse lá atrás, foi uma brincadeira, você passou e disse uma piadinha". O ser humano a gente não sabe no que cai, não sabe quando precisa do outro não, ai parei, ajudei ele, até hoje quando ele passa ele para o carro, desce do carro para vir falar comigo, já me deu até cesta básica mesmo. Acho que ele sentiu-se mal, até hoje ele mudou o jeito dele de ser que ele disse a mim. Ele disse a mim que até dentro de casa mesmo, até com os filhos dele, isso que eu falei pra ele diz que doeu muito, que até hoje mudou a vida dele, é uma pessoa humilde e aprendeu comigo, ser uma pessoa de bom coração, querer ajudar o próximo, disse que nunca deixou de fazer mais nada por ninguém, que o que ele tem não tem valor de nada, eu digo amem, que deus te abençoe"*. LUIZ PEDRO, 46 anos

Este exemplo mostra como na sua definição o que predomina é o tema da humanidade, independentemente das categorias nas que se enquadrem os indivíduos e as relações assimétricas que socialmente sejam atribuídas a uma determinada interação. Ou seja que existe evidentemente uma lógica da subjetivação neste cooperado ancorada na sua visão religiosa, que lhe permite ir além da situação de privação material extrema na que vive a partir

de uma capacidade reflexiva que o afasta de uma existência reduzida unicamente ao desempenho de um papel estigmatizado e inferiorizado socialmente.

No entanto, como já mencionamos anteriormente, não são todos os cooperados que apresentam a capacidade manifestada por José e Luiz Pedro de se definir enquanto sujeitos, mesmo que de forma muito frágil e individualizada e sem articulação com uma visão de mundo mais ampla e crítica, capaz de propor uma definição histórica do sujeito que questione as relações de exploração nas que estão inseridos. A maior parte das narrativas dos cooperados mostra, à diferença destas duas histórias analisadas, uma atitude de resignação e de ausência de perspectivas de futuro. O máximo que alguns propõem é uma espécie de expressão de desejo misturada com promessa de que vão correr atrás e batalhar para conseguir um melhor emprego. Outros simplesmente se contentam com a esperança de que a cooperativa melhore, sem especificar de que forma poderia alcançar esse objetivo. Certamente não consideram que o caminho seja por intermédio de uma ação coletiva e de um maior envolvimento e participação na cooperativa, senão de um movimento externo que assim como as condições negativas vai tomar conta da cooperativa de fora pra dentro, sem vínculo com a dinâmica interna e com o envolvimento dos participantes.

Com efeito, é possível falar numa situação de alienação destes indivíduos, como entendida por Dubet (1996: p. 135-136), porque seus discursos expressam uma visão das relações sociais como reificações que se apresentam como leis naturais impossíveis de modificar ou manipular, esvaziando o sentido da experiência social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da experiência na COOPERARTBAN e na COOPREL confirma o postulado que afirma a impossibilidade de analisar a experiência social a partir de uma lógica única. A pluralidade de racionalidades, significados e valores presentes nas experiências dos cooperados individuais, e ao interior das cooperativas estudadas, não permite atribuir uma unidade essencial, nem mesmo derivada do caráter socialmente uniforme dos entrevistados. Assim, pressupor a homogeneidade de experiências como resultado da condição de exclusão e de precariedade social destas populações pode resultar numa análise essencialista, que esconda o caráter dinâmico do espaço associativo, que como a experiência dos indivíduos, se encontra sujeito a tensões e definições em permanente negociação.

Na nossa pesquisa foi possível visualizar esse caráter dinâmico, derivado do encontro de lógicas diferentes, nas duas cooperativas. De um modo mais evidente na COOPERARTBAN porque a tensão se manifestou de forma concreta em grupos e pessoas que encarnam esses princípios nas suas condutas e comportamentos em relação à cooperativa. Assim, as cooperadas mais engajadas no projeto reivindicam a necessidade de participação do conjunto de membros da cooperativa e da comunidade como um todo. Seus discursos enfatizam por um lado a necessidade de inserção da cooperativa no mercado, utilizando uma linguagem gerencial, como capital de giro ou controle de qualidade, e por outra parte, a importância da gestão participativa e democrática e de articulação coletiva. Assim, sua posição se manifesta pela referência constante a um grupo, situado de forma difusa na comunidade e nas artesãs que permanecem afastadas da cooperativa ou que não aceitam as condições e se retiram rapidamente. E também em referência a outro grupo, dessa vez interno à cooperativa, que aceita parcialmente as exigências de participação e envolvimento ativo no funcionamento da mesma, mas que sempre que pode manipula ou negocia essas condições.

Em termos gerais os discursos de todas as cooperadas da COOPERARTBAN possuem certa coesão. Nem mesmo as que aceitam abertamente a visão pragmática da participação na cooperativa parecem mostrar um conflito entre princípios opostos. O choque não se plasma nas experiências individuais das cooperadas, mas no espaço da própria cooperativa de forma um tanto explícita, um tanto velada.

Na COOPREL, no entanto, as tensões perpassam a experiência individual de muitos dos cooperados, a partir de uma alternância entre descrições que apresentam a cooperativa como espaço de proteção e resguardo, marcado pela solidariedade, pelas brincadeiras e pela amizade, e por momentos como campo de disputas, conflitos e brigas. Ao mesmo tempo, coexistem na COOPREL expressões que mostram uma valorização e defesa da igualdade e da horizontalidade interna e manifestações que indicam a presença de uma lógica extremamente hierarquizada, que cultua um tipo de liderança forte e vertical e uma relação de subalternidade adotada em função de pessoas e instituições externas à cooperativa.

Nas duas cooperativas analisadas, as lógicas da experiência estão pautadas pela desvalorização social das categorias de catador e rendeira e pelo *status* desqualificado das suas ocupações, em concordância com trajetórias marcadas por ocupações igualmente desvalorizadas. No caso dos catadores, de uma forma mais evidente, pelos recursos escassos com que contam para construir uma identidade, sustentada de forma precária no compartilhamento de um saber prático gerado no próprio processo de trabalho e nos laços construídos pela convivência e pela homogeneidade das condições de precariedade social.

Nas filezeiras, o caráter tradicional e comunitário da prática de trabalho e sua articulação com o papel tipicamente desempenhado pela mulher na comunidade, orientado ao espaço doméstico, aporta estímulos para o estabelecimento de uma definição subjetiva mais coesa. No entanto é justamente essa condição a que pode obstaculizar a constituição de laços

sociais mais fortes, capazes de promover uma articulação coletiva mais consistente na cooperativa, porque perpetua costumes e rotinas que freiam a capacidade de transformar as condições de exploração que caracterizam o mercado de filé.

Como já mencionamos, na COOPREL a igualdade e o caráter horizontal das relações são permanentemente apontados nas entrevistas, como elementos altamente valorizados. Em todo momento se atenuam discursivamente as distinções, exceto as derivadas da divisão dos sexos, que se justificam por diferenças de constituição física (basicamente pela capacidade de carregar peso na carroça) e não por outros critérios que mostrem uma discriminação direta baseada no gênero. No entanto, essa simetria e horizontalidade parece se assentar numa condição de "igualdade na precariedade", que não se transpõe nas relações com o exterior, que são pensadas a partir de uma visão extremamente hierarquizada.

De certa forma é possível identificar uma espécie de "moral dupla", que avalia de forma diferencial o que acontece dentro e fora da cooperativa. Quando se olha pra dentro se destaca a simetria das relações entre cooperados, o "*ninguém é mais do que ninguém*", mas quando se olha pra fora se adota automaticamente um ponto de vista inferiorizado, que pressupõe a desigualdade social e uma condição desvalorizada. Como conseqüência, as reivindicações se visualizam em termo de "ajudas" e não de direitos, permanecendo sempre na demanda por questões imediatas e pragmáticas orientadas pela lógica da necessidade.

Essa visão verticalizada se expressa também num outro nível do discurso, que lembra com nostalgia outros tempos da cooperativa, cuja gestão esteve marcada pelo particularismo e autoritarismo das decisões. A crítica da atual liderança, por não ter "moral" para atuar de forma mais enérgica contra os membros que mostram um menor envolvimento com a cooperativa do ponto de vista do trabalho, aparece em várias entrevistas (inclusive na da

própria Presidente), de forma alternada com declarações que enfatizam a igualdade dos cooperados.

Na COOPERARTBAN também aparece esta visão hierarquizada, de forma menos direta que na COOPREL, já que surge como característica atribuída aos outros, nunca de forma explicita na fala dos cooperados. Assim, existe na cooperativa um grupo que visualiza os membros da Diretoria como personagens centrais da história, que os considera “chefes” e que de alguma forma deixa nas mãos deles a gestão do empreendimento, permanecendo em atividade unicamente na produção. Como conseqüência, existe uma concentração de funções que sobrecarrega as dirigentes em atividades que a maior parte das cooperadas não se sentem aptas a fazer. Neste caso o que expressa essa visão é menos o discurso direto defensor da hierarquia, do que a atitude de rejeição pelas atividades de gestão e o crédito dado aos dirigentes como ocupantes naturais das posições de liderança.

Assim, esta questão mostra que, apesar das diferenças encontradas nas cooperativas, derivadas do caráter especifico das atividades que cada uma desempenha, e dos contextos particulares em que estão inseridas, a lógica vertical está presente em ambas. E essa lógica se sustenta principalmente num comportamento em relação aos outros que assume automaticamente a posição de inferioridade, que toma como pressuposto uma incapacidade intrínseca de realizar determinadas atividades de gestão no caso da COOPERARTBAN, ou no caso da COOPREL, numa perspectiva que identifica a liderança como uma autoridade baseada mais na imposição do que na capacidade de alcançar consensos coletivos, a partir da qual resolver o dilema da ação coletiva.

Na COOPREL a adoção de um papel de subalternidade se manifesta nas relações com atores situados de forma externa à cooperativa. Assim, a partir de uma instrumentalização da condição de inferioridade se estabelecem vínculos com instituições e empresas em base a

expectativas que reduzem as demandas a questões orientadas à resolução de necessidades básicas. Como conseqüência, quando as necessidades são atendidas, são interpretadas como favores, como ajudas derivadas de uma sensibilidade do outro de captar a situação de precariedade vivida.

Assim, a concepção da cooperativa como grupo de iguais, mantido por laços de horizontalidade e reciprocidade coexiste com a exaltação bastante generalizada da atuação de uma autoridade, capaz de controlar os desvios dos menos envolvidos. Isso expressa um contexto valorativo calcado numa estrutura social extremamente desigual e hierárquica, que historicamente se utilizou de elementos externos para gerar laços de solidariedade, como aponta Elisa Reis (1998) na sua análise da dinâmica de participação da sociedade civil em ações coletivas em America Latina. A carência de condições objetivas de participação, derivada da situação de precariedade social à que estão sujeitos nos seus percursos de vida, agrava esta tendência, reforçando os elementos negativos que são apontados de fora e que corroboram a imagem desvalorizada da que são portadores.

Isso desencadeia a adoção de uma lógica que reproduz mecanismos baseados na dádiva unilateral e nos favores outorgados pelas autoridades e pelos indivíduos representantes dos segmentos classificados como socialmente “superiores”, que predominam na cultura política brasileira, perpetuando as relações de patronagem e de clientelismo (SALES, 1994). Assim, a dádiva reforça os mecanismos de reprodução dessas relações assimétricas, porque anula de forma pré-determinada a capacidade de resposta das categorias inferiores pela impossibilidade de retribuição nos mesmos termos em que foi oferecida originalmente. Como conseqüência, a saída mais efetiva é a submissão à alteridade que se apresenta em situação hierárquica em circunstâncias de interação, como resposta ativada de forma praticamente pré-reflexiva.

Agora podemos retomar as questões que orientaram a pesquisa, que se interrogam pela possibilidade de constituir espaços de trabalho marcados por sociabilidades horizontais e democráticas, no contexto que caracteriza o surgimento de cooperativas de geração de emprego e renda em segmentos de baixa renda em Alagoas.

Lembremos que os postulados do MAUSS, fundamentados na idéia das associações como espaços públicos que expressam a multiplicidade de perspectivas e opiniões presentes na sociedade, partem da compreensão das mesmas como espaços híbridos, que misturam o publico e o privado, as lógicas primárias e as secundárias, comunidade e sociedade. Esta formulação é corroborada na nossa análise empírica, que mostra como existe de fato uma tensão entre as distintas lógicas constitutivas da experiência associativa, que se expressa de forma específica seguindo as particularidades da atividade desenvolvida em cada cooperativa.

Tanto na COOPREL quanto na COOPERARTBAN é impossível definir o fato associativo a partir de uma lógica única, seja ela comunitária ou societária, reduzida a relações baseadas em critérios de personalização e de afetividade ou de funcionalidade e impessoalidade. Existe uma coexistência destas lógicas e uma tensão permanente, tanto no nível da experiência individual como, de forma segmentada, na experiência grupal. Mas o contexto valorativo vigente dificulta a consolidação de um laço de solidariedade que articule esse caráter hibrido das associações, para edificar um espaço democrático onde os cooperados se auto-regulem autonomamente sem necessidade de estímulos externos e arbitrários para controle do envolvimento de cada um.

Como aponta Laville (2004) a solidariedade não pode ser idealizada, já que pode estar sustentada numa “versão benevolente” que pressupõe desigualdade e hierarquização social.

> *"A inclinação para ajudar o próximo, valorizada como elemento constituinte da cidadania responsável, carrega em si a ameaça de um "dom sem reciprocidade", permitindo apenas como retorno uma gratidão sem limites e criando uma dívida que não poderá jamais ser honrada por seus beneficiários. Os elos de dependência pessoal que favorece, correm risco de manter donatários em situação de inferioridade. De outra forma é possuidora de um dispositivo de hierarquização social e de manutenção de desigualdades apoiado nas redes sociais de proximidade"*. (LAVILLE, 2004: p. 47)

Tal situação parece se reproduzir nas cooperativas pesquisadas, COOPREL e COOPERARTBAN, cujas dinâmicas se encontram permeadas por lógicas hierárquicas muito fortes, em permanente tensão e disputa com lógicas horizontais e democráticas também presentes de forma ainda muito incipiente. O que facilita essa permanência das relações verticalizadas é seu profundo enraizamento no horizonte valorativo dos segmentos que fazem parte das cooperativas. No entanto, a própria dinâmica da sociedade confronta cada vez mais os cooperados com exigências derivadas da gestão democrática do empreendimento, que começam a formar parte do universo de sentido destes indivíduos, mesmo de uma forma "distorcida" ou, em termos mais sociológicos, de forma "negociada".

Assim, é possível pensar num processo de mediano e longo prazo em que essas tensões entre significados em disputa no interior das cooperativas (e de outras associações orientadas por um ideal democrático de organização) derivem numa expansão dos princípios "societários" impessoais e funcionais. Entretanto, isso não pressupõe automaticamente um maior compromisso e uma adesão afetiva mais sólida por parte dos sujeitos envolvidos. A forma em que os participantes das cooperativas irão lidar com esses imperativos, depende de transformações no horizonte valorativo da sociedade, atreladas a transformações na dinâmica econômica e política que consigam impulsionar uma modernização mais inclusiva a partir da qual inserir segmentos historicamente expulsos da sociedade e do mercado. São essas transformações que criarão as condições de construção de uma solidariedade democrática, baseada na igualdade de direitos entre as pessoas que participam internamente das associações

e com as que entram em relação nas suas interações com Estado e mercado, constituindo uma reciprocidade voluntária capaz de unir em direito a cidadãos livres e iguais.

De outra forma, a expansão das lógicas secundárias poderá derivar numa adesão pragmática generalizada, viabilizada por uma negociação e manipulação permanente dos requisitos normativos, num "faz de conta" que só segue as regras do jogo de forma superficial, enquanto não supõe situações de "*prova subjetiva*" e de exposição da auto-estima a momentos de avaliação externa que podem ser devastadores.

No curto e mediano prazo esse parece ser o caminho que será transitado pela maior parte das experiências associativas de Alagoas, onde seu papel continuará sendo o de constituir espaços de proteção temporária contra os riscos advindos do mundo do trabalho e do seu caráter fragmentado e excludente. Neste contexto, s cooperativas conformadas por segmentos de baixa renda podem ser pensadas como mecanismos capazes de limitar os efeitos perturbadores da economia de mercado, num entorno em que se multiplicam as políticas de inserção produtiva para esses segmentos por parte do Estado, com foco no "não assalariamento" (BARBOSA, 2007).

Usando um vocabulário inspirado nas formulações de Castel (1998), a participação em cooperativas pode ser entendida como uma modalidade de inserção que supõe uma nova forma de proteção social, diferente da proposta pela sociedade salarial, que mistura a proximidade dos laços primários com impessoalidade dos laços secundários. No entanto, a evidência empírica analisada nesta pesquisa mostra a impossibilidade de estabelecer uma relação linear entre a expansão de âmbitos coletivos de trabalho e a constituição de novos espaços públicos, mais democráticos e horizontais. Por isso afirmamos a importância de uma análise que leve em conta a forma específica em que se articulam as lógicas e princípios que

orientam a experiência de trabalho coletivo nas diferentes associações, em relação aos contextos que as circundam e às múltiplas dimensões que as conformam.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. O Novo Movimento Teórico. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo: ANPOCS, nº4: 5-28, junho, 1987.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 1999. São Paulo: Boitempo, 2005.

BANFIELD, Edward. C. **The moral basis of a backward society**. New York: The Free press, 1968.

BARBOSA, Rosário. N. de C. **A economia solidária como política pública. Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BERTAUX, Daniel. **Le récit de vie. Série: L'enquête et ses méthodes**. Armand Colin, 2005.

CAILLÉ, Alain. Don et association. In: La revue du MAUSS semestrielle, nº 11. **Une seule solution, l'association? Sócio-économie du fait associative**. Paris: La Découverte, 1998.

_____. A sociedade mundial no horizonte. In: In: MARTINS, Paulo Henrique e NUNES, Brasilmar Ferreira (orgs). **A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004

CARVALHO, Cícero P. **Economia popular*:* uma via de modernização para Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petropolis, RJ: Vozes, 1998

CHANIAL, Philippe. A cultura primária da democracia: comunidades locais, públicos democráticos e associações. Conferência ministrada na visita ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. 2003

_____. La delicate essence de la démocratie: solidarité, don e association. In: La revue du MAUSS semestrielle, nº 11. **Une seule solution, l'association? Sócio-économie du fait associative**. Paris: La Découverte, 1998.

DAMATTA, Roberto. **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

_____. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1991

_____. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986

DA SILVA, Luciana C. A expansão do mercado de trabalho informal em Alagoas. **Revista de economia política do desenvolvimento**, v. 3, nº 9, Maceió, 2010. Disponível em: http://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/105/89. Acesso em 14 de abr 2001.

DE LA GARZA, Enrique. Trabajo a-típico ¿Identidad o fragmentación? Alternativas de análisis. Disponível em: http://docencia.izt.uam.mx/egt/publicaciones/articulos/index.htm. Acesso 14 de Mar 2011.
DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, nº17, 2001. Diponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm. Último acesso: 15 de Abr.

_____.**Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

_____. De la sociología de la identidad a la sociología del sujeto. **Estudios Sociológicos**, vol. VII, nº 21. Ciudad de México, 1989

DURKHEIM, Emile. **A divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1994. Vol. 2

EME, Bernard. Les associations ou les tourments de l'ambivalence. In: LAVILLE, Jean-Louis et al. **Association, démocratie et societé civile**. Paris: La Découverte, 2001

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e o valor das idéias sociais vinculantes. **Revista Katál**, vol.11, nº 1, junho 2008.

HABERMAS, Jurguen. **Teoria de la acción comunicativa**. México D.F, Taurus, 2007

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.

IBGE. Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2007

KERSTENETZKY, Célia L. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, nº 53, 2003

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **Homem plural. Os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LANDER, Edgardo. "Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos". In: LANDER, Edgardo (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.* Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LAVILLE, Jean-Louis. Com Mauss e Polanyi, rumo a uma teoria da economia plural. In: MARTINS, P e NUNES, B (orgs) **A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea**. Brasília, Paralelo 15, 2004

_____. L'association: une liberté propre à La démocratie. In: LAVILLE, J.L. e SAINSAULIEU, R (orgs). **Sociologie de l'association. Des organisations à l'épreuve du changement social**. Paris: Desclée de Brouwer, 1997.

LEITE, M. de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo. Teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Nº 69, vol. 24, ano 2009, fevereiro 2009.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 19, nº 56, p. 46-62, 2004

_____. Paradoxos do trabalho associado. **Tempo Social**, v.21, no.1, p.113-132, 2009

_____. Trabalho, precarização e sindicalismo: os trabalhadores e as cooperativas de trabalho. **Estudos de sociologia**, Araraquara, v.11, n.21, p. 59-71, 2006

LIMA, Jacob Carlos. Cenários sobre o presente do trabalho. **Revista Estudos do Trabalho**, Marília, ano II, n. 3, p. 1 – 13, 2008. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org. Acesso em 14 abr 2011.

MAYER, Ricardo. A lógica do respeito: notas críticas em torno do conceito de reconhecimento. Revista Latitude, vol. 2, nº 2. Disponível em: http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/157. Acesso 20 de mar 2011.

MELO, Elaine P. Gomes; STROH, Paula Yone; FERREIRA, Reynaldo R. Cadeias produtivas de reciclagem e responsabilidade social. In: STROH, Paula Yone. **Cidade, lixo e cidadania**. Maceió: EDUFAL, 2009

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

MTE SENAES. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasilia: MTE SENAES, 2006. Disponíveis em: http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoEstadual.asp?Estado=AL

OLSON, Mancur. **La lógica de La acción colectiva**. México, Ed. Limura, 1992

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social**. Ensaio sobre a nova pobreza. Porto: Porto Editora, 2003.

REIS, Elisa. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do "familismo amoral" de Banfield. In: REIS, Elisa. **Processos e escolhas: estudos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nº 25, p.26-37, 1994

SENNET, Richard. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record,2009

SETTON, M. G. J. A particularidade do processo de socialização contemporânea. **Tempo Social**, São Paulo, v.17, n. 2, p. 335-350, 2005

SIMMEL, George. **Questões fundamentais da sociologia. Indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Atica, 1983

_____. **Sociología. Estudios sobre las formas de socialización**. Madrid: Alianza, 1977

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs). **A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto 2000.

STRAUSS A. e CORBIN J. **Basics of qualitative research. Techniques and procedures for developing grounded theory**. California: Sage Publications, 1998

STROH, Paula (Org). **Cidade, lixo e cidadania**. Maceió: EDUFAL, 2009

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona, Editorial Crítica, 1979

VALLES, Manuel. **Técnicas cualitativas de investigación social. Reflexión metodológica y práctica profesional**. Síntesis Sociología, 1997.

WARREN, Mark. **Democracy and association**. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

WAUTIER, Anne Marie. Para uma sociología da experiencia. Uma leitura contemporânea: François Dubet. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 9, p. 174-214, 2003

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília: 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista a membros das cooperativas

FAMILIA

Para começar eu gostaria que me contasse sobre sua família de origem...

Onde nasceu?

Com quem morava quando criança?

A que se dedicavam seus pais?

Em que bairro vivia?

A que idade saiu da casa dos seus pais? Por que foi que saiu?

Hoje onde você mora?

Gosta do bairro onde mora?

Com quem mora na atualidade?

O que faz sua esposa / marido? E seus filhos / filhas? E os outros familiares que moram com você?

Qual é a sua principal preocupação em relação ao futuro dos seus filhos / filhas?

EDUCAÇÃO / PARTICIPAÇÃO

Você foi à escola?

Durante quantos anos estudou?

Por que deixou?

Gostava de ir?

Gostaria de ter estudado mais? Que profissão teria estudado?

Já participou de algum movimento social ou cultural no seu bairro? (igreja, associações comunitárias, instituições esportivas, etc)

Já participou de algum movimento político? (partido político, apoio a candidato, sindicato)

TRAJETÓRIA LABORAL

Com que idade você começou a trabalhar? Fazendo que?

Porque foi que começou a trabalhar?

Em que outras ocupações já trabalhou na vida?

Qual você acha que foi seu melhor emprego?

Já teve trabalho com carteira assinada? (Se sim) Quais as vantagens? (Se não) Gostaria de ter um trabalho com carteira assinada?

Já trabalhou por conta própria? (Se sim) Quais as vantagens? (Se não) Gostaria de trabalhar por conta própria?

Já ficou desempregado? Por quanto tempo? Que é o pior de ser desempregado?

A COOPERATIVA

Quando e como ingressou na cooperativa?

É muito diferente o trabalho na cooperativa dos trabalhos que você desempenhou anteriormente? Por que?

Descreva as diferentes tarefas que desempenhou nesses anos...

Qual é sua função e trabalho na cooperativa atualmente?

A cooperativa mudou muito desde que você ingressou? De que forma?

O que você teve que modificar ou como teve que se adaptar para trabalhar na cooperativa?

Como é um dia normal de trabalho na cooperativa? Descreva... (indagar: como se organiza o trabalho, as funções de cada um, realização de assembléias gerais ou de reuniões diárias para designar tarefas)

Como funciona o sistema de pagamento mensal? Você acha justa a forma de pagamento?

Como são escolhidos os novos membros que ingressam a trabalhar na cooperativa? Você acha justa a forma em que esses membros ingressam (indagar avaliação de critérios particularistas de seleção)

Como é a relação com os colegas de trabalho? Você se relaciona com eles fora do horário de trabalho?

Prefere trabalhar em conjunto ou de forma individual? Por que?

Existem regras de como se deve trabalhar na cooperativa? (A cooperativa possui um estatuto?) Como são ocupados os cargos (são cargos eletivos?)?

Quais são as vantagens de trabalhar na cooperativa?

E quais são as desvantagens?

Quais são os principais problemas aos que se enfrenta a cooperativa cotidianamente?

Quando existe um problema ou uma discussão entre colegas como se resolve? Acha justa a forma em que se resolvem os conflitos?

Desde seu ponto de vista, que mudanças deveria fazer a cooperativa para melhorar seu funcionamento?

Faz cursos aqui na cooperativa? De que? Já ouviu falar em economia solidária / cooperativismo?

A cooperativa recebe muitas visitas de técnicos, universitários, políticos, empresas? O que acha dessa aproximação? Aportam alguma coisa para a cooperativa?

TRABALHO

Você gosta do trabalho que faz?

O que é um trabalho bem feito?

Você acha que o trabalho que faz é útil? Você se orgulha do trabalho que desempenha?

Você acha que é respeitado pelo trabalho que faz? (pelos colegas, família, sociedade em geral)

Você já foi discriminado pelo trabalho que faz?

Como vê seu futuro em relação ao trabalho? Gostaria de continuar trabalhando na cooperativa?

RENDIMENTOS

O trabalho na cooperativa é sua principal atividade? que outras atividades desempenha?

Sua família é beneficiaria do Bolsa Família?

Que rendimento você obtêm mensalmente do trabalho na cooperativa?

Renda familiar

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista a informantes

Em que ano começou a funcionar a cooperativa?

Por iniciativa de quem?

Descreva o funcionamento da cooperativa? Quantas pessoas participam atualmente?

Quantas já deixaram a cooperativa? Por que?

A cooperativa mudou muito nesses anos de funcionamento?

Existe um estatuto (regras de como se deve trabalhar na cooperativa / escolha de representantes)? Como foi definido esse estatuto?

Como funciona a cooperativa? Como se definem as tarefas que devem ser realizadas diariamente, mensalmente. Quando alguém faz um pedido grande, como se organiza o trabalho?

Quem são os principais clientes da cooperativa?

Quais são os principais problemas que devem enfrentar as artesãs quando ingressam na cooperativa?

Se adaptam rapidamente ao trabalho na associação?

Como funciona o sistema de pagamento? É mensal, semanal, por peça..?

Como se escolhem os novos membros que ingressam a trabalhar na cooperativa?

Quais são as vantagens de trabalhar de forma cooperativa?

E as desvantagens?

Desde seu ponto de vista, que mudanças deveria fazer a cooperativa para melhorar seu funcionamento?

Que instituições apóiam a cooperativa? De que forma? Contribuem positivamente no funcionamento da cooperativa?

A cooperativa forma parte do movimento da economia solidária? o que acha da economia solidária?

APÊNDICE C - Perfil dos entrevistados

	Idade	Escolaridade	Tempo na COOPERARTBAN
Jandira	47	Ensino médio completo	2 anos
Lorena	32	Ensino Fundamental incompleto	2 anos
Amanda	30	Ensino superior completo (Turismo)	5 anos
Vanessa	20	Ensino médio completo	6 meses
Sandra	36	Ensino médio completo	5 anos
Marla	41	Ensino fundamental incompleto	-

Quadro 1: Entrevistados da COOPERARTBAN por idade, escolaridade e tempo na cooperativa

Fonte: elaboração própria em base a informações sobre os entrevistados

	Idade	Escolaridade	Tempo na COOPREL
Jennifer	26	7ª série	1 ano
José	55	4ª série	2 anos
Josivaldo	24	4ª série	2 meses
Márcia	53	7ª série	6 anos
Zeca	34	5ª série	5 anos
Luiz Pedro	46	3ª série	6 anos
Damião	24	4ª série	3 anos
Dinho	25	5ª série	1 ano

Quadro 2: Entrevistados da COOPREL por idade, escolaridade e tempo na cooperativa

Fonte: elaboração própria em base a informações sobre os entrevistados

APÊNDICE D - Fotos das cooperativas pesquisadas

COOPERARTBAN

Fotografia 01: Sede da COOPERARTBAN na Barra Nova. Junho 2010

Fotografia 02: Vista desde a sede da COOPERARTBAN, em frente à conhecida “prainha” da Barra Nova. Junho 2010

Fotografia 03: Finalizando o acabamento das peças. Junho 2010

Fotografia 04: “Enchendo a rede”. Junho 2010

COOPREL

Fotografia 05: Sede da COOPREL e carroças utilizadas para coleta. Julho 2010

Fotografia 06: Fazendo a triagem do material coletado, momento de reunião do grupo. Julho 2010

Fotografia 07: Separação na esteira: o material é classificado e disposto em caixas e posteriormente prensado e estocado até o momento da venda. Julho 2010

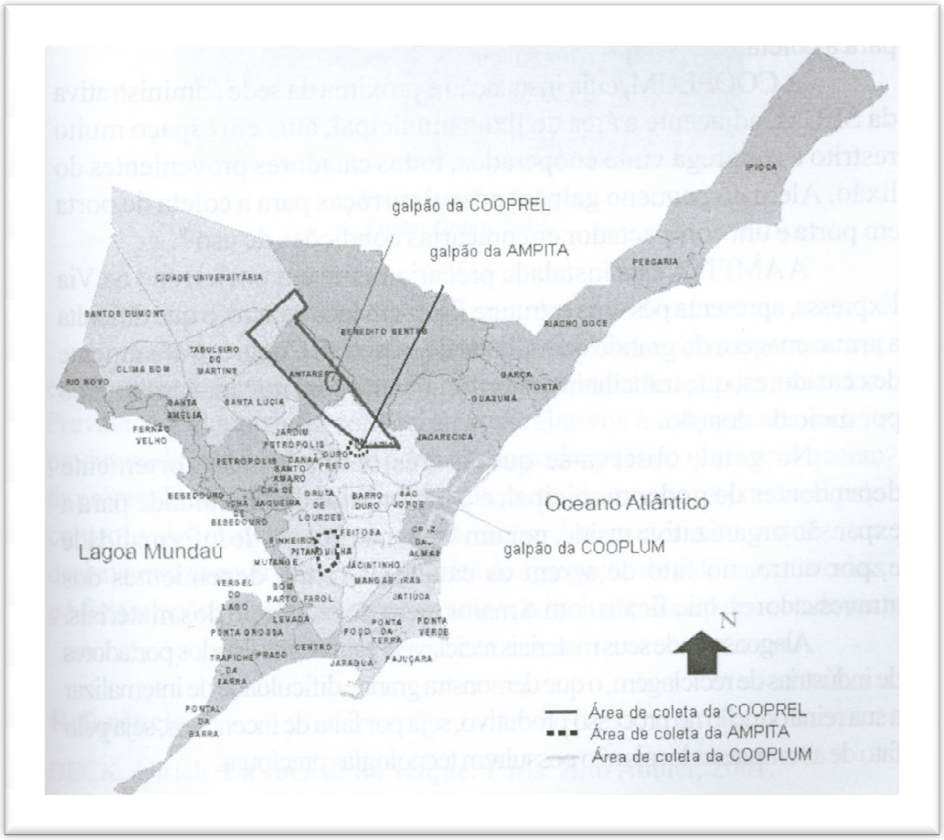
Fotografia 08: Utilização da prensa para enfardar garrafa PET, papel. Julho 2010

ANEXOS

ANEXO A - Mapa do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú – Manguaba

Fonte: www.marechaldeodoro.al.gov.br

ANEXO B - Mapa dos bairros atendidos pela COOPREL na sua rota de coleta



Fonte: MELO et alt (2009; p49)